

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Nei Leiria do Nascimento

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA
REALOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES NO MUNICÍPIO
DE ALEGRETE/RS**

**Santa Maria, RS
2017**

Nei Leiria do Nascimento

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA REALOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Cesar de David

**Santa Maria, RS
2017**

Nei Leiria do Nascimento

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA REALOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Dinâmica Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 31 de março de 2017

Cesar de David, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)

Marcelo Carvalho Ribeiro, Dr. (ESG)

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nascimento, Nei Leiria do

Transformações territoriais decorrentes da realocação de organizações militares no município de Alegrete/RS / Nei Leiria do Nascimento – 2017.
155 p.; 30cm

Orientador: Cesar de David

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2015
1. Território, Defesa 2. Estratégia Nacional de Defesa 3. Poder Militar I. David, Cesar de II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Nei Leiria do Nascimento. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: neileiria3de@gmail.com

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória acadêmica ficou mais completa com a grandiosa oportunidade que tive em realizar uma pós-graduação na nossa prestimosa Universidade Federal de Santa Maria. Externo o meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Geografia e a todos o seu destacado corpo docente pela oportunidade de conhecer e debater temas da maior relevância para a Geografia e para a minha pesquisa. O trabalho tornou-se prazeroso e engrandecedor pelas pessoas maravilhosas com as quais convivi no PPGEQ.

Ao Comando da 3ª Divisão de Exército pelo apoio incondicional, sem o qual este trabalho não seria possível.

À minha esposa Lauren e o meu filho Rafael, pelos seus permanentes incentivos.

Ao Professor Cesar de David, meu orientador, que fez com que eu gostasse ainda mais de Geografia. A ele o meu sincero agradecimento por todo o conhecimento, incentivo e amizade que recebi ao longo desses anos.

Ao professor Igor Castellano da Silva e ao Cel Marcelo Carvalho Ribeiro pelo tempo dedicado à leitura deste trabalho e por suas valiosas contribuições que muito enriqueceram o meu trabalho.

Meu agradecimento sincero a todos que estiveram envolvidos nesse caminho, certo de que muito aprendi com a excepcional convivência acadêmica que tivemos no Curso de Geografia.

RESUMO

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA REALOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE/RS

AUTOR: Nei Leiria do Nascimento

ORIENTADOR: Cesar de David

A presente pesquisa buscou revelar as possíveis transformações territoriais causadas pela implantação da Estratégia Nacional de Defesa no Rio Grande do Sul. O Poder Militar brasileiro se faz presente no Estado do Rio Grande do Sul através das três Forças Armadas subordinadas ao Ministério da Defesa: a Marinha, o Exército e a Força Aérea. A presença institucional, dentre as Forças Armadas, de maior destaque no Estado é o Exército Brasileiro (objeto do presente estudo), que está presente no território gaúcho por meio de seu efetivo de 30340 militares, sua presença em 31 municípios em suas dezenas de unidades militares. A estrutura de defesa presente no Rio Grande do Sul é, portanto, expressiva em pessoal, produtos de defesa, patrimônio público, estrutura organizacional, estabelecimentos de ensino, estruturas de manutenção, hospitais e laboratórios, além das estruturas operacionais como os quartéis e os campos de instrução. O objetivo geral da pesquisa é compreender quais transformações territoriais podem ocorrer no município do Alegrete em face da realocação de organizações militares, com sede no município de Alegrete-RS, no escopo da Estratégia Nacional de Defesa. A pesquisa faz um estudo crítico dos impactos e uma análise prospectiva das consequências da desterritorialização no município com a transferência de organizações militares para o norte do país. O estudo foi delimitado às estruturas do Exército Brasileiro sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, no caso, o município do Alegrete por seu destaque como município de grande extensão no interior gaúcho e pela significativa presença de quartéis em sua sede.

Palavras-chave: Território, Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Poder Militar.

ABSTRACT

TERRITORIAL IMPACTS TO REALLOCATION OF MILITARY ORGANIZATIONS FROM MUNICIPALITY OF ALEGRETE, RS

AUTHOR: Nei Leiria do Nascimento

ADVISER: Cesar de David

This study aims to reveal what might be the territorial impact caused by the implementation of the National Defense Strategy in Rio Grande do Sul. The Brazilian Military Power is present in the state of Rio Grande do Sul through the three armed forces subordinated to the Department of Defense: the Navy, the Army and the Air Force. The institutional presence among the most prominent armed forces in the state it is up to Brazilian Army (subject of this study): that is present in the referred territory through its effective of 30,340 militaries, its presence in 31 municipalities and its dozens of military units and every military. This defense structure in Rio Grande do Sul is therefore significant in personal defense product, public assets, organizational structure, educational establishments, maintenance facilities, hospitals and laboratories, in addition to operational structures such as barracks and training camps. The overall objective of the research is to assess the territorial impacts in the municipality of Alegrete caused by the implementation of the National Defense Strategy in the face of military organizations' relocation based in the referred municipality. The research is a critical study of the impacts and a prospective analysis of the consequences of deterritorialization in the municipality with the transfer of military organizations to the north of the country. The study was delimited to the Brazilian Army structures based in the state of Rio Grande do Sul, in the case in the municipality of Alegrete by his prominence as typical city of the gaúcho interior and the significant presence of barracks in its area.

Key words: Territory, Defense, Brazilian National Defense Strategy, Military Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de Ação do Comando Militar do Sul (CMS).....	45
Figura 2 – Divisão Territorial do Comando Militar do Sul.	70
Figura 3 – Área de Ação da 3ª Divisão de Exército.	71
Figura 4 – Localização do município do Alegrete.....	81
Figura 5 – Brasão do município.	81
Figura 6 – Igreja matriz e URCAMP.....	82
Figura 7 – Vista panorâmica da cidade.....	82
Figura 8 – Quartel do 6º Regimento de Cavalaria Blindada.	84
Figura 9 – Instrução militar.	85
Figura 10 – Parada militar.	85
Figura 11 – 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado.	88
Figura 12 – Transposição de curso d'agua.....	89
Figura 13 – Instrução de pontagem.	89
Figura 14 – 10º Batalhão Logístico.	90
Figura 15 – Logística de transporte.	91
Figura 16 – 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.....	92
Figura 17 – Embarque em portada.	93
Figura 18 – Transposição com portada.....	93
Figura 19 – 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada.	95
Figura 20 – Transmissão de dados.	95
Figura 21 – Rádio Transmissão.	95
Figura 22 – Hospital de Guarnição de Alegrete.	96
Figura 23 – Instrução de primeiros socorros.	97
Figura 24 – Ambulância de campanha e equipe.....	97
Figura 25 – Instrução PSC.....	101
Figura 26 – Área de interesse estratégicos do Brasil.....	116
Figura 27 – Ilhas do Atlântico Sul.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População e domicílios.....	27
Quadro 2 – PIB do Alegrete (1000 R\$).....	28
Quadro 3 – PIB per capita.	28
Quadro 4 – Composição do PIB de Alegrete (1000 R\$).....	29
Quadro 5 – Evolução do PIB municipal.....	30
Quadro 6 – Despesas e receitas do município.....	30
Quadro 7 – Pirâmide etária de Alegrete.	31
Quadro 8 – Gráfico de ocupação laboral de Alegrete.	32
Quadro 9 – Gráfico do salário médio mensal de Alegrete.	32
Quadro 10 – Resumo dos valores e quantitativo de viaturas das Organizações Militares de Alegrete	102
Quadro 11 – Plano Estratégico do Exército: Plano Estratégico do Exército 2016 – 2019....	124
Quadro 12 – Plano Estratégico do Exército 2016 – 2019 – Contribuir com a dissuasão extrarregional, Ampliação da Capacidade Operacional.	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS	23
2.1 METODOLOGIA EMPREGADA E O TRABALHO DE CAMPO.....	24
2.2 ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO ALEGRETE.....	26
3 O PODER MILITAR E O TERRITÓRIO	33
3.1 A EXPANSÃO TERRITORIAL LUSO-BRASILEIRA PARA O SUL.....	37
3.2 A GEOPOLÍTICA IMPONDO OS LIMITES PARA O TERRITÓRIO SUL BRASILEIRO.....	40
3.3 A PRESENÇA MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL.....	44
3.4 A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS PARA O RIO GRANDE DO SUL.....	48
4 APOLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	51
4.1 AS BASES GEOPOLÍTICAS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	57
4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	62
4.3 A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	69
5 A PRESENÇA MILITAR NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE	75
5.1 O MUNICÍPIO DE ALEGRETE.....	78
5.2 ORGANIZAÇÕES MILITARES EM ALEGRETE.....	82
5.2.1 6º Regimento de Cavalaria Blindada – Regimento José de Abreu (6º RCB).....	82
5.2.2 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado (12º B E Cmb Bld) – Batalhão Marechal Enéas Galvão.....	85
5.2.3 10º Batalhão Logístico (10º B log).....	89
5.2.4 2ª Companhia de Engenharia Mecanizada (2ª Cia E Cmb Mec).....	91
5.2.5 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada (12ª Cia Com Mec).....	93
5.2.6 Hospital de Guarnição de Alegrete.....	95
5.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRESENÇA MILITAR NO MUNICÍPIO.....	97
5.3.1 Oportunidades de trabalho e qualificação.....	98
5.3.2 Recursos alocados às organizações militares do município.....	102
5.3.3 Demandas e oportunidades decorrentes da presença militar no Alegrete.....	102
5.4 ENTREVISTAS ESTRUTURADAS.....	103
6 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA RELATIVA A ÁREA ESTRATÉGICA SUL	115
6.1 CENÁRIOS PROSPECTIVOS DECORRENTES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	122
6.1.1 Cenário de curto prazo.....	123
6.1.2 Cenários de médio e longo prazos.....	126
6.2 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM ALEGRETE.....	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	135
GLOSSÁRIO DE TERMOS MILITARES	139
ANEXO A – MUNICÍPIOS DO RS SEDE DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	141
ANEXO B – ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO EXÉRCITO – ORGANOGRAMA	143
ANEXO C – ORGANIZAÇÃO DO COMANDO MILITAR DO SUL – ORGANOGRAMA ...	145
ANEXO D – ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA MARINHA – ORGANOGRAMA	147
ANEXO E – ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA FORÇA AÉREA – ORGANOGRAMA	149
ANEXO F – RELAÇÃO DAS EMPRESAS GAÚCHAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL DE DEFESA	151
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA	153
ANEXO H – Estimativa de Preço para Construção do Batalhão	155

1 INTRODUÇÃO

O atual território do Estado do Rio Grande do Sul é uma região intensamente vinculada às atividades de expansão e defesa. O desenho atual da antiga Província de São Pedro surgiu do encontro das políticas expansionistas portuguesas com as necessidades de manter o comércio com as províncias do Vice Reinado do Prata e assegurar fronteiras apoiadas em acidentes geográficos que proporcionasse mais segurança ao Império Ultramarino Lusitano, representados pelos rios Uruguai e o rio da Prata.

Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o término do domínio espanhol, fim da união ibérica, Portugal elegeria como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina, fundando, em 1680, a Colônia do Sacramento.

A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como os da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata.

A partir dos repetidos ataques à Colônia do Sacramento, passaram diversas autoridades lusas a elaborar planos e estudos no sentido de promover uma ocupação das terras mais meridionais do Brasil, no atual território do Rio Grande do Sul. Somavam-se às motivações militares, na meta de melhor defender-se as intenções lusitanas no Prata, os interesses econômicos na região, buscando-se aproveitar em maior escala as potencialidades ali existentes. Nesse sentido, após várias incursões a estas terras, a ocupação oficial portuguesa no Rio Grande do Sul se concretizaria em 1737, com a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, representando a síntese dos intentos lusos na zona, quer seja, o estratégico, constituindo-se um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, e o econômico, com os primeiros passos em direção a um aprimoramento da exploração do gado ali existente.

O povoado formado no Rio Grande se constituiu no centro da dominação lusa nas terras gaúchas, estando ali localizada a representação da administração colonial através da Comandância Militar, ocupada, inicialmente, por Silva Paes e, mais tarde, por André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso.

De modo praticamente simultâneo ao erguimento da povoação, tendo em vista a necessidade de montar-se um aparelho estratégico defensivo, deu-se também a formação de

um Regimento de Dragões na localidade. Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento.

Ribeiro destaca, com muita ênfase, a relevância da participação dos militares na formação do território do sul do império ao afirmar que:

Presente no território sul-rio-grandense desde os albores da nacionalidade brasileira, a partir de meados do século XVII, os militares ajudaram a formar e constituir os primeiros núcleos populacionais existentes nesta porção do território, bem como a fomentar a economia, proporcionar oportunidades de ascensão social e a influenciar os aspectos psicossociais da sociedade gaúcha. (RIBEIRO,2015,p. 02)

O Rio Grande do Sul é o estado da federação com o maior número de estabelecimentos militares e concentra o maior efetivo de pessoal das Forças Armadas. Portanto, o Estado é relevante para a defesa do país e a recíproca é verdadeira, no sentido que as estruturas de defesa estabelecidas no Estado participa de forma intensa no cenário socioeconômico dos municípios onde estão localizados os quartéis do Exército, ANEXO -A.

A pesquisa foi circunscrita ao estado do Rio grande do Sul com a finalidade de facilitar a busca e obtenção de dados o que seriam mais complexos, caso abrangesse outros estados da federação. O estudo foi delimitado às estruturas do Exército Brasileiro sediadas no município do Alegrete por seu destaque como cidade típica do interior gaúcho com significativa presença de quartéis em sua sede e a perspectiva de transferências de suas unidades para o Norte do País.

Buscou-se conhecer os aspectos do município a ser analisado, por meio de pesquisas bibliográficas e de campo por meio de entrevistas com as autoridades municipais e lideranças da comunidade para obtenção de dados e informações referentes a economia, a cultura, a sociedade, a indústria, a política e outros aspectos necessários à pesquisa.

A dinâmica da sociedade e do mundo impõe que o Estado a compreenda para manter atualizadas as suas políticas e estratégias para que este possa cumprir sua função social, por meio da criação de políticas públicas capazes de atender suas demandas.

As mudanças geopolíticas com a criação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que estreita os laços de comércio e cooperação no Cone Sul e o olhar mundial voltado para a Amazônia, fizeram com que o governo brasileiro redirecionasse os esforços de defesa nacional, visando atender as novas demandas de segurança do patrimônio e da incolumidade nacionais. Reavalia os espaços estratégicos do território nacional e elenca as Regiões Norte e Oeste como prioritária para a defesa da pátria. Também destaca que a

estratégia da presença continua como um paradigma e deverá ser reproduzido nestas regiões.

Dessa forma, a Estratégia Nacional de Defesa é a resposta para atender a esta nova dinâmica geopolítica para o Brasil. A END 2012 traçou diretrizes gerais que vão ocasionar a reorganização de seus efetivos e a transferência de unidades militares do Exército Brasileiro.

A possível realocação ou extinção de unidades militares em municípios, onde os quartéis estão enraizados na comunidade, pode vir a abalar profundamente a sociedade e a economia local. É o caso do município de Alegrete, que possui seis organizações militares com um efetivo aproximado de 3000 militares da ativa e cerca de 2000 inativos e pensionistas no município, havendo uma perspectiva de que estas organizações sejam transferidas para o norte dos pais.

Entretanto, esta evolução do pensamento da defesa nacional, sedimentada na Estratégia Nacional de Defesa, no tocante a atualização da ordem de batalha das Forças Armadas pelo território nacional, implicará em modificações estruturais que reverberarão nos municípios que forem incluídos na decisão de reposicionar os efetivos.

É importante compreender que, no caso do Rio Grande do Sul, a nação foi capaz de estabelecer em seu território a soberania em todos os aspectos. Segundo Gray (1999), uma fronteira bem estabelecida leva em conta vários fatores: geografia física, geografia humana, geologia, ecologia, segurança e defesa, antropologia e governo. Em outros rincões do Brasil ainda não se atingiu a plenitude do conceito de Gray, como as regiões Oeste e Norte, hoje, prioritárias para a END. Para tanto, a END estabelece diretrizes, dentre as quais se destaca a necessidade de reposicionar os efetivos, conforme se pode verificar:

8.Reposicionar os efetivos das três Forças.

As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul... O Exército deverá posicionar suas reservas estratégicas no centro do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção. Deverá também o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou no conflito armado. (BRASIL,2012,p.28)

Em face das significativas alterações no sistema de defesa do Brasil, o objetivo geral da pesquisa é compreender quais transformações territoriais podem ocorrer no município do Alegrete em face da realocação de organizações militares no escopo da Estratégia Nacional de Defesa.

Como objetivos específicos foram propostos:

- analisar o processo de implantação da Estratégia Nacional de Defesa no Rio Grande do Sul, em particular no município de Alegrete;

- reconhecer as repercussões socioeconômicas geradas pela presença de forças militares federais em determinada área de jurisdição;
- levantar e avaliar os possíveis impactos causados pela transferência e realocação de unidades militares, de modo a embasar políticas públicas visando minimizar possíveis impactos indesejados;
- gerar conhecimentos necessários ao embasamento de políticas de realocação de unidades militares relativas aos interesses da defesa do país.

Neste contexto, o segundo capítulo apresenta-se e descrever os processos metodológicos e os procedimentos técnicos que foram realizados buscando atender os objetivos traçados pela investigação. Procurando melhor especificar os procedimentos envolvidos, é realizada uma leitura geral das etapas da pesquisa, passando-se a aprofundar os passos seguidos para compreender as possíveis transformações territoriais no município do Alegrete decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa.

No terceiro capítulo, apresenta-se um resgate da história do Rio Grande do Sul nos aspectos da conquista, ocupação e manutenção deste vasto território como uma fronteira a ser desbravada e conquistada para estabelecer limites com o então império espanhol com a fronteira estabelecida em acidentes do terreno com valor geopolítico e, portanto, em bases geográficas nítidas. Argumenta-se que a formação deste território se fez pela visão geopolítica dos governantes portugueses com o emprego do poder militar como a base da ocupação dos espaços vazios que se apresentavam da Capitania de Santana até o estuário do Rio da Prata. Pretendeu-se demonstrar a aplicação da estratégia militar embasada na geopolítica que ocupa o espaço que corresponde ao estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se que o império português, o império brasileiro e a república brasileira criaram territorialidade no extremo sul do Brasil ao longo da história do país, chegando aos dias atuais com o poder militar como um protagonista relevante nos municípios do interior como é o caso do Alegrete. Também expôs a notória presença militar no Estado do Rio Grande do Sul e a sua importância para o Estado e para os municípios que sediavam estas organizações militares. O estudo desenvolvido neste capítulo se valeu dos conceitos clássicos da geopolítica, da história e dos postulados da geografia política, da geopolítica com ênfase na abordagem da territorialidade e do poder.

No quarto capítulo faz um estudo da Estratégia Nacional de Defesa, elaborada pelo Ministério da Defesa, porque a END é o documento basilar que emite diretrizes para a reestruturação, prioridades e estratégias para que as Forças Armadas possam continuar

cumprindo as suas missões constitucionais de forma atualizada com os novos cenários aos quais o Brasil se insere.

A concepção da END traz mudanças no paradigma geopolítico brasileiro no que se refere as estratégias que definiram a forma de defesa do país. As necessidades geopolíticas mudaram ao longo das últimas décadas. As prioridades de defesa são completamente diferentes hoje das que pautaram a ocupação e defesa das fronteiras até o século XX, onde as estratégias da presença e da dissuasão eram as formas do estado se fazer presente em todos os longínquos e extensos rincões da nossa pátria. Entretanto, com o avanço da tecnologia de telecomunicações, dos transportes e com o advento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pelo Tratado de Assunção as prioridades de defesa do território nacional foram diametralmente alteradas.

A ordem de prioridade espacial para as Forças Armadas até o século XX seguia a sequência: região sul, região sudeste, núcleo central, região nordeste, o centro-oeste e a região amazônica. A END estabelece que a prioridade para as defesas da pátria passa a ser a região amazônica, o centro-oeste, o núcleo central, o nordeste e por fim a região sul. Portanto o grande número de quartéis existente no Rio Grande do Sul, com seus benefícios e oportunidades, sobretudo para o interior, terão as suas localizações atuais reavaliadas, podendo realocados para região que tem maior prioridade na estratégia de defesa nacional.

Também se discute a radical inversão de prioridade geopolítica para a área estratégica sul a qual estamos inseridos.

No quinto capítulo é apresentada uma caracterização da área de estudo, visando analisar e descrever o município, que é o fulcro da pesquisa, por ser uma cidade que foi criada para atender as necessidades de defesa do território sul rio-grandense dentro do conceito de presença e dissuasão. O misto de soldado e colonizador foi aplicado com pleno êxito na gênese deste município. O Alegrete cresceu como município e teve sua posição geográfica valorizada pelo Exército que foi estabelecendo quartéis em sua sede até chegar à condição atual de segunda maior guarnição militar do estado. A presença militar é numerosa e importante para a municipalidade e será descrita neste capítulo.

É nesta seção que será realizada uma análise socioeconômica do município, que tem por finalidade aquilatar os possíveis impactos da END, caso as suas unidades militares sejam deslocadas para regiões com maior prioridade na estrutura de defesa do país. Nesse contexto, será avaliada a importância da presença militar no município.

No capítulo seis, passa-se a apresentar os resultados obtidos, iniciando pela discussão

dos fatores que estão envolvidos com a existência de numerosa força militar em Alegrete e as consequências para o município. Será realizada uma análise da Estratégia Nacional de Defesa relativa a área estratégica sul. Serão criados cenários prospectivos para estudar os impactos da END no município de Alegrete. Por fim, a pesquisa buscará avaliar as transformações que o município poderá sofrer em face de uma desterritorialização decorrentes da END, dentro dos cenários estudados.

No sétimo e último capítulo, são apresentadas algumas conclusões a respeito do que foi alcançado na investigação, onde são discutidos os principais resultados encontrados e realizadas algumas avaliações e considerações a respeito da contribuição científica do trabalho aqui descrito.

Busca-se, então, a partir deste trabalho, que seus resultados corroborem nas discussões a respeito das transferências e extinções de unidades militares do Exército Brasileiro, mormente dos municípios do interior do país, pois a desterritorialização decorrente, acarreta o oposto do ciclo virtuoso que foi criado quando da implantação do quartel na cidade e que deverá ser apontado neste estudo. Portanto, o presente trabalho teve como finalidade estudar a presença militar no município de Alegrete a relação da comunidade com as forças militares e, à luz da Estratégia Nacional de Defesa, avaliar as possíveis transformações decorrentes da extinção ou transferência de unidades militares do Estado. O foco da reflexão envolve os conceitos de Poder, Território, Geopolítica, Defesa, Poder Militar e Estratégia Nacional de Defesa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

Este capítulo busca descrever os procedimentos que foram executados para que se cumprissem os objetivos geral e específicos estabelecidos para a presente pesquisa. As etapas cumpridas correspondem a Revisão bibliográfica; Resgate histórico da ocupação da região sob o foco da necessidade da conquista, ocupação e manutenção do território com significativo protagonismo militar; Estudo da Política Nacional de Defesa, Levantamento de informações para a caracterização do município do Alegrete; Elaboração de cenários para a aplicação da Estratégia Nacional de Defesa no Alegrete e, por fim, Análise dos dados do município e apresentação das transformações territoriais dentro dos cenários analisados.

A complexidade dos fatos se revelam pelo número de atores que fazem parte dos processos estudados.

Os dados usados na realização da pesquisa foram buscados através de pesquisa em publicações com as bases estatísticas a respeito do município, as publicações oficiais do Ministério da Defesa relativas a Política Nacional de Defesa, estudo sobre as principais influências das unidades militares na vida da cidade e principais dados sociais referentes a presença das unidades militares.

A pesquisa é um estudo de caso empregando os métodos de procedimento s histórico e o estatístico. O método histórico foi utilizado para compreender a evolução do território à luz da história militar do pampa gaúcho e perceber que o processo que está em andamento para as regiões Norte e Oeste tem similitude com o que ocorreu com o Alegrete na sua formação histórica dentro das necessidades de defesa e consolidação do território no passado. Foi usado o procedimento estatístico, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de órgãos do governo na esfera federal, estadual e municipal para analisar a situação socioeconômica do município.

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a forma pela qual foram obtidos os dados necessários para a elaboração da pesquisa pode ser considerada bibliográfica e de campo. Para Fachin (2003), a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo a ser dado em qualquer trabalho científico e diz respeito ao conhecimento humano reunido nas suas obras, podendo ser feita através de consulta em livros e periódicos.

Para Marconi (2006), a pesquisa de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema a ser estudado, sendo que os procedimentos

metodológicos constituem uma etapa de adequação metodológica conforme as características da pesquisa a ser realizada.

Para atingir os objetivos da pesquisa, buscou-se a percepção de autoridades da administração municipal, de líderes da comunidade e de militares sobre a relevância que as unidades do Exército têm para o município, informações estas colhidas através de pesquisas de campo. Foram entrevistados o prefeito e secretários do município, líderes como o presidente do Centro Empresarial de Alegrete e os comandantes militares da Guarnição Militar¹ do Alegrete.

Com a finalidade de descrever detalhadamente os procedimentos adotados posteriormente à fase inicial de fundamentação teórica e caracterização da área de estudo, passa-se a partir de agora a especificar as demais etapas desenvolvidas da pesquisa anteriormente descritas.

2.1 METODOLOGIA EMPREGADA E O TRABALHO DE CAMPO

Após a revisão bibliográfica, a caracterização do município de Alegrete, a presença do Exército em seu território e estudo da Estratégia Nacional de Defesa, cujas aplicações no que se refere ao seu primeiro eixo estruturante, que trata de como as Forças Armadas devem se orientarem e se estruturarem para cumprir a sua destinação constitucional e, principalmente, a diretriz para reposicionar os efetivos com prioridade para a região amazônica, buscou-se a visão da comunidade sobre a presença militar no município e a interação que ocorre em decorrência da existência simultânea do estamento militar com o município.

Para Marconi (2006), a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, e consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente.

De acordo com Fachin (2003), a pesquisa de campo detém-se na observação de um contexto no qual ocorre um fato social, e observando estes fatos de forma natural como eles se sucedem em determinada sociedade.

Marconi (2006), coloca que para a realização de uma pesquisa de campo é preciso primeiramente fazer um levantamento bibliográfico do tema a ser estudado, determinar as

¹ Guarnição militar é o conjunto das Unidades Militares com sede em um mesmo município.

técnicas que serão empregadas para a coleta de dados e estabelecer as técnicas de registro desses dados.

Ainda para Marconi (2006) para os tipos de pesquisas de campo podem ser utilizados métodos quantitativos, através de entrevistas, questionários, formulários, etc. ou métodos exploratórios, ou experimentais.

2.1.1 Pesquisa de campo

Buscamos a visão das autoridades constituídas, onde foram utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados e a pesquisa buscou aumentar os conhecimentos sobre as características do problema, um dos procedimentos adotados foi a entrevista estruturada, conforme roteiro do ANEXO G.

Em todas estas personalidades do município foi realizada uma entrevista estruturada com a finalidade de aferir a relevância que as organizações do Exército situados no município representam para o cotidiano da municipalidade, fazendo uma análise crítica e sistêmica de todos os agentes territoriais e suas relações de poder envolvidos no processo. A pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista estruturada, também buscou obter as diversas visões particulares sobre o tema em questão.

Neste sentido, elaborou-se um roteiro para orientar a pesquisador a conduzir a entrevista, tendo uma linha de raciocínio que buscasse a opinião dos entrevistados a cerca da relevância das organizações militares para o município desde a sua visão como agente público ou líder municipal e a visão de cidadão.

Com os agentes da administração pública municipal, buscou-se conhecer a interação existente entre a prefeitura municipal, representada pelo chefe do executivo municipal e de várias secretarias, com as Unidades Militares do Exército Brasileiro. Conhecer as suas demandas e interesses que possam ser apoiados pelos quartéis em forma de parcerias e convênios. Além do Prefeito, foram entrevistados os titulares da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia; da Secretaria de Planejamento e Orçamento; Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer; Secretaria de Segurança Pública, Mobilidade e Cidadania e da Defesa Civil.

Foi entrevistado o Presidente do Centro Empresarial de Alegrete, entidade que congrega o Clube de Diretores Logistas(CDL), Sindicato dos Logistas (SINDILOJAS) e Associação Comercial e Industrial de Alegrete. No segmento militar, entrevistou-se o

Comandante da Guarnição Militar de Alegrete, todos os Comandantes das Organizações Militares do município e um Praça² antigo de cada quartel.

No executivo municipal, abordamos as questões específicas de cada Secretaria e Defesa Civil e foi possível perceber a realidade existente quanto ao contato e interação da administração pública com as Unidades Militares estabelecidas em Alegrete. Estas ligações representam simbiose entre as instituições, pois constata-se o respeito e a estreita ligação entre a administração municipal o Exército e as instituições do comércio e indústria do município. Percebe-se que os militares estão profundamente associados à paisagem sociocultural de Alegrete e que a comunidade tem os quartéis como instituições próprias da municipalidade. Os quartéis são vistos como parte intrinsecamente ligadas ao município. O que se nota nesta ligação secular entre o Alegrete e o Exército Brasileiro é um sentimento de pertencimento recíproco demonstrado por todos os entrevistados.

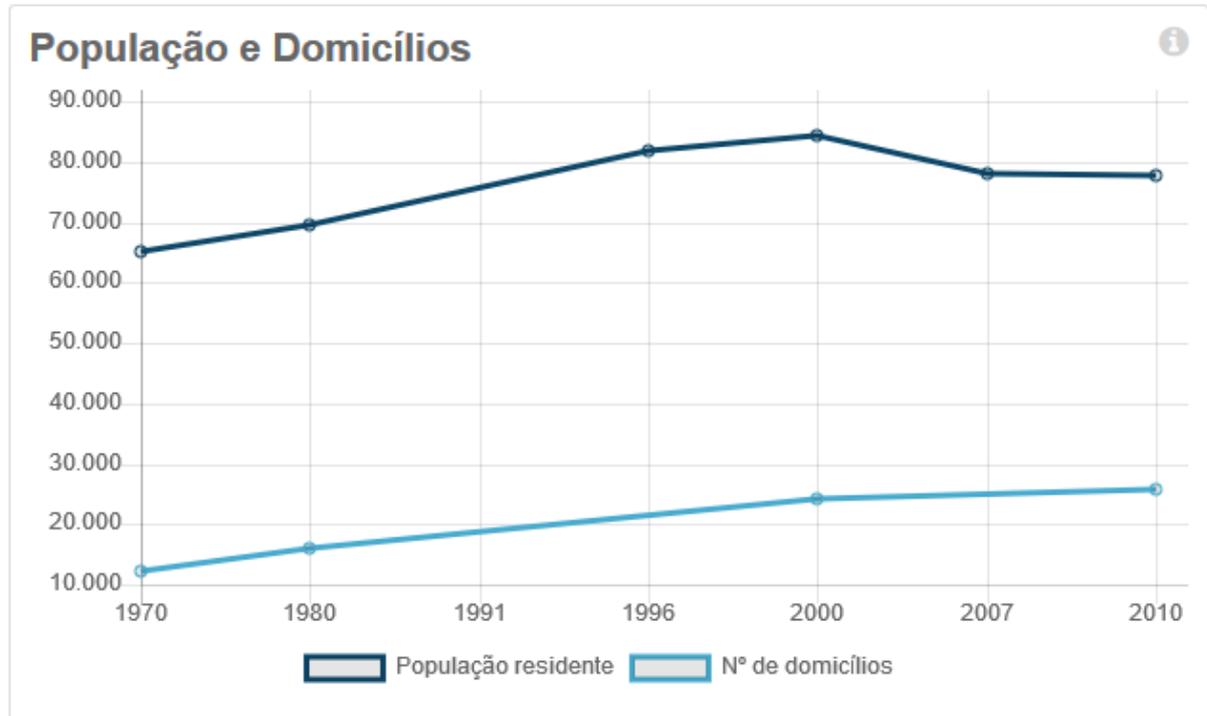
2.2 ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO ALEGRETE

Nesta parte do trabalho, foi realizado um estudo dos indicadores sociais, econômicos, culturais, educacionais, laborais e outros índices que permitiram conhecer a realidade do município de Alegrete para analisar em que grau a presença militar existente interage e influência na vida da cidade. Ou seja, buscou-se dissecar as forças que interagem na municipalidade, que constituem as relações de poder da territorialidade existente no município. Assim passamos a analisar os indicadores do município:

a) Dados Gerais: o município possui uma área de 7.803.954 km², com uma população estimada para 2016 de 78.244 pessoas e uma densidade demográfica em 2010 de 9,95hab/km² (IBGE 2016).

² Praça são os militares de patente inferior a oficial, ou seja, os soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

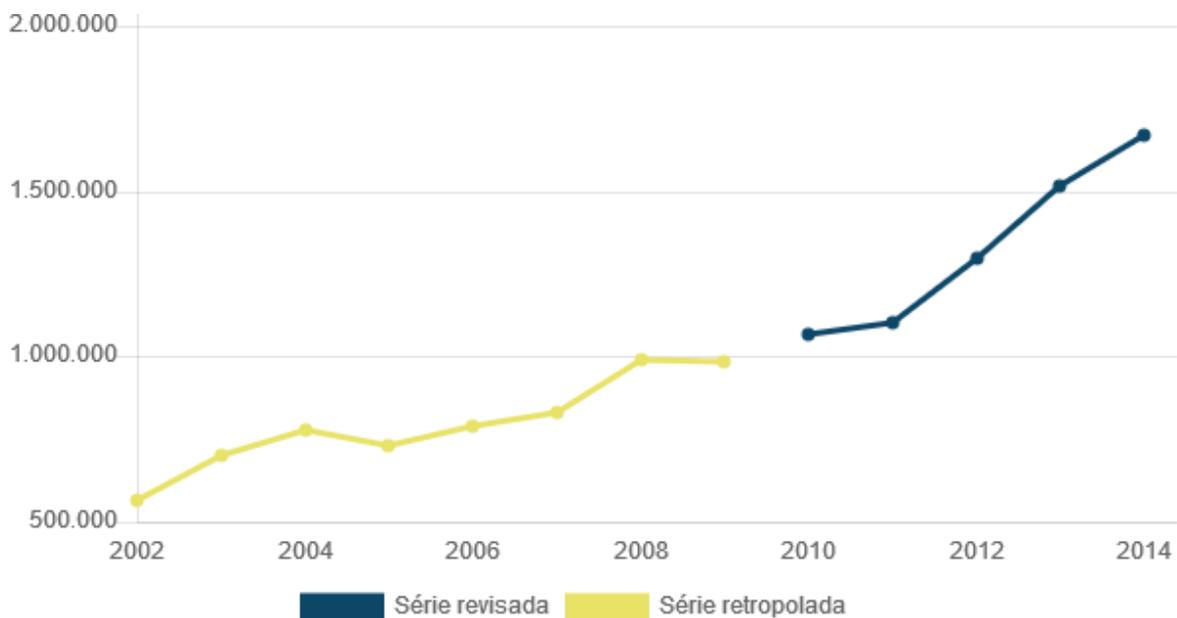
Quadro 1 – População e domicílios.



Fonte: IBGE 2016

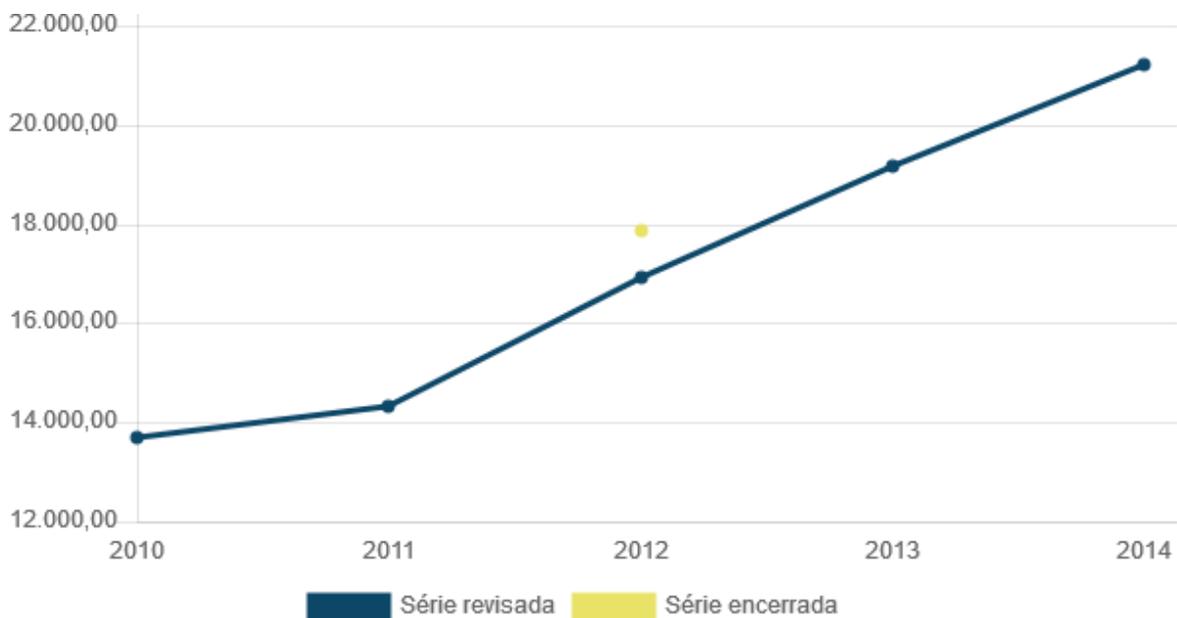
Destes dados gerais observamos um município com grande base territorial, é o maior município em extensão do Rio Grande do Sul, e uma população pequena e que apresentou uma redução entre o ano de 2000 e 2010 e está estabilizada neste patamar de cerca de 79 mil habitantes, como demonstra o quadro 2. Esta é uma tendência das cidades do interior que não tendo grande oferta de empregos e estabelecimentos de ensino técnico e superior, vê os seus jovens saírem em busca de melhores oportunidades de qualificação e de trabalho.

b) Economia: O secretário de desenvolvimento econômico afirmou que o município tem os seguintes indicadores econômicos: PIB R\$1.670.106.000,00(ano 2014) e o orçamento de R\$ 220.000.000,00(ano 2015).

Quadro 2 – PIB₃ do Alegrete (1000 R\$).

Fonte: IBGE 2016

Quadro 3 – PIB per capita.



Fonte: IBGE 2016

PIB a preços correntes demonstra que no caso do Alegrete há uma tendência de

³ PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

aumento da atividade produtiva. Observamos uma série histórica ascendente e contínua, o que demonstra uma atividade econômica positiva e até pujante, o secretário de desenvolvimento econômico afirmou que o PIB do município teve um crescimento de 40% nos últimos oito anos. É, portanto, um excelente indicativo para a economia local.

PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um território considerado. Para fins de comparação, observamos os dados nacional, estadual e municipal, conforme abaixo: (IBGE 2016)

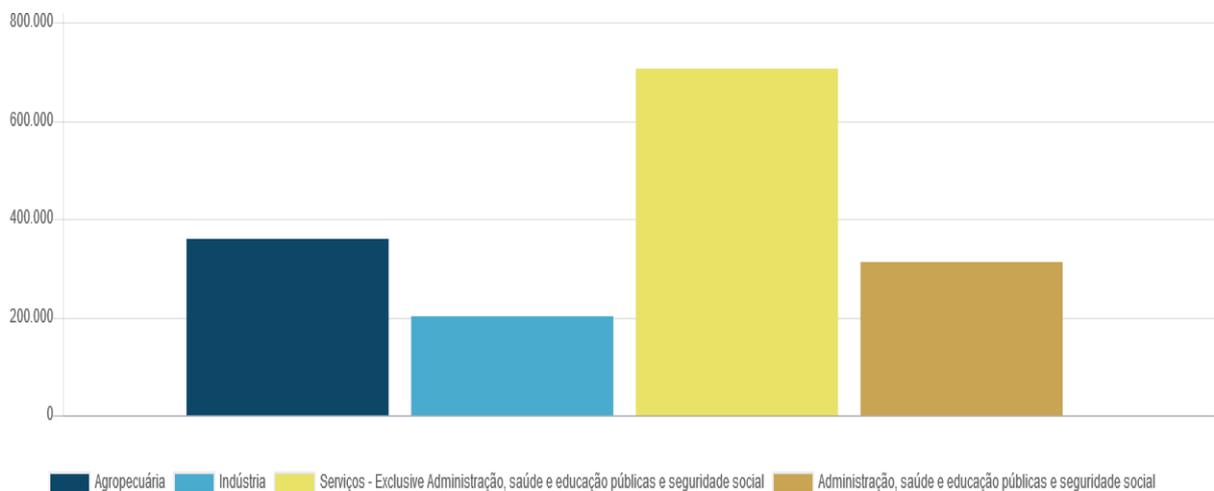
-PIB per capita-BR R\$ 28.000,00;

-PIB per capita-RS R\$ 31.927,00;

-PIB per capita-AL R\$ 21.000,00

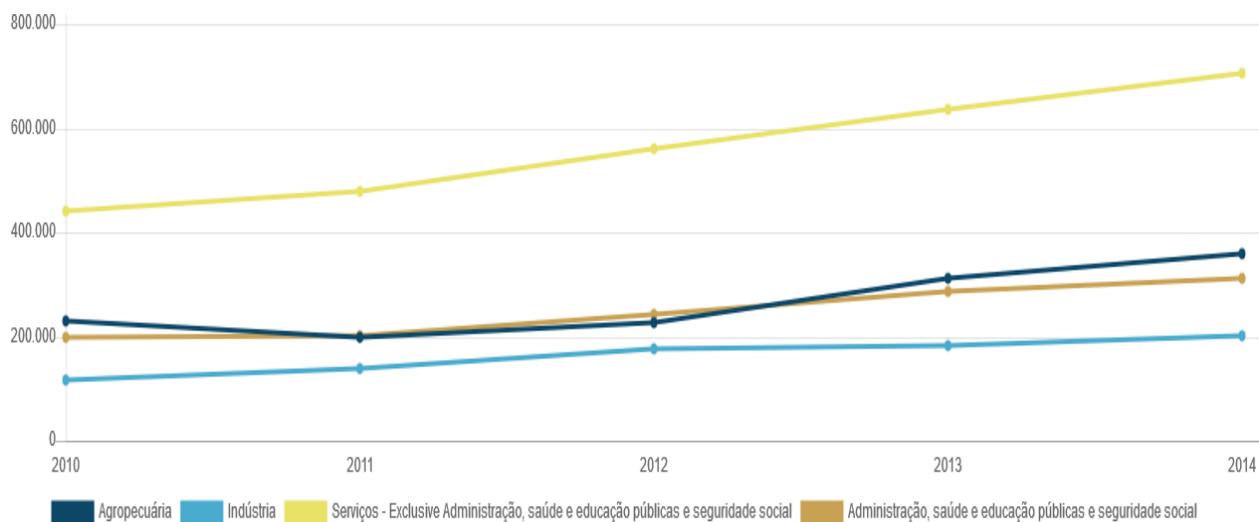
O município apresenta um PIB per capita bem abaixo da média estadual e, conjugando com os quadros 5 e 6, observamos que a base do PIB municipal está na prestação de serviços e no comércio. Atividades que tem baixa remuneração e ocupa mão de obra com menor qualificação, principalmente os comerciários.

Quadro 4 – Composição do PIB de Alegrete (1000 R\$).



Fonte: IBGE 2016

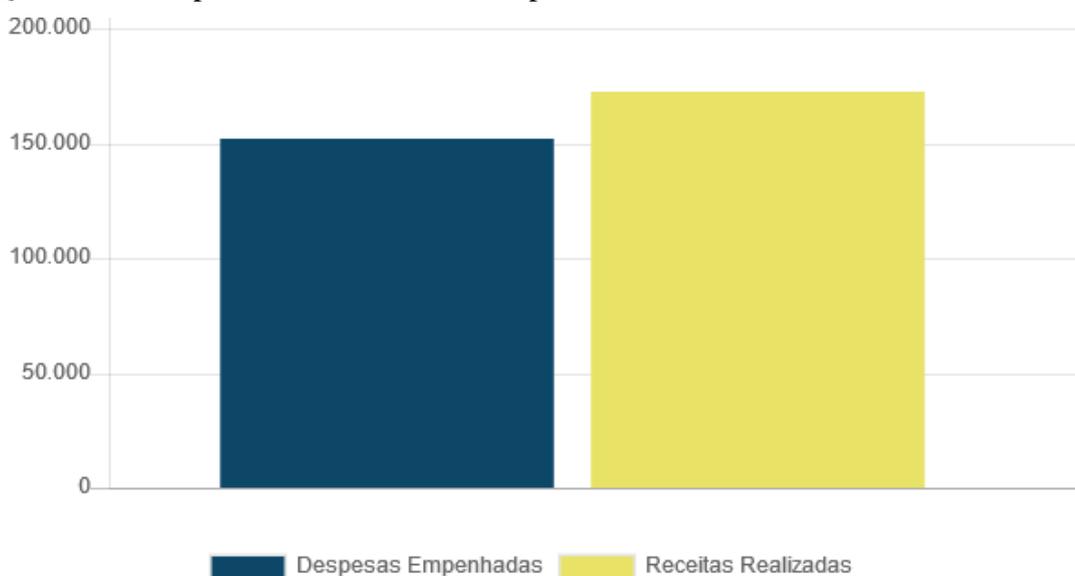
Quadro 5 – Evolução do PIB municipal.



Fonte: IBGE 2016

Esta composição de PIB municipal é típica da maioria dos municípios da região da campanha gaúcha e áreas de agropecuária, onde as produções do setor primário e a prestação de serviços, com base no comércio, dominam a economia, onde se inclui o Alegrete. É comum que o maior setor empregador sejam os órgãos públicos.

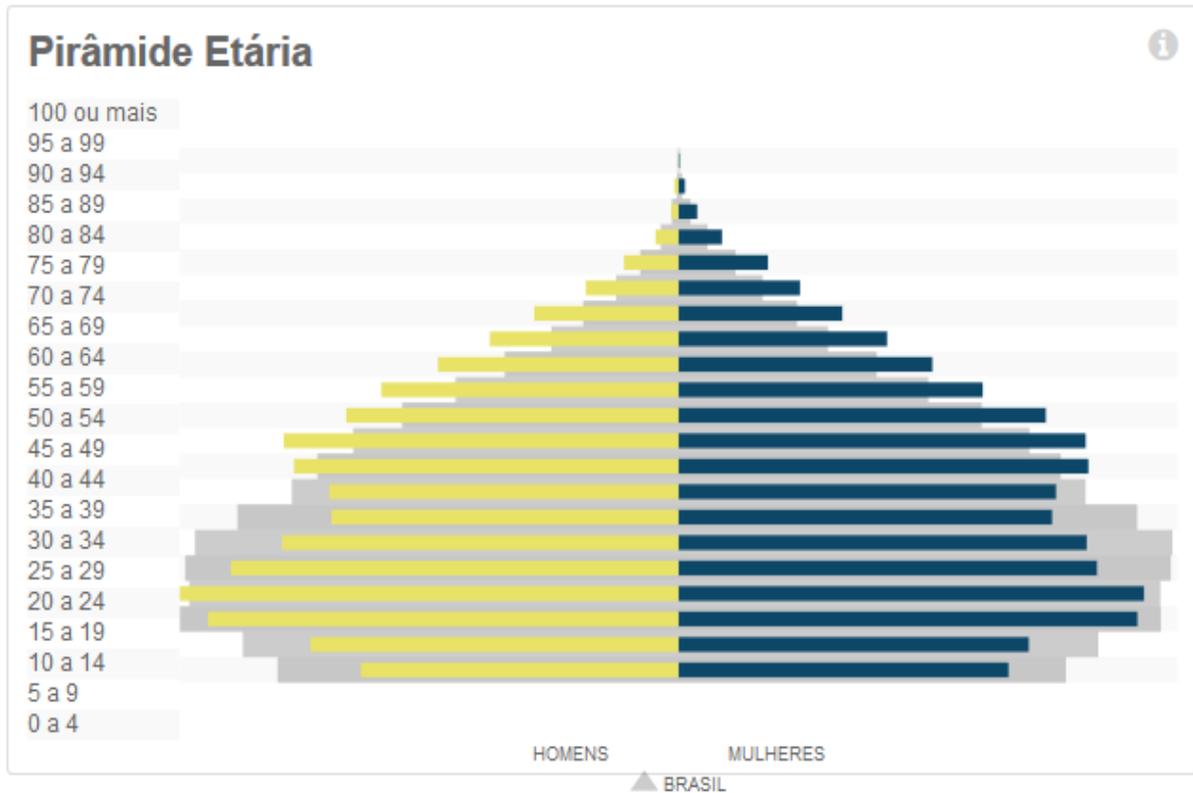
Quadro 6 – Despesas e receitas do município.



Fonte: IBGE 2016

c) Pessoal, trabalho e renda:

Quadro 7 – Pirâmide etária de Alegrete.

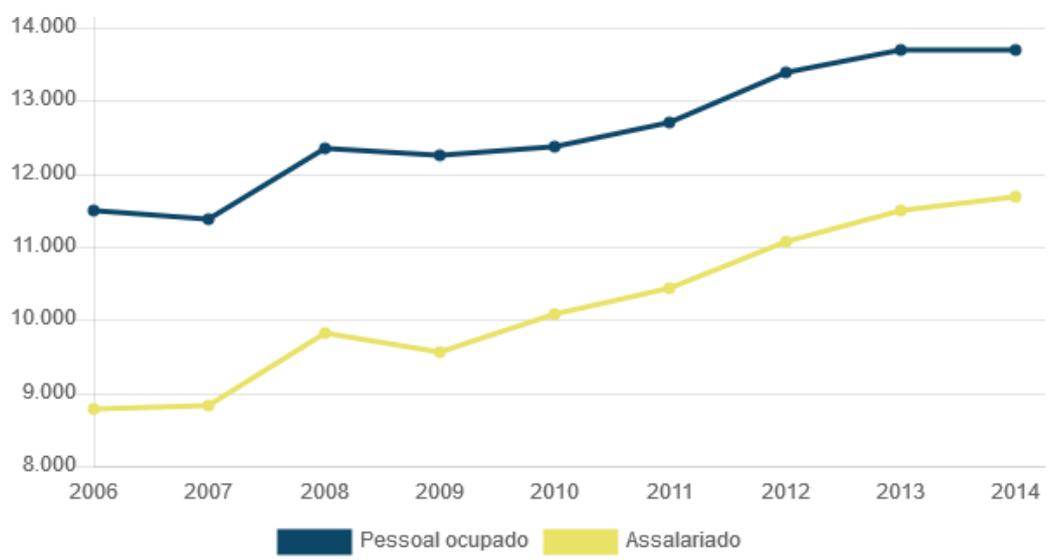


Fonte: IBGE 2016

A pirâmide etária demonstra um grande número de jovens, o que se traduz por demandas de ensino, qualificação profissional e oportunidades de trabalho **pessoal ocupado** é discriminado, segundo os seguintes grupos: proprietários ou sócios com atividade na empresa, presidentes e diretores; **pessoal** não ligado à construção; e **pessoal** ligado à construção, tais como: **pessoal** de nível superior (gerentes, chefes e supervisores), mestres e encarregados, operários, armadores.

Este gráfico demonstra um aviltamento dos salários no mercado laboral do Alegrete.

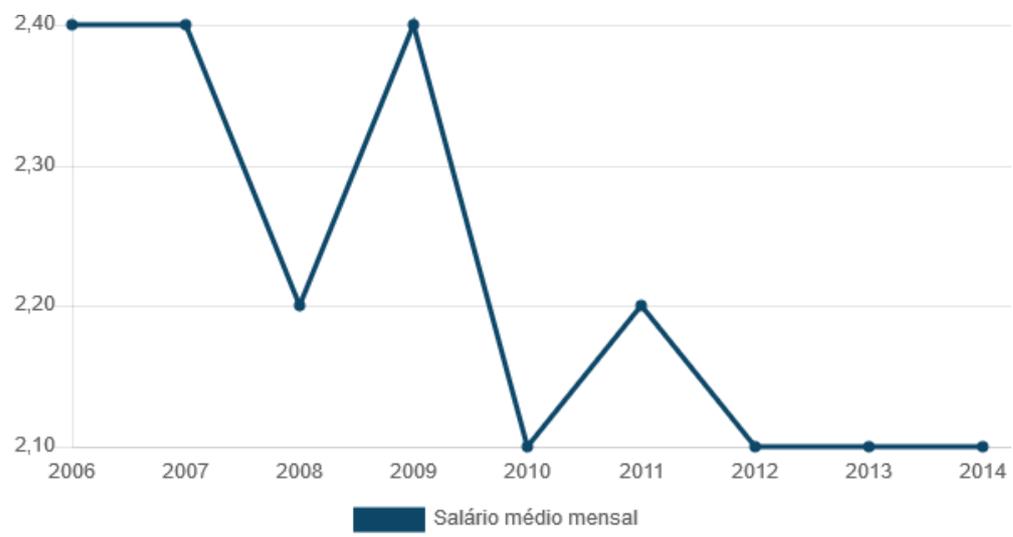
Quadro 8 – Gráfico de ocupação laboral de Alegrete.



Fonte: IBGE 2016

Pessoal ocupado assalariado é o total de pessoas assalariadas em atividade no último dia do mês da pesquisa com contrato de trabalho.

Quadro 9 – Gráfico do salário médio mensal de Alegrete.



Fonte: IBGE 2016

3 O PODER MILITAR E O TERRITÓRIO

Para estudarmos as transformações territoriais que ocorrerão no município do Alegrete, como decorrência da aplicação da Estratégia Nacional de Defesa, será necessário fazer uma abordagem que envolve um resgate da história do território, visando compreender os fundamentos da Geografia Política e da Geopolítica que levaram os luso-brasileiros a considerar a sua posse necessário para a segurança e desenvolvimento do Brasil colônia, império e depois república. Para esta compreensão, será realizada um estudo dos conceitos de geopolítica que influenciaram as decisões para a conquista do Rio Grande do Sul, também percorreremos o pensamento dos clássicos sobre os conceitos da geografia que definem, sustentam e justificam a presença do Estado, como poder militar e político, no processo histórico que envolve a região em estudo e que estamos vivenciando um novo capítulo da evolução econômico e social do pampa gaúcho e com foco no Alegrete.

A palavra geopolítica foi forjada, no final do século XIX, por um professor sueco de Geografia e Ciência Política, Rudolf Kjellin (1846-1922). Sua fama deve-se ao fato de ter cunhado o termo geopolítica para expressar as suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território. Kjellen entendia que a geopolítica é o estudo do estado considerado como um organismo geográfico ou ainda como um fenômeno espacial, quer dizer, como uma terra, um território, um espaço, ou, mais exatamente ainda, um país. A geopolítica para Kjellin (1917) atende ao pensamento de Estado-Maior nas forças armadas porque é mais dinâmica que geografia política e mais adequada aos governos interessados num instrumento ágil de análise e formulação de estratégias baseadas na geografia.

Para Vives a geopolítica “(..) es la doutrina del espacio vital. Resume los resultados de la Geografía Histórica y de la Geografía Política en una síntesis explicativa, que intenta aplicar a la consideración de los sucesos políticos y diplomáticos contemporáneos.” (VIVES, 1956, p.76).

Outro pensador que aborda as questões básicas da geopolítica e que serve de subsídio para o estudo é Defarges (2003). Este pensador apresenta as interações entre o espaço e a política. Questiona “em que medida os fatores espaciais afetam o fenômeno político e a política?” (DEFARGES, 2003, p.13).

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora as

suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica fundamenta-se também no poder nacional, porque este encontra-se ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade desde as antigas civilizações até os tempos modernos.

O poder de um Estado não se restringe somente à superfície física, repousando sobre os quilômetros quadrados de que é possuidor. Na análise geopolítica, o poder pode ser visto sobre diversos ângulos. A Escola Superior de Guerra (ESG), por exemplo afirma que “o poder do Estado nada mais é que um macrocomponente politicamente institucionalizado do Poder Nacional” (ESG 1975, p.64)

O Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional, e no campo interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.

Na expansão territorial analisada, surge, com muita importância, as questões de limites e, por conseguinte, o estudo geopolítico da fronteira.

Defarges apresenta a sua visão sobre as fronteiras políticas, afirmando: “uma fronteira política é o envoltório externo de um estado e alinha de contato com estados contíguos.”(DEFARGES, 2003, p.33) Na opinião do pensador, as fronteiras se constituem no marco físico para o estado exercer a sua soberania sobre um território e sobre a população desse território. É a linha separadora de estados soberanos.

Ratzel considerou a fronteira como inseparável da existência dos Estados, como um fenômeno determinado por fatores naturais e históricos inevitáveis. Vives acrescenta “*Este órgão periférico estatal no es un mero capricho de las combinaciones diplomáticas, sino un resultado de la dinámica histórica aplicada a unos marcos naturales previos*” (VIVES, 2003, p.156).

Vários conceitos de Geopolítica justificam os avanços sobre o território espanhol pelos portugueses. Uma das definições de Geopolítica foi dada por Mello que diz que a “geopolítica é a combinação de fatores geográficos e políticos que determinam a condição de um estado ou região, enfatizando o impacto da geografia sobre a política”(MELLO, 1999, p.12).

O estudo para compreender as transformações que impactarão o município do Alegrete envolve outros conceitos inerentes à Geografia como as definições de território, espaço geográfico, poder nacional entre outros.

O conceito território vem sendo amplamente debatido nas últimas décadas, existindo

divergências entre pesquisadores sobre sua definição. Etimologicamente a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa.

No Brasil, durante muito tempo, a noção de território ficou restrita a uma porção de terra limitada por fronteiras sob uma jurisdição. O conceito vem ganhando destaque e amplitude em razão de novos olhares sobre a temática.

Ratzel o entendia como o aproveitamento de uma porção do espaço por um grupo organizado pela ação do Estado. Sua concepção está diretamente ligada ao momento histórico de sua época, que foi a consolidação das relações capitalista e imperialista na Alemanha.

Para Haesbaert (2004), pode-se agrupar a concepção de território em três vertentes básicas: i) política (referente às relações espaço-poder), ii) cultural (que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva), e iii) econômica (como fonte de recursos).

O autor apresenta as possibilidades de análise sobre o tema, demonstrando sua complexidade.

Santos (2005) compreende sob a perspectiva do uso. Para o autor o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço.

Em Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise está evidente as relações de poder abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder.

Raffestin apud Saquet (2004) aponta que o território é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade. Em Raffestin o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida.

Para Saquet (2004), outra contribuição importante de Raffestin está relacionada ao processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) relacionado às ações

econômicas e culturais. É considerado um “processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações”. O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder.

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Podemos perceber, conforme as análises de Sack (1986), Haesbaert (2004), Saquet (2004), Santos (2005), que o conceito tornou-se mais complexo e abrangente, estando relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle. O conceito de território ganhou novas perspectivas em virtude das possibilidades de abordagem estabelecidas sobre o tema por importantes estudiosos.

O avanço sobre o entendimento de território vem contribuindo para a produção de pesquisas críticas e preocupadas com as relações estabelecidas a partir do uso e apropriação. O que evidencia o caráter dinâmico do conceito e da própria geografia como ciência.

SANTOS (1988), entende que o espaço geográfico resulta da combinação entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Para Milton Santos, o território é entendido como:

... a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence (...) esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de áreas de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, 2001, p.19).

Raffestin (1993) destaca que, a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Ainda segundo Raffestin:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “ territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Para Raffestin “o território é, fundamentalmente, um espaço definido por e a partir de relações de poder (...) o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influência quem nesse espaço, e como?” Complementa identificando o território como sendo “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p.97)

3.1 A EXPANSÃO TERRITORIAL LUSO-BRASILEIRA PARA O SUL

A presença militar na região do Prata vem desde os primeiros movimentos realizados pelos portugueses e espanhóis para a ocupação do novo mundo em que os ibéricos se defrontam na busca de melhores posições e áreas a ocupar.

Ao final da União Ibérica (1640), o Tratado de Tordesilhas não era mais respeitado. Ao norte, o avanço português não encontrou oposição porque os espanhóis, vindos do Pacífico, detiveram-se nos Andes. Porém, ao sul, as ondas colonizadoras luso espanholas entram em choque. A Bacia do Prata passou, cada vez mais, a assumir importância estratégica, pois os rios eram os caminhos naturais para a penetração na América do Sul – as artérias econômicas por onde fluíam as riquezas do Novo Continente e por onde se assegurava a posse do território.

Era princípio reinante à época que os grandes acidentes geográficos deveriam se constituir nos limites do território. Dessa forma, no caso do Brasil, era natural para o Rei de Portugal que sua colônia deveria se estender até o Rio da prata, já que, na sua visão Tordesilhas havia “caducado”. Além disso, a Bacia do Prata era o caminho natural para o interior, ou seja, para o Mato Grosso.

Com esta visão estratégica os portugueses se lançam na conquista efetiva do pampa, começando com a delimitação da ocupação do território pela presença do estado ao longo das fronteiras e isso foi realizado inicialmente com o estabelecimento de guardas ao longo da fronteira.

As guardas eram pequenos postos avançados, quando muito protegidos por paus-a-pique ou por paliçadas de madeira, cujas construções variavam, quanto aos materiais

utilizados, de acordo com a importância, o terreno e os recursos disponíveis no local. As suas guarnições também sofriam significativas variações em termos de número de efetivos, de acordo com o valor estratégico atribuído à sua posição. As primeiras guardas remontam ao início do processo de ocupação europeia do espaço sul-americano, mas a sua multiplicação e importância cresceram após a conclusão do Tratado Definitivo de 1778.

As guardas serviam a dois propósitos considerados estratégicos: de um lado a criação de um fato jurídico que pudesse, posteriormente, ser utilizado em eventuais negociações diplomáticas; por outro lado, a constituição de uma balança equilibrada na correlação de forças regionais em toda a franja fronteiriça.

O fato jurídico era necessário para poder, posteriormente, abordar temas relativos à posse mansa de territórios, prática já ensaiada no direito das nações que passou a vigorar após o tratado de *Utrecht* que puseram fim à longa e debilitante Guerra da Sucessão Espanhola e que foi consagrada no contexto ibérico pelo Tratado de Madri 1750, sob o princípio jurídico do *Uti Possidetis* (posse útil).

A povoação do território começou, efetivamente, em 1680, quando a coroa portuguesa resolveu, num golpe de audácia, fundar a Colônia do Sacramento na Banda Oriental, na margem esquerda do Rio da Prata, acintosamente localizada defronte a Buenos Aires, buscando, portanto, levar a fronteira entre as duas nações rivais mais para o sul.

Os portugueses chegaram em 1737 com uma expedição militar de José da Silva Paes, iniciando com Forte Jesus Maria e José a cidade do Rio Grande, primeira cidade do estado do Rio Grande do Sul. A partir de 1740 há uma organização para a vinda dos açorianos para o estado. Em 1742, os colonizadores fundaram a vila de Porto dos Casais, depois chamada Porto Alegre.

As lutas pela posse das terras, entre portugueses e espanhóis, tiveram fim em 1801, quando os próprios gaúchos dominaram os Sete Povos, incorporando-os ao seu território.

O Tratado de Tordesilhas não impediu que a coroa portuguesa se atribuísse o território que hoje compreende o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai.

A partir dessas duas linhas de penetração (Colônia do Sacramento e Laguna), fechou-se progressivamente o intervalo territorial, praticamente terra de ninguém.

Em sequência ao impulso do norte, de povoamento e exploração do gado, que em breve se consolidaria nas estâncias de criação, a metrópole incumbiu o general Gomes Freire de Andrade, governador da Capitania do Rio de Janeiro, de ocupar e fortificar o porto de Rio Grande. A chefia da missão coube a seu substituto, brigadeiro José da Silva Pais, que, dentro

de um plano que envolvia a defesa da Colônia do Sacramento e a tomada de Montevidéu, ocupou, em 19 de fevereiro de 1737, a barra do Rio Grande.

Construiu o forte Jesus-Maria-José, onde depois se localizaria a cidade do Rio Grande. O comandante cuidou de colonizar as redondezas, com casais trasmontanos e do Rio de Janeiro, fortificando-se com reforço de homens e munições. Os Dragões de Minas Gerais ali se estabeleceram, como regimento regular.

Em 1750 o Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, pôs termo ao núcleo de expansão, cedendo a está o estabelecimento às margens do rio da Prata, que ficou desimpedido das incursões e embaraços lusitanos. Ao domínio português passariam as Missões Orientais do Uruguai, que se trasladariam, com sua gente e bens, para a outra margem do rio, continuando a reforçar econômica e militarmente o território espanhol. Embora o tratado não respeitasse, quanto às Missões, o princípio do *uti possidetis*, depois consagrado como dogma nas disputas territoriais, o grande ministro de D. João V, Alexandre de Gusmão, artífice principal das negociações entre as duas coroas, estabeleceu uma variante: a fixação da fronteira tendo em vista os fatores naturais. O realismo prevaleceu contra o mito da linha do Prata, insustentável com os recursos bélicos e humanos então possíveis.

Além de fixar populações, com a concessão de sesmarias, e de patrulhar o território desde os campos da Vacaria dos Pinhais a Chuí, a incursão demarcadora de Gomes Freire de Andrade conquistou e consolidou a base hidrográfica interior, da barra do rio Grande até o extremo dos rios interiores. No futuro, essa ocupação tornaria a região incólume às investidas castelhanas e forneceria as bases, já independente o país, ao resguardo da autoridade central. Foi durante a incursão de Gomes Freire de Andrade que surgiu a tranqueira do rio Pardo, em 1752, invicta nas lutas posteriores e que serviria de base para o domínio do território das Missões.

Além da tarefa de conquista, a obra de colonização se acentuou pela introdução dos açorianos. Em sincronia com o movimento militar que ocuparia as Missões, encaminharam-se estes para o porto de Dorneles, depois Guaíba, para se entrosarem com os colonizadores dos Campos de Viamão. À margem da bacia fluvial formou-se o cinturão de lavouras que abasteciam as tropas responsáveis pela colonização do território.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, encerrou a atribulada história diplomática do extremo sul, que consolidaria em poder da Espanha a Colônia do Sacramento e as Missões Orientais. O acertado no tratado já se mostrava patentemente anacrônico, diante do predomínio social da região em favor dos portugueses.

A estrutura administrativa deu consistência e coesão à obra de conquista militar e de povoamento. Fundada a fortaleza Jesus-Maria-José, Gomes Freire instituiu um órgão de direção e coordenação, que recebeu o nome de comandância militar, nos moldes das já existentes em Santos e na Colônia do Sacramento. Instituiu-se assim a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, subordinada à capitania do Rio de Janeiro, guarnecida inicialmente pelos dragões, de gloriosa e tumultuada história, no núcleo inicial e no rio Pardo. A administração do território cabia aos comandantes, como se fossem governadores-gerais. O regime das comandâncias estendeu-se de 1737 a 1760.

Boa parcela do progresso se deveu ao consumo dos efetivos militares, sem embargo dos confiscos arbitrários, não raros em toda a região. Segundo Ribeiro (2015) “a história da povoação do Rio Grande do Sul confunde-se com a história da presença militar na região, e surge como sua consequência direta”.

A Bacia do Prata foi definitivamente pacificada somente na década de 30 do século passado. Mesmo assim, a estratégia da presença e da dissuasão, então empregada para proporcionar a defesa do país e estabilização da região, em princípios do século XX, permaneceu vigendo até o advento da Estratégia Nacional de Defesa em 2008, razão pela qual o Estado do Rio Grande do Sul abriga colossal aparato militar, como uma herança da épica conquista do território.

3.2 A GEOPOLÍTICA IMPONDO OS LIMITES PARA O TERRITÓRIO SUL BRASILEIRO

A história do Rio Grande do Sul e a ocupação da Banda Oriental do Rio Uruguai (atual território da República Oriental do Uruguai) estão impregnadas da busca de expansão geográfica pela necessidade de assegurar territórios de interesse nacional dentro de fronteiras, com valor defensivo relevante, que pudessem garantir a posse da terra.

Nesse contexto se insere o conceito de “Sentido Geo-histórico” que Vives(1956) explica que é o encontro da geografia e da história para definir um acontecimento e mais que um sentido geográfico ou um sentido histórico, mas um sentido geo-histórico. O resultado deste fenômeno é o surgimento de um núcleo geo-histórico, que vem a ser aquele espaço natural favorecido pelo entroncamento de comunicações e correntes de tráfico, de onde, surge a vontade de criar uma ocupação humana. Normalmente um núcleo geo-histórico tende a ocupar uma margem de um rio, um espaço fértil, um local de localização estratégica para a região ou entorno. Além destes incentivos, existe outro para a expansão de núcleos

geopolíticos: a necessidade de segurança, a busca de maior proteção face a possíveis agressões exteriores. Nesse sentido Vives afirma:

De la misma manera que el individuo procura resguardarse de la adversidad acudiendo a las medidas preventivas que halla a su alcance, las sociedades políticas prevén el riesgo de una acometida extranjera que destruiría las condiciones económicas, sociales y espirituales de su existencia. Éste es el espíritu al que responde la fortificación de las fronteras. (VIVES,1956, p.147)

Ratzel afirma que todo Estado e povo devem ter um projeto geopolítico próprio, combinado com políticas não territoriais como as políticas econômicas, cultural-nacionais, etc; caso contrário, as políticas territoriais se tornarão unicamente políticas de expansão. Ratzel distinguiu conquista de colonização. “Por esse princípio, Ele distingue conquista de colonização, entendendo que a colonização como valorização territorial, processo de longo prazo que implica integração econômica e política e delimitação de fronteiras.” (COSTA,1992,p.36)

Esta convergência se materializou no caso da Província do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e, da mesma forma para os primeiros municípios que surgiram no território conquistado, aí incluído o Alegrete. A povoação que deu origem ao Alegrete atende ao conceito de Vives, pois a localização geográfica era adequada e o momento histórico vivido pelo império motivou a decisão de ocupar a porção sudoeste da Província de São Pedro. Como explica Vives “ Que este contato entre la Geografía y la História tiene un interés primordial no se desprende de la mera localización de un acontecimiento em la superficie del planeta- cual era el sumo ideal de la antoñona Geografía Política-sino, substancialmente, de la toma de posición del suelo por la humanidad,”(VIVES, 1956, p.27)

Defarges (2003) amplia a justificativa para a ocupação da região do pampa riograndense com os conceitos de geopolítica e geoeconomia ao afirmar:

A geopolítica analisa as relações entre o *homo politicus* e o espaço. Esta disciplina interroga-se sobre o peso dos fatores espaciais nas escolhas e relações políticas e, em sentido contrário, sobre o impulso destes elementos políticos na organização e controle do espaço. A geoeconomia, examina as interações espaciais na produção e nas trocas humanas, a utilização do espaço pelo homem, para o deslocamento das suas atividades econômicas. (DEFARGES,2003,P.133)

A geoeconomia supõe a combinação da geografia, da história e da economia. Estes componentes se amalgamaram na criação do município do Alegrete e foram catalisados pela presença do Exército colonial no início do século XIX. Hoje esta presença, se não é

imprescindível como outrora, é relevante para a estrutura socioeconômica para aquele território.

Mello (1999) aborda outra questão que se insere nos conceitos de geopolítica e que se manifestam na conquista do sul. Ele analisa o conceito de Área Pivô como sendo região, eixo, terra central ou coração continental – e sentencia que é o conceito-chave que constitui a pedra de toque do poder terrestre.

A área pivô vem a ser uma região que é selecionada para ser o centro por sua localização estratégica no território e passa a ser o centro de povoamento e ocupação regional, provocando a expansão de forma centrífuga para as áreas circunjacentes e apoiando a colonização e ocupação do território num entorno maior que o núcleo inicial. Assim foi feita a ocupação do atual Estado do Rio Grande com núcleos iniciais de povoamento em Rio Grande, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Porto Alegre, São José do Norte, Alegrete, Bagé, Pelotas, Missões. Todas estas povoações se desenvolveram a partir do conjunto socioeconômico e militar constituído por soldado, colono, fazendeiro e autoridades do Estado. Esta foi a estratégia para a ocupação dos espaços meridionais dos domínios de Portugal na América do Sul que corresponde ao conceito de área pivô.

As fronteiras meridionais do Brasil foram estabelecidas desde a chegada dos portugueses na América do Sul, mas forma consolidadas a partir do Século XVIII, buscando territórios que possibilitassem ao Brasil fronteiras seguras e espaços com valor econômico para assentar contingentes populacionais. Os luso-brasileiros expandiram o Império com visão estratégica calcada em princípios geopolíticos, como fronteira natural, espaço vital, núcleo com sentido geo-histórico, poder nacional entre outros. Estes conceitos foram aplicados muito antes dos mesmos serem organizados e didaticamente sistematizados pelos pensadores contemporâneos, constituindo as ciências geográfica e geopolítica que hoje conhecemos. Estas ações expansionistas atestam a grande visão estratégica dos estadistas portugueses e brasileiros durante a formação do Brasil.

A geopolítica, portanto, definindo a ocupação do território meridional do império lusitano na América do Sul, em destaque, o atual Estado do Rio Grande do Sul. As ações do Estado, ao longo dos séculos; na colônia, no Império e na Velha República, criaram territorialidade com a ocupação da margem ocidental do Rio Uruguai. Esta expansão territorial correspondeu aos espaços geoestratégicos de interesse nacional no cone sul.

Ao longo deste estudo constatamos a aplicação de vários conceitos da geopolítica como a afirmação de ViVes (1956) que “*La Geopolítica es siempre vida y movimiento, cambio*

y transformación” e complementada pela definição de que “La Geopolítica es la ciencia del Estado como organismo geográfico y, significativamente, como soberanía”(VIVES, 1956).

Esta visão geopolítica determinou os esforços militares, administrativos, políticos e diplomáticos para a conquista, ocupação, manutenção e reconhecimento da posse e soberania luso-brasileira no atual Rio Grande do Sul. A marcha luso-brasileira para o sul, em direção ao Estuário do Prata, foi liderada pelo soldado, seguido pelos colonos e fazendeiros, em muitos casos, estes três personagens da conquista épica do sul se confundiam em um só. O ocupante das planícies sulinas, em face das distâncias da metrópole e das ameaças, tinha que desempenhar as três tarefas necessárias para a conquista e conservação do pampa gaúcho: conquistar, defender e colonizar.

Este pensamento geopolítico encontra respaldo nas estratégias da presença e da dissuasão. Estas estratégias se caracterizam pela ocupação física dos espaços vazios por povoamento e pela presença militar, visando caracterizar a posse útil com base no princípio do direito internacional do *uti possidetis*(quem possui de fato deve possuir de direito). As unidades militares foram criadas no novo território o que consolidou as fronteiras do Estado e permitiu sua ocupação definitiva das vastas planícies. Os quartelamentos se transformaram em núcleos populacionais e assim incrementaram o desenvolvimento local e regional. Esta realidade política foi o apanágio para a diplomacia brasileira reivindicar a posse do território, nos muitos tratados de limites, que os luso-brasileiros acresceram ao patrimônio nacional até a configuração definitiva que temos hoje.

Após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. No entanto, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros. (BRASIL-2012, p.08)

O avanço da fronteira do Império do Brasil em direção ao Rio da Prata, na busca do Estado-Nação brasileiro, com o território definido, buscando “fronteiras naturais” e com valor defensivo foi alcançado no século XIX . Neste contexto geopolítico se enquadrou o município do Alegrete como uma zona de contato e apoio para a linha de fronteira.

Ribeiro destacou a relevância que a área estratégica sul teve para a política externa brasileira:

A região do rio da Prata teve preeminência na política exterior brasileira durante o século XIX. Intensificando-se durante o século XX, em razão do desenvolvimento

industrial e agrícola brasileiro nas regiões sul e sudeste, o que tornava a região da bacia do Prata o principal centro de gravitação da política externa na América do Sul. (RIBEIRO, 2013, p15)

Essa importância, dada pela política externa brasileira, determinou a localização de suas Forças Armadas na região sul do Brasil, tanto que o Comando Militar do Sul é o Comando que concentra os maiores efetivos militares do Exército Brasileiro.

Com as fronteiras meridionais definidas no século XX e o Brasil consolidando sua posição como potência regional no alvorecer do século XXI e a formação do bloco econômico do MERCOSUL associados a grande valorização dos biomas da amazônia e do cerrado provocaram mudanças nas prioridades de defesa do Brasil.

Com a alteração do cenário geopolítico, o governo brasileiro revê a sua Política de Defesa Nacional e lança a Estratégia Nacional de Defesa de 2012 como marco estruturante na construção de uma nova atitude em termos de defesa do país, e que deve trazer uma mudança na localização e disposição dos efetivos militares.

3.3 A PRESENÇA MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL

A presença das Forças Armadas Brasileiras no Estado, estão representadas pelas organizações militares do Exército Brasileiro (EB) integrantes do Comando Militar do Sul (CMS); da Marinha do Brasil (MB), subordinadas ao 5º Distrito Naval (5º DN), ANEXO-D e da Força Aérea Brasileira (FAB ANEXO-E, pelas organizações subordinadas ao 5º Comando Aéreo Regional (5º COMAR).

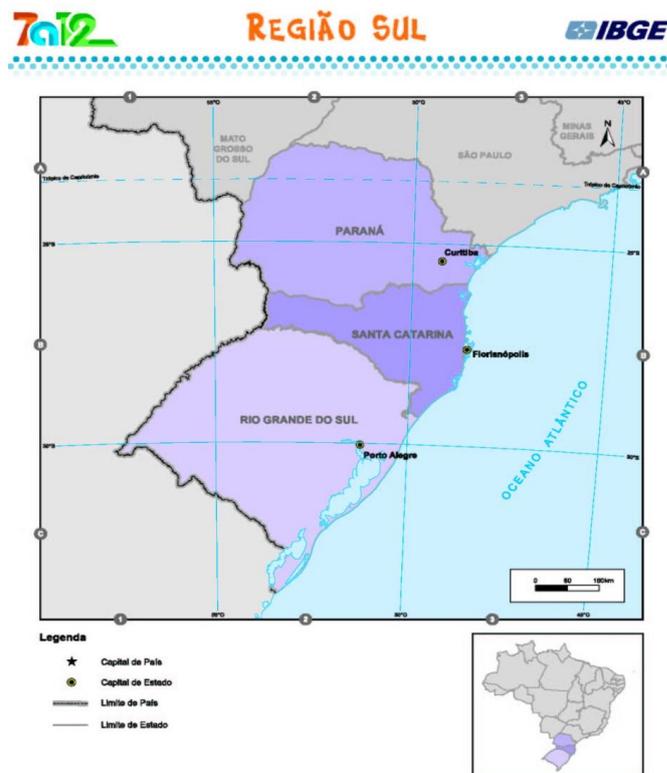
O atual Comando Militar do Sul teve as denominações de Comandos da Zona Militar Sul, III Exército e Comando Militar do Sul, sucessivamente, a partir de 1953. O CMS é diretamente subordinado ao Comando do exército Brasileiro, ANEXO B, sediado em Porto Alegre e com jurisdição militar sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Atualmente, é constituído por duas Divisões de Exército-ANEXO C-: a 3ª Divisão de Exército, com sede em Santa Maria-RS e a 5ª Divisão de Exército, sediada em Curitiba-PR. Além destes grandes comandos operacionais, o CMS possui dois Grandes Comandos Territoriais, que são a 3ª e a 5ª Regiões Militares com sedes em Porto Alegre e Curitiba, respectivamente. Também Organizações Militares Diretamente Subordinadas (8ª Brigada de Infantaria Motorizada, 3º Batalhão de Polícia do Exército, 3º Batalhão de Comunicações, 3º

Batalhão de Engenharia de Combate, 10º Batalhão de Engenharia de Construção). Entretanto, os Grandes Comandos que estão no território do Rio Grande do Sul são a 3ª Divisão de Exército e a 3ª Região Militar.

O mapa a seguir mostra a área de responsabilidade do Comando Militar do Sul com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. (Figura 1).

Figura 1 – Área de Ação do Comando Militar do Sul (CMS).



Fonte: IBGE acesso em dezembro de 2015.

A 3ª Divisão de Exército é herdeira dos feitos e das tradições da 3ª Divisão de Infantaria do Exército Imperial que, sob o comando do bravo Brigadeiro Antônio de Sampaio, cobriu-se de glórias nas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança. Em função de seu passado de glórias recebeu a denominação histórica de Divisão Encouraçada, completando, neste ano de 2017, 109 anos de existência.

A atual 3ª Divisão de Exército, tem suas origens na 3ª Brigada Estratégica, organizada em 6 de agosto de 1908, com seu Quartel General em Santa Maria. A partir dessa constituição inicial, passou por várias reorganizações, ostentando diferentes denominações. Em 11 de

Novembro de 1971, fruto da nova organização adotada pela força terrestre, recebeu a denominação de 3ª Divisão de Exército.

Em 2014, por decisão do Ministério da Defesa, estabeleceu-se medidas a serem implementadas, com vistas a um processo de transformação do Exército Brasileiro. Nesse contexto, o Comando do Exército elaborou um Plano de Reestruturação do Comando Militar do Sul (CMS) que estabeleceu ações estratégicas, dentre as quais se destacam a desativação da 6ª Divisão de Exército e a passagem de subordinação da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Bagé-RS) para a 3ª Divisão de Exército (Santa Maria-RS), esta é a mais recente reestruturação que a 3ª DE teve.

São subordinadas à 3ª DE a 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec), com sede em Santiago; a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), com sede em Uruguaiana; a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), com sede em Santa Maria, e a Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD-3), com sede em Cruz Alta e a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Bagé-RS.

A 3ª DE tem responsabilidade sobre uma área correspondente a pouco mais da metade do Rio Grande do Sul, abrangendo 309 dos 497 municípios do Estado. Abriga um efetivo aproximado de 20.000 homens e mulheres, distribuídos em 57 Organizações Militares subordinadas, localizadas em 19 Guarnições. Na sua área de abrangência estão localizadas, também, 14 Organizações Militares Regionais e 3 Estabelecimentos de Ensino. Em sua área, funcionam 3 Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Sediada na acolhedora Santa Maria, Coração do Rio Grande e Capital dos Blindados, a 3ª DE tem realizado uma profícua interação das Organizações Militares com o mundo acadêmico, empresarial e governamental, sendo prova disso os convênios firmados com a UFSM, UFRGS, na área de ciência e tecnologia, e as parcerias com a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM) para implantação do Polo de Defesa de Santa Maria e TecnoParque e realização do Seminário Internacional de Defesa. Bem como, contribuído com o desenvolvimento da região por intermédio de suas organizações militares distribuídas em diversas cidades do interior, pelo apoio e incentivo as diversas operações de caráter cívico social, fortalecendo e ampliando, dessa maneira, a integração do Exército Brasileiro com a sociedade.

A Missão da 3ª DE é, na defesa externa, planejar coordenar, controlar e supervisionar as atividades desenvolvidas, com a finalidade de atender às determinações dos Escalões Superiores, bem como às necessidades dos Escalões Subordinados e as suas próprias

necessidades; e viabilizar o preparo e o emprego operacional da tropa no âmbito da 3ª DE. Na segurança integrada, atuar permanentemente de modo preventivo e, mediante ordem, de modo operativo, na área sua área de responsabilidade.

A 6ª Divisão de Exército é o Grande Comando Operacional responsável pela defesa da faixa de fronteira com o Uruguai, tem suas origens no período do Império, com seu Quartel General em Porto Alegre. É composta por duas Brigadas e uma Artilharia Divisionária. Está distribuída em 13 municípios, integrada por 9940 militares. Entretanto o Comando da 6ª Divisão de Exército foi **extinto** (grifo nosso) no ano de 2015 como resultado da aplicação da END. As suas brigadas permanecem em atividades. A 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé passou a integrar a 3ª Divisão de Exército e a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas ficou diretamente subordinada ao CMS.

A 3ª Região Militar é o Grande Comando Territorial encarregado da logística de todos os quartéis do Rio Grande do Sul. Possui Organizações Militares em 13 municípios e tem o efetivo de 4400 militares. Seu Quartel General fica em Porto Alegre.

O 5º Distrito Naval com sede em Rio Grande e jurisdição militar, também nos três estados da região Sul, está presente nos municípios gaúchos com organizações de marinha: Porto Alegre, Pelotas e Uruguaiana, perfazendo um total de 2025 militares.

A Ala 3 (antigo 5º Comando Aéreo Regional e base Aérea de Canoas) tem a mesma jurisdição territorial que o EB e a MB na região sul e possui um contingente de 4124 militares distribuídos na sede da Ala 3 e Ala 4 (antiga Base Aérea de Santa Maria), além de contingentes em instalações da FAB de menor porte nos municípios de Santiago, Uruguaiana e Canguçu.

Portanto a soma dos contingentes da FFAA no Rio Grande do Sul alcança o efetivo de 40000 militares distribuídos em 51 municípios, sendo 31 no Rio Grande do Sul, ANEXO- A esta presença militar acompanha a história do Estado, o que levou Ribeiro a afirmar.

Esta presença é tão normal na sociedade local que chega mesmo a passar despercebida, dado o grau de integração e interação existente entre as forças militares e as populações locais, habituadas que estão com o aporte econômico, cultural e social trazido por sua presença. (RIBEIRO 2015, p.02)

O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro com o maior efetivo militar, como consequência da conquista e ocupação do território na expansão luso-brasileira em direção ao Estuário do Prata. Esta herança histórica alcançou os nossos dias, mas deverá ser alterada em face da implementação a END-2012, que revê o reposicionamento das forças militares pelo

território nacional e impactará o Estado em consequência das realocações ou extinções de Unidades Militares de cidades onde estas instituições estão intrinsecamente vinculadas a vida social e econômica do município.

3.4 A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

A Civilização do Rio Grande do Sul foi acentuadamente castrense (militar). A conquista e povoamento do estado foi realizado com a expressiva participação das tropas luso-brasileiras com a construção de fortes, cidadelas ou apenas acampamentos militares para guardar as fronteiras ou demarcar o território nos vários tratados de limites que os ibéricos estabeleceram entre as suas colônias na América do Sul. Junto com as tropas seguiam familiares, aventureiros e colonos em busca de terras e para o estabelecimento de estâncias que criavam o gado e muares que abasteceria com alimento, couro e mulas o grande afluxo de mão de obra do ciclo do ouro em Minas Gerais.

A importância das Forças Armadas (FA) se revela nos aspectos socioeconômicos uma vez que a sua presença militar no Estado do Rio Grande do Sul se faz sentir não somente por meio de seu efetivo de 42000 militares, sua presença em 51 municípios e suas dezenas de unidades militares: a cada militar, existem afiliados, em média, cerca de três dependentes. As Forças Armadas possuem centenas de viaturas blindadas e milhares viaturas militares, dezenas de aviões e navios, que demandam serviços diversos às comunidades locais, desde alimentação até fornecimento de materiais e serviços. Todo este colossal aparato militar necessita ser suprido com toda a gama de produtos de defesa, os quais podem ser produzidos ou adquirido no estado.

Além destes aspectos, as organizações militares são grandes empregadoras de mão de obras, sendo as maiores empregadoras nos municípios pequenos, e qualificadoras de pessoal. Capacitam mão de obra para o mercado de trabalho local através dos cursos profissionalizantes disponibilizados pela instituição militar ou pelas atividades técnicas que os militares desempenham nos quartéis. Os milhares de jovens que prestam o serviço militar inicial, tem a oportunidade de adquirir uma profissão e, com isso, ao sair do serviço militar esta profissionalizado e em condições de se inserir no mercado de trabalho.

Ribeiro coloca a inserção que os militares da ativa e da reserva tem nas comunidades:

Os militares da ativa, ao se estabelecerem em seus quartéis e bases, acabam por inserir-se nas comunidades locais, contraindo matrimônio, gerando filhos e, finalmente, quando passam à reserva, muitos acabam se assentando definitivamente nas comunidades, criando pequenos negócios, participando na política local, gerando benefícios diversos. (RIBEIRO, 2015, p.05)

Neste cenário destaca-se o município de Alegrete, que possui seis organizações militares com um efetivo aproximado de 2800 militares da ativa e cerca de 1000 inativos e pensionistas no município, havendo uma perspectiva de que quatro dessas organizações sejam transferidas para o norte do país.

Em Alegrete a população de origem militar, o que chamamos de família militar, composta dos militares da ativa (2250 militares), inativos (972 militares), pensionistas (888 pessoas) e familiares (5525), totalizando 9635 pessoas. Este contingente corresponde a cerca de 12,3% da população total do município, o que expressa a relevância da presença militar. Alguns destes números permitem antever, por si só, a relevância socioeconômica das ações da Estratégia Nacional de Defesa.

Toda esta conjuntura militar nos faz refletir sobre a relevância psicossocial, cultural e socioeconômica das ações da Estratégia Nacional de Defesa para os municípios que possuem organizações militares em seu território.

4 APOLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

O Brasil desfruta, em face da sua estatura geopolítica, econômica e cultural de uma posição de destaque no concerto das nações, o que despertou no governo nacional uma nova postura no campo da defesa. Além da intensificação da projeção do Brasil no cenário mundial e sua maior inserção em processos decisórios internacionais o país repensou e atualizou a sua política de defesa com uma visão sistêmica e com transversalidade pelos diversos ministérios e buscando a participação da sociedade nos processos de planejamento e elaboração da Política Nacional de Defesa (PND).

A iniciativa do governo federal de colocar as questões de defesa para a discussão da sociedade brasileira e formular um planejamento de longo prazo para a defesa da pátria é fato pioneiro na história do Brasil.

O Brasil é uma nação pacífica por tradição e convicção, mas ser pacífico não significa ser desprotegido. A PND vem reafirmar o compromisso da nação brasileira com os valores de soberania, de integridade do patrimônio e do território e de apoio ao desenvolvimento nacional.

A Política Nacional de Defesa é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas e tendo por finalidade estabelecer os objetivos e as diretrizes para o preparo da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. A visão estratégica desta política entende que a defesa da Nação é inseparável do seu desenvolvimento, proporcionando-lhe o indispensável escudo de proteção.

Este diploma legal é o marco para toda a política de defesa do Brasil e define os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, analisa os cenários internacional e nacional e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa. Também tem a propriedade de orientar a consecução desses objetivos.

A PND tem a finalidade de fixar os objetivos da Defesa Nacional e orientar o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja.

A Política Nacional de Defesa interessa a todos os ramos da sociedade brasileira. Um

dos propósitos da Política Nacional de Defesa é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros. Pois, apesar do Brasil não ter ameaças latentes, o País não pode negligenciar a sua proteção, como ressalta a PND.

Entrou em vigor na data da publicação do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2005. Este Decreto contém dois artigos, um aprovando a Política de Defesa Nacional e outro indicando que os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional.

A Política Nacional de Defesa é composta por uma parte política, que contempla os conceitos, os ambientes internacional e nacional e os objetivos da defesa. Outra parte, de estratégia, engloba as orientações e diretrizes. A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias, no fortalecimento da paz e da segurança internacionais e a integração da América do Sul.

Este documento explicita os conceitos de Estado, Segurança e de Defesa Nacional, analisa os ambientes internacional e nacional e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa. Além disso, orienta a consecução desses objetivos.

Coloca o Estado como território com seu povo, leis e governo próprios e com independência nas relações externas. O Estado detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo, também, a segurança interna e externa. Neste caso, as Forças Armadas (FA), constituídas da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e Força Aérea brasileira, também chamadas de Forças Singulares, têm a atribuição precípua da defesa nacional.

A partir deste conceito fundamental, a PND faz uma análise sobre segurança e conclui que as exigências de segurança nacional vão além da visão de confrontação entre nações, que buscavam somente a proteção contra ameaças de outras nações. Com o desenvolvimento das sociedades há um aprofundamento da interdependência entre os Estados com novas exigências sendo agregadas.

Dessa forma, gradualmente o conceito de segurança foi sendo ampliado, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e

outros. Portanto, para resguardar a segurança da nação se faz necessário providências multidisciplinares e integradas, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e, as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial. Muitas dessas ações não envolvem diretamente as Forças Armadas. Cabe considerar que a segurança pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições com diferentes perspectivas. A PND coloca a segurança, em linhas gerais, como a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas. Por sua vez, ” ... defesa é a ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado”(PND, 2005, p. 02).

O Ministério da Defesa (MD) adota os seguintes conceitos para efeito da Política Nacional de Defesa: A Segurança como a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; define a Defesa Nacional como o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

A análise do MD sobre o ambiente internacional aponta para a preocupação decorrente do fim do confronto ideológico bipolar como efeito geopolítico pós Segunda Guerra Mundial. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética termina o mais longo confronto ideológico do capitalismo versus comunismo definidos como a Guerra Fria e com ele a redução do grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a Segunda Guerra Mundial. A situação geopolítica que se seguiu foi o surgimento da potência hegemônica representada pelos Estados Unidos da América. Entretanto, com o desenvolvimento econômico, tecnológico, científico e militar da República Popular da China, da formação de blocos econômicos como a União Europeia, o Mercosul, entre outros de menor expressão tornou o mundo multipolar e com o poder mundial fragmentado e difuso.

Nesse cenário, é pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Entretanto, aumentaram os conflitos de caráter étnico e religioso, renascem os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, fatores que afetam a ordem mundial (PND, 2005). Também poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial, por espaços pouco povoados, por de minérios e recursos naturais e biodiversidade, e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a

ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito. Com a ocupação dos últimos espaços terrestres, as fronteiras continuarão a ser motivo de litígios internacionais. Todos estes aspectos estão presentes nos interesses nacionais e existem em grande proporção no patrimônio nacional brasileiro, portanto são questões de permanente acompanhamento pelo governo brasileiro.

Também o processo da globalização com a interdependência crescente dos países e a expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, resultou em avanços para uma parcela da humanidade e a exclusão de parcela significativa da população mundial dos processos de produção, consumo e acesso à informação constitui situação que poderá vir a configurar-se em conflito que podem afetar os interesses nacionais. De forma similar, a criação de blocos econômicos tem acirrado a concorrência entre grupos de países. Nesse processo, as economias nacionais dos países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis às crises ocasionadas pela instabilidade econômica e financeira em todo o mundo.

Outra questão muito importante para o Brasil e que é uma das grandes preocupações da humanidade é a questão ambiental. Como um país possuidor de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo como a região amazônica, o complexo do pantanal e o centro-oeste podem tornar-se objeto de interesse internacional.

Estes interesses escusos podem ser apresentados como preocupação com as mudanças climáticas ou proteção de povos tradicionais questionando a soberania nacional. Esta preocupação nacional está dimensionada na Estratégia Nacional de Defesa com a colocação da Região Amazônica como primeira prioridade de defesa nacional seguida da região centro-oeste, implicando alocação de vultosos recursos e a intensificação da presença das Forças Armadas para estas regiões.

A Política Nacional de Defesa 2012 prioriza o ambiente regional da América do Sul e busca aprofundar seus laços de cooperação. Porém o País visualiza um entorno estratégico que vai além da região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países da África Ocidental, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região.

Considera-se a América do Sul uma região relativamente pacífica distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares. Além disso, o continente desenvolve processos de consolidação democrática e de integração regional que permitem aumentar a confiança mútua e a favorecer soluções negociadas de eventuais conflitos.

Corroborar com distensionamento regional o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração.

Mesmo sendo a América do Sul uma região pacífica, a segurança do Brasil pode ser afetada pelo grau de instabilidade do entorno regional. Assim, a existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais principalmente nas fronteiras norte e oeste do País pode provocar o transbordamento de conflitos para dentro do Brasil. A persistência desses focos de incertezas é, também, elemento que justifica a prioridade à defesa do Estado, de modo a preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência.

Para traçar os Objetivos Nacionais de Defesa e traçar a Estratégia Nacional de Defesa foi analisado o perfil do Brasil, concluindo-se que é ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com quase todos os países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais, conferindo ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa. País de dimensões continentais engloba grande variedade fisiográfica divididas em cinco macrorregiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Em face desta variedade geográfica a PND prevê “... O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul” (PND, 2005, p. 10).

A Amazônia brasileira é avaliada como prioridade número um em face de seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, e, por isto, despertar a atenção internacional. A manutenção da soberania nacional será garantida pela presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira. Esta condição de ocupação das fronteiras amazônicas ficam claras quando a PND preconiza que “O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PND, 2005, p. 10).

Outro aspecto relevante para a análise geopolítica do País é a maritimidade que o Brasil desfruta. A história do Brasil evidencia que o mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. O Brasil desenvolveu uma vocação marítima

respaldada em extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul, acompanhado de significativo poder naval.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar abre a possibilidade de o Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, que a Marinha do Brasil denominou de “Amazônia Azul”. Esta área marítima inclui a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás do país, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais. O transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior.

A soberania nacional fica muito bem materializada nas dimensões continental e marítima, mas sobrejacente às duas primeiras, existe dimensão aeroespacial, que é de fundamental para a Defesa Nacional. O controle do espaço aéreo e a sua boa articulação com os países vizinhos, assim como o desenvolvimento de nossa capacitação aeroespacial, constituem objetivos setoriais prioritários.

Para estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político estratégica do País com a finalidade de preservar a soberania e os interesses nacionais a Política Nacional de Defesa elabora, a partir da avaliação dos ambientes descritos, os Objetivos Nacionais de Defesa:

- a) garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- b) defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- c) contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
- d) contribuir para a estabilidade regional;
- e) contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- f) manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
- g) conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;
- i) desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;

- j) estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;
- k) desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

A Política Nacional de Defesa enumera os Objetivos Nacionais de Defesa onde cita o desdobramento das Forças Armadas pelo território nacional, que é o objetivo, cuja implementação pela Estratégia Nacional de Defesa, trará consequências que são objeto de estudo da pesquisa em tela. **“VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas(grifo nosso) no território nacional;”(BRASIL, 2012, p. 17)**

Consoante a PND, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 aprovou a Estratégia Nacional de Defesa (END), cuja finalidade principal é traduzir a PND em estratégias de médio e longo prazo, de modo a enlaçá-la a estratégias de desenvolvimento nacional. A END é o elo que une o conceito e a política de independência nacional e as Forças Armadas para garantir essa independência.

4.1 AS BASES GEOPOLÍTICAS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A Estratégia Nacional de Defesa vai operacionalizar a Política Nacional de Defesa, no médio e longo prazo, estipulando diretrizes e definindo prioridades que balizam o planejamento das Forças Armadas para o cumprimento de suas missões constitucionais dentro da conjuntura que o Brasil se insere.

O espaço geopolítico de interesse prioritário do Brasil é a América do Sul, mas considera o entorno estratégico que abarca o Atlântico Sul, os países da África Ocidental, além da Antártica e o mar do Caribe.

A visão geopolítica brasileira se altera no final do século XX. As prioridades de defesa nacional se modificam, passando a Região Sul para uma prioridade secundária e a Região Norte com primazia máxima. Também sofre revisão a postura brasileira com relação aos vizinhos do Cone Sul, passando a buscar mais integração que supremacia regional.

Analisando a conjuntura do Cone Sul, podemos constatar que, após a redemocratização do Brasil, o que caracterizou o primeiro governo civil, terminam as antigas divergências com os tradicionais adversários do Cone Sul. Miyamoto coloca que:

De um lado, o processo de integração com a Argentina, firmado pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, pareceu sepultar definitivamente a ideia que o pensamento geopolítico brasileiro fora sempre concebido com o intuito de conseguir a supremacia regional. (MIYANMOTO, 1995, p.134)

A nova visão da END está em consonância os princípios diplomacia brasileira consagrada ao longo do tempo como:

“...a prevalência do multilateralismo e o fortalecimento dos princípios consagrados pelo Direito Internacional como a soberania, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados são promotores de um mundo mais estável, voltado para o desenvolvimento e bem-estar da humanidade” (Brasil, 2012, p.11).

Os inúmeros protocolos assinados pelos países do Cone Sul, cobrindo extensa gama de serviços e comércio, culminando com o advento do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), sinalizava que a visão de integração e de cooperação substituíra a ótica do conflito.

A busca pela cooperação na América do Sul se ampliou com os processos de integração, além do MERCOSUL e do estreitamento dos países amazônicos através da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o fortalecimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos (CELAC), a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA). Todos estes fatores contribuem para reduzir desconfianças e rivalidades e a possibilidade de conflitos no entorno estratégico Sul-Americano. A (PND, 2012) sintetiza esta conjuntura afirmando que a consolidação da democracia e a integração regional tende a aumentar a confiança mútua e a favorecer as soluções negociadas em eventuais conflitos regionais.

Entretanto, a persistência de áreas de instabilidade e regiões com incidência de ilícitos transnacionais obrigam que as forças de defesas nacionais permaneçam prontas e vigilantes para possíveis transbordamentos de conflitos para dentro do território brasileiro. A localização destes focos de riscos nas fronteiras norte e oeste são um dos motivos que levaram a alta prioridade que a PND atribui a estas regiões.

Todos os conceitos geopolíticos que impuseram o esforço para a conquista e colonização do Rio Grande do Sul hoje estão consolidados e o território absolutamente definido com a presença do Estado e a ação do Poder Nacional inquestionavelmente presente e atuante. Entretanto, as regiões Norte e Oeste do Brasil não desfrutam destas prerrogativas.

Somando-se a essa conjuntura com as alterações geopolíticas do cone sul, que trouxe o distensionamento das relações políticas do Brasil com seus vizinhos, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, revê a sua Política Nacional de Defesa e lança a Estratégia Nacional de Defesa. Esta nova abordagem inclui a alteração de prioridade, no campo da defesa, da Área Estratégica Sul para as Áreas Estratégicas Norte e Oeste.

Cabe aqui destacar a observação de Miyamoto (1995) quanto a dinâmica da geopolítica "cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: que a geopolítica apresenta-se de forma dinâmica".

Atencio destaca o dinamismo com que as questões geopolíticas devem ser tratadas pelo Estado ao afirmar:

Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar na operação da defesa nacional e na consideração da **relativa permanência da realidade geográfica (grifo nosso)**, e lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes" (ATENCIO, 1975, p.41)

A Política Nacional de Defesa (PND, 2012) estabelece que o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul.

Dentro desta visão dinâmica da geopolítica é que a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional e, portanto, requer especial atenção da estrutura de defesa nacional, consubstancia na Estratégia Nacional de Defesa. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. Com a prioridade estabelecida para a região Norte, vários projetos civis e militares estão carreando meios e pessoas para ocupar os vazios populacionais existente e desenvolver a região amazônica.

A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A PND faz uma orientação específica para a região amazônica, destaca-se que é a

única região do Brasil que recebe citação expressa quanto a necessidade de ações estratégicas para a garantia da soberania nacional naquela região. A esta orientação a Estratégia Nacional de Defesa responde com a alocação prioritária de recursos das Forças Armadas voltadas para a Amazônia.

“ Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais(Brasil, 2012, p. 31)”

Os fundamentos que embasam esta decisão estratégica são, basicamente, os mesmos que levaram nossos antepassados a ocupar o pampa sul riograndense. As fronteiras físicas do Norte e Oeste, apesar de geograficamente definidas, não estão consolidadas com a presença firme do Estado e do Poder Nacional em toda a sua plenitude. Para atender as diretrizes e os Objetivos Nacionais de Defesa preconizados na Política Nacional de Defesa, a partir destas definições, a Estratégia Nacional de Defesa repensa a forma de desdobrar as Forças Armadas no território nacional, remodelando a ordem de batalha⁴ das três forças, partindo de princípios de guerra e estratégias militares que melhor possam atender as diretrizes da PND e estejam em sintonia com as novas tecnologias e a nova ordem mundial e regional nas quais o Brasil se insere.

As estratégias da presença e da dissuasão continuam presentes na ocupação dos espaços amazônicos porém, outras estratégias ou até novas formas de abordagem para atender as necessidades de presença militar visível em tão grande área se fizeram necessárias para conciliar as grandes necessidades humanas, materiais, estruturais diante das limitações orçamentárias do Ministério da Defesa.

Uma das soluções já apresentada é a estratégia da cooperação, que visa distensionar as relações com os vizinhos, criando um ambiente propício para a integração e confiança mútua.

Ao lado da estratégia da cooperação, destaca-se a estratégia da dissuasão mas, com componentes que lhe dê efetividade sem ônus excessivo que a simples presença maciça de organizações militares com numerosos efetivo acarretariam.

São complementos a nova abordagem estratégia da dissuasão: Para dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir lhes o uso do espaço aéreo nacional é necessário estar preparado para

⁴ Ordem de Batalha é a expressão militar para definir a distribuição geográfica de determinada força militar.

combater. Esta condição implica em adestramento das tropas e o reconhecimento das nações estrangeiras do preparo para o combate das forças brasileiras. O poder militar de uma força não pode prescindir do necessário aparato tecnológico como relevante instrumento do combate.

A END preconiza que as Forças Armadas deverão ser organizadas com base no trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, como forma de adequar a presença de tropas nas vastas regiões nacionais sem aumento excessivo dos efetivos. Esta diretriz implica que o país terá que desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras. Estas capacidades deverão ser implementadas com a utilização de tecnologias de monitoramento terrestre, marítimo, aéreo e espacial, cujo domínio tecnológico seja nacional.

Ação de pronta resposta a qualquer agressão ou ameaça. O desejável é que as FA desenvolvam, concomitantemente com a capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente as demandas de segurança através da capacidade de mobilidade estratégica. A mobilidade estratégica como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito. Combinada com mobilidade táticas das tropas que atuarão contra as ameaças.

Tornar efetiva a presença de unidades da Marinha, do Exército e da Força Aérea nas fronteiras é tarefa muito dispendiosa, portanto, deve-se ter claro que, em face das dimensões continentais do território nacional, presença não quer dizer onipresença. A presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controle e com mobilidade

Esta estratégia da mobilidade torna-se fundamental em face da vastidão do espaço a defender e as limitações dos meios para defendê-lo. As dificuldades de se ter a presença de tropas, sobretudo ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas do litoral, tem limitações intrínsecas. É a mobilidade que permitirá superar o efeito prejudicial de tais limitações. A mobilidade tem a capacidade de alternar a concentração e a desconcentração de forças, com o propósito de dissuadir e combater a ameaça com economia de meios físicos e orçamentários.

Para atender a estas necessidades, a Estratégia Nacional de Defesa entende que a mobilidade estratégica, reforçada pela mobilidade tática, associada com o monitoramento/controle é uma das bases do poder militar do Brasil.

Estratégia da unidade de comando, que vem a ser, para o conjunto das Forças Armadas, o trabalho unificado em operações conjuntas das três forças. É a aplicação na Defesa do

⁵ Entendida como a aptidão para se mover dentro de uma região.

princípio administrativo da sinergia⁶. Esta estratégia é adotada em muitos países e busca a otimização da aplicação de recursos e a aplicação plena do poder militar da nação em prol da defesa da pátria. Esta ação se dá pela atuação do Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Estratégia da flexibilidade, onde o conceito de flexibilidade no combate, busca atender aos requisitos de monitoramento/controlado, mobilidade e presença o que exige que as forças desenvolvam algumas capacidades que permitam que as Forças Armadas estejam aptas para operar no amplíssimo espectro de circunstâncias que o futuro poderá trazer. São exemplos: ações em ambiente de selva, montanha ou ações de garantia da lei e da ordem. A END (Brasil, 2012) coloca que o adequado é organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra, na citação latina *Civis Pacem Parabellum*- se queres a paz prepara-te para a guerra.

Com este arcabouço geopolítico e de princípios de guerra é que vai ser elaborada a Estratégia Nacional de Defesa para apontar como deverão ser atingidos os objetivos de defesa preconizados na Política Nacional de Defesa.

4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A Estratégia Nacional de Defesa entrou em vigor com a publicação do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e atualizada em 2012. A Estratégia Nacional de Defesa trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Ao propiciar a execução da Política Nacional de Defesa com uma orientação sistemática e com medidas de implementação, a Estratégia Nacional de Defesa contribuirá para fortalecer o papel cada vez mais importante do Brasil no mundo.

Neste sentido, a END é inédita, pois nunca houve uma estratégia nacional para direcionar de forma planejada e sistemática a reorganização das Forças Armadas; a organização da indústria de material de defesa, para garantir a autonomia operacional para as três Forças: a Marinha, o Exército e a Força Aérea e apresentar uma política de composição dos efetivos militares, reconsiderando o Serviço Militar Obrigatório.

⁶ Princípio no qual a combinação de força para um realizar um mesmo trabalho tem maior rendimento que cada parte realizar individualmente o mesmo trabalho. O todo é maior que a soma das partes.

A Política Nacional de Defesa estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa, portanto determina-O que fazer. A Estratégia Nacional de Defesa define as estratégias para atingir estes objetivos. Ou seja, a PND define – O como fazer.

O planejamento está estruturado em ações estratégicas de médio e longo prazo e tem por objetivo a modernização da estrutura nacional de defesa, a partir de três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria nacional de defesa e políticas de composição dos efetivos das forças Armadas. Concomitante com estas diretrizes define três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear.

A END assim define os três eixos estruturantes:

O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. Enumeram-se diretrizes estratégicas relativas a cada uma das Forças e especifica-se a relação que deve prevalecer entre elas. Descreve-se a maneira de transformar tais diretrizes em práticas e capacitações operacionais e propõe-se a linha de evolução tecnológica necessária para assegurar que se concretizem. (BRASIL, 2012, p.34)

O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de produto de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional...O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL,2012, p.35)

A END-2012 pauta-se em 25 diretrizes. A diretriz de número 1 aborda a essência de toda a END que vem a ser a aplicação da estratégia da dissuasão, ou seja, dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e impedir o uso do espaço aéreo nacional. A dissuasão é a missão básica das FA com relação a defesa da pátria.

As diretrizes 2, 3, 4 e 5 abordam a necessária evolução doutrinária e tecnológicas das Forças Singulares para que possam desenvolver, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão com base na capacidade de monitorar/controlar que associadas a mobilidade estratégica confere a condição as Forças Armadas brasileiras a desejável capacidade de dissuasão.

A sexta diretriz trata do fortalecimento dos três setores que a END coloca como de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear. O desenvolvimento desses setores estratégicos para o desenvolvimento nacional assegurará o atendimento ao conceito de flexibilidade e dualidade da tecnologia. A importância desses setores ultrapassam a divisão

entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar. Os setores espacial e cibernético permitirão, em conjunto, que a capacidade de vigilância e monitoramento do País não dependa de tecnologia estrangeira e que as Forças Armadas, em conjunto, possam atuar em rede, plenamente integradas.

O setor nuclear é de extrema relevância para o desenvolvimento nacional e para a defesa do país. O Brasil tem compromisso – decorrente da Constituição e da adesão a Tratados Internacionais para o uso pacífico da energia nuclear. Entretanto, o país não abandonará a capacidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia, pois o Brasil precisa desta fonte de energia para ter uma matriz energética flexível e equilibrada e a capacidade de avançar em áreas, tais como as de agricultura e saúde, que podem se beneficiar da tecnologia de energia nuclear. E construir submarinos de propulsão nuclear para garantir a soberania nacional nas águas jurisdicionais brasileiras com a negação do uso do mar por uma força hostil.

Das 25 diretrizes gerais, destaca-se a diretriz que orienta o reposicionamento dos efetivos da FA. A efetivação desta diretriz traz a adoção de novos conceitos como a mobilidade estratégica e a aplicação sinérgica do trinômio: monitoramento/controle, mobilidade e presença.

A diretriz do reposicionamento das organizações militares é a que desperta maiores preocupações pelos reflexos negativos decorrentes da sua efetivação no Rio Grande do Sul, fulcro desta pesquisa. O reposicionamento significa a transferência de forças com a consequente desterritorialização dos militares e seus dependentes de onde esta presença não é mais tão relevante, sob o aspecto de defesa nacional, como as regiões Sul e Sudeste para o Norte e o Oeste do Brasil.

Dentre as diretrizes, 08 (oito) delas tratam a respeito do posicionamento das Forças Armadas no território e ressaltam a necessidade de um relacionamento de cooperação com países vizinhos. A Diretriz de número 08 se destaca porque define as regiões que deverão ser priorização quanto ao reposicionamento das forças militares:

8. Reposicionar os efetivos das três Forças. As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil... As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. Deverá o Exército agrupar suas reservas regionais nas respectivas áreas, para possibilitar a resposta imediata na crise ou na guerra (BRASIL, 2012, p.28).

Ainda sobre o posicionamento das Força, a diretriz número 9 coloca que as FA deverão adensar a presença de unidades da Marinha, do Exército e da Força Aérea nas

fronteiras. Com fronteiras tão grandes a efetividade da presença militar será possível pela conjugação do binômio monitoramento/controle com a mobilidade.

A Estratégia Nacional de Defesa, na diretriz número 10, prioriza a região amazônica. A END destaca que o Brasil estará atento na afirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira, não aceitando qualquer tentativa de ingerência nas decisões soberanas sobre a preservação, desenvolvimento e de defesa da Amazônia. A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

A base industrial de defesa é colocada em evidência como um fator fundamental para dar a capacitação da indústria nacional de material de defesa na busca da autonomia tecnológica em produto de emprego militar. Para tanto foram estabelecidos regimes jurídico, regulatório e tributário especiais protegerão as empresas privadas nacionais de produtos de defesa contra os riscos do imediatismo mercantil e assegurarão continuidade nas compras públicas para as Forças Armadas.

A Estratégia Nacional de Defesa traça Objetivos Estratégicos para as Forças Armadas:

a) **Marinha do Brasil**

A prioridade de defesa é negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. Esta condição de impedir a ação de uma força inimiga em águas brasileiras corresponde, antes de qualquer objetivo estratégico, a estratégia de defesa marítima do Brasil.

Com isto será necessária uma reconfiguração das forças navais. Ao garantir seu poder para negar o uso do mar ao inimigo, o Brasil precisa manter a capacidade focada de projeção de poder e criar condições para controlar, no grau necessário à defesa e dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas e águas interiores de importância político-estratégica, econômica e militar, e também as suas linhas de comunicação marítima.

Para objetivo estratégico da Marinha definido na END de negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder implica:

- defesa proativa das plataformas petrolíferas;
- defesa proativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;

- prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e
- capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região.

Para atender ao poder naval necessário para cumprir o objetivo estratégico referido, a Marinha do Brasil necessitará expandir seus meios de combate, constituindo uma força naval de superfície que contará tanto com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto-mar, como com navios de porte menor. Também contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional, como de propulsão nuclear e uma moderna força aeronaval.

Além de forte poder naval a Marinha construirá, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro, atendendo a prioridade para a região amazônica que a END estabeleceu.

O setor estratégico sob responsabilidade da Marinha do Brasil é o Nuclear.

O setor nuclear transcende, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa. Por norma constitucional e por tratado internacional, o Brasil abdicou da faculdade de empregar a energia nuclear para qualquer fim que não seja pacífico. Entretanto o Brasil, ao abrir mão do acesso ao armamento nuclear, não abandonou a busca do domínio da tecnologia nuclear. Vai desenvolvê-la inclusive por meio das seguintes iniciativas:

- Completar, no que diz respeito ao programa de submarino de propulsão nuclear, a nacionalização completa e o desenvolvimento em escala industrial do ciclo do combustível e da tecnologia da construção de reatores, para uso exclusivo do Brasil;
- Acelerar o mapeamento, a prospecção e o aproveitamento das jazidas de urânio;
- Aprimorar o potencial de projetar e construir termelétricas nucleares, com tecnologias e capacitações que acabem sob domínio nacional; e
- Aumentar a capacidade de usar a energia nuclear em amplo espectro de atividades como saúde e agricultura.

b) Exército Brasileiro:

O Exército Brasileiro já está se reestruturando para atender as diretrizes da END. O Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA), apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da Força para 2031, com marcos temporais em 2015 e 2022.

O PROFORÇA tem como um de seus produtos: as novas articulação e estruturação da Força Terrestre (F Ter); as diretrizes para a concepção estratégica do Exército Brasileiro; as diretrizes para cada um dos Vetores de Transformação (VT); as diretrizes para a futura Organização Básica do Exército (OBE); as novas capacidades, discriminadas para cada uma das missões do Exército Brasileiro; e as orientações para a integração ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx).

A END (2012) reprisa a prioridade do Exército Brasileiro nas fronteiras da amazônia, afirmando que a transformação do Exército será compatibilizada com a estratégia da presença, em especial na região amazônica. Em todas as circunstâncias, as unidades militares situadas nas fronteiras funcionarão como destacamentos avançados de vigilância e de dissuasão.

A defesa da região amazônica será estruturada como o foco de concentração das diretrizes resumidas sob o conceito de monitoramento/controle e de mobilidade. A região amazônica vai impor adaptações necessárias requeridas pela natureza daquela região. A força militar será estabelecida em torno da Grande Unidade valor Brigada⁷ com recursos tecnológicos e operacionais, meios logísticos e aéreos para apoiar unidades de fronteira isoladas em áreas remotas e equipada com dispositivos de monitoramento a partir do espaço, do ar e da terra. Complementa este aparato militar o elemento mais importante- o homem. O combatente detentor de qualificação e de rusticidade necessárias à proficiência de um combatente de selva.

O setor estratégico sob responsabilidade do Exército é o Cibernético com os encargos de:

Desenvolver capacitações que tenham aplicação no mais amplo espectro de usos industriais, educativos e militares. Incluirão como parte prioritária, as tecnologias de comunicação entre todos os contingentes das Forças Armadas, de modo a assegurar sua capacidade para atuar em rede. As prioridades são as seguintes:

⁷ As Brigadas do EB são de Cavalaria e Infantaria e correspondem a três Unidades de Combate (Batalhões/Regimentos), uma Unidade de apoio ao combate (Artilharia), uma Subunidade de apoio ao movimento (Engenharia), uma subunidade de Comando e controle (Comunicações) e uma Unidade Logística (Batalhão Logístico).

- Criar o Centro de Defesa Cibernética com capacidade de evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas;
- Aprimorar a Segurança da Informação e Comunicações (SIC), particularmente, no tocante à certificação digital para o serviço público;
- Fomentar a pesquisa científica voltada para o Setor Cibernético, envolvendo a comunidade acadêmica nacional com vistas à criação da Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Desenvolver sistemas computacionais de defesa baseado em computação de alto desempenho para emprego no setor cibernético e com possibilidade de uso dual;
- Desenvolver tecnologias que permitam o planejamento e a execução da Defesa Cibernética no âmbito do Ministério da Defesa e que contribuam com a segurança cibernética nacional, tais como sistema modular de defesa cibernética e sistema de segurança em ambientes computacionais;
- Desenvolver a capacitação, o preparo e o emprego dos poderes cibernéticos operacional e estratégico, em prol das operações conjuntas e da proteção das infraestruturas estratégicas;
- Incrementar medidas de apoio tecnológico por meio de laboratórios específicos voltados para as ações cibernéticas; e
- Estruturar a produção de conhecimento oriundo da fonte cibernética.

As transferências de organizações militares na área de jurisdição do Comando Militar do Sul já estão em andamento, afetando, até o momento quartéis em Uruguaiana, Itaqui e a extinção da 6ª Divisão de Exército em Porto Alegre, ou seja, um processo de desterritorialização, que na visão de SOUZA “É um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (SOUZA, 2013, p.102).

c) **Força Aérea Brasileira:**

A Força Aérea Brasileira se insere na Estratégia Nacional de Defesa com quatro objetivos estratégicos: a prioridade da vigilância aérea, o poder para assegurar o controle do ar no grau desejado, a capacidade para levar o combate a pontos específicos do território nacional, em conjunto com a Marinha e o Exército, constituindo uma única força combatente, sob a disciplina do teatro de operações.

A missão precípua da FAB.

“Exercer a vigilância do espaço aéreo, sobre o território nacional e as águas jurisdicionais brasileiras, com a assistência dos meios espaciais, aéreos, terrestres e marítimos, é a primeira das responsabilidades da Força Aérea e a condição essencial para impedir o sobrevoo de engenhos aéreos contrários ao interesse nacional. (BRASIL, 2012, p. 85)

O setor estratégico conduzido pela FAB é o espacial, cabendo:

- Projetar e fabricar veículos lançadores de satélites e desenvolver tecnologias de guiamento, sobretudo sistemas inerciais e tecnologias de propulsão líquida;
- Projetar e fabricar satélites, sobretudo os geoestacionários, para telecomunicações e sensoriamento remoto de alta resolução, multiespectral, e desenvolver tecnologias de controle de atitude dos satélites;
- Desenvolver tecnologias de comunicações, comando e controle a partir de satélites, com as forças terrestres, aéreas e marítimas, inclusive submarinas, para que elas se capacitem a operar em rede e a se orientar por informações deles recebidas; e
- Desenvolver tecnologia de determinação de posicionamento geográfico a partir de satélites.

A END-2012 pretende, com esta mudança de prioridades, deslocar parte da forte presença militar da Região Sul para as Regiões Norte, prioritariamente, e Oeste, preenchendo as lacunas geopolíticas ainda existentes naqueles rincões do Brasil.

O Estado continuará criando territorialidades com a transferência de organizações militares para a região amazônica e, com efeito, vai desencadear todos os processos virtuosos que a presença do Poder Nacional acarreta por meio da presença de instituições nacionais. O contra ponto desta decisão estratégica será os efeitos negativos que serão desencadeados pela desterritorialização destas organizações militares movimentadas do Rio Grande do Sul para o Norte do país. As transformações decorrentes desta desterritorialização são o objeto desta pesquisa.

4.3 A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A inserção do Rio Grande do Sul na Estratégia Nacional de Defesa se realizará dentro do escopo de dois dos três eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa. O primeiro

eixo estruturante trata da reorganização de seus efetivos e a realocação de unidades das Forças Armadas e o segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de produto de defesa.

O primeiro eixo estruturante diz respeito a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra...O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de produto de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional...O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. (BRASIL, 2008)

As Forças Armadas no Rio Grande do Sul estão representadas pelo: Exército Brasileiro-Organização Básica do Exército (OBE – ANEXO B) através do Comando Militar do Sul, conforme a Figura 2 abaixo, como o Comando Militar que tem por missão manter a soberania na área estratégica sul do Brasil. O CMS estava organizado em 2(duas) Divisões de Exército (até 2015, quando o comando da 6ª DE foi extinto), que são Grandes Comandos Operacionais, e 1 (uma) Região Militar, responsáveis pela logística (conforme o ANEXO C). A Marinha do Brasil com o 5º Distrito Naval sediado e com as principais atividades operacionais em Rio Grande (conforme ANEXO D) e a Força Aérea Brasileira estruturada pelo 5º Comando Aéreo Regional, tendo as suas principais Bases Aéreas em Canoas e Santa Maria (conforme ANEXO E).

Figura 2 – Divisão Territorial do Comando Militar do Sul.



A presença militar na área estratégica sul vem desde a incorporação deste território ao Brasil. É o estado que possui o maior efetivo do Exército Brasileiro, conta com dois grandes comandos operacionais, destacando a 3ª Divisão de Exército em Santa Maria, que é o maior e mais poderoso destes Grandes Comandos Operacionais do Exército Brasileiro, conforme a Figura 3. A 3ª Divisão de Exército possui 4 Grandes Unidades operacionais e 1 Artilharia Divisionária, com efetivo aproximado de 19.000 militares. É a Divisão de Exército que possui a maioria dos blindados, viaturas militares e armamento do Exército Brasileiro, a sua importância na defesa é incontestável.

É a maior e mais poderosa divisão de combate convencional presente na América Latina. Seus modernos meios de combate, em especial seus carros de combate, reúnem o que há de mais moderno no Exército Brasileiro em termos de equipamento, com grande poder ofensivo. Além de sediar “ilhas de modernidade” do EB como o Centro de Instrução de Blindados e o Sistema de Simulação, o Centro de Adestramento e Avaliação Sul (CAA-Sul) os quais estão no estado da arte em tecnologia militar.

Ribeiro destaca a importância estratégica da 3ª Divisão de Exército, quando afirma:

Sua posição estratégica, na metade oeste do Rio Grande do Sul, permite o controlar o acesso ao interior do país, por rotas que venham do Uruguai e da Argentina. Ademais, por estar próxima a estes países amigos, propicia uma integração na área de defesa ímpar, contribuindo para construir a estabilidade regional. (RIBEIRO,2013, p.17)

Figura 3 – Área de Ação da 3ª Divisão de Exército.



Fonte: 3ª DE – 2014

Além da presença marcante do EB, merece destaque as unidades da Força Aérea Brasileira com suas Bases Aéreas operacionais para respaldarem a soberania no sul do país e o comando aéreo sediado no município de Canoas. A Marinha do Brasil se faz presente no estado com o 5º Distrito Naval. Sua missão precípua é a defesa da soberania do mar territorial brasileiro e da zona econômica exclusiva.

Especificamente no Rio Grande do Sul, a presença de unidades militares remonta ao início da ocupação do território, de forma que a presença de forças federais é tido como parte integrante das sociedades locais. A possível realocação ou extinção de unidades militares em determinados municípios pode vir a abalar profundamente a sociedade e a economia local, podendo criar, inclusive, efeitos indesejados para a defesa nacional, dada a sua importância das Forças Armadas na área estratégica sul.

A Estratégia nacional de Defesa tem outra vertente que pode trazer ou ampliar benefícios para o Estado do Rio Grande do Sul que é o segundo eixo estruturante. A END, no rol das suas 25 diretrizes, coloca 05 diretrizes para atender o que preconiza o segundo eixo estruturante, que é, a reorganização da indústria nacional de produto de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apoie-se em tecnologias sob domínio nacional. Destacam-se, dentre estas, a diretriz de número 22:

22. Capacitar a indústria nacional de produto de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Regime jurídico, regulatório e tributário especiais protegerá as empresas privadas nacionais de material de defesa contra riscos do imediatismo mercantil e assegurará continuidade nas compras públicas. A indústria nacional de material de defesa será incentivada a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção (BRASIL, 2008).

Analisando a inserção do Estado na END, vemos que a política de fomento a indústria de material de defesa implementada com base no segundo eixo estruturante, criando regimes tributários especiais para as indústrias de defesa, representa uma oportunidade para que este setor produtivo gaúcho aumente a sua participação como fornecedor das FA, ampliando o seu portfólio de produtos, que já tem destaque nacional.

O Rio Grande do Sul possui um setor industrial pujante e diversificado, destacando-se os setores metalmeccânico, siderúrgico, autopeças, automotivo de armas e munições entre outros e que já participam do esforço de recuperação da operacionalidade das Forças Armadas desenvolvido pelo MD. Vale citar os Polos de Defesa de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. Entretanto, a participação da indústria gaúcha na produção de produto de defesa, para os projetos do MD, podem ser incrementadas em função da diversidade industrial e

tecnológica, da capacidade empresarial e da mão de obra qualificada existentes no estado e da vantagem competitiva proporcionada pela proximidade da base industrial com grandes efetivos militares das Forças Armadas subordinadas ao Comando Militar do Sul (EB), ao 5º Distrito Naval (MB) e ao 5º Comando Aéreo Regional (FAB).

O desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Rio Grande do Sul é um forte atrativo para o estabelecimento de base industrial, produção científica e acadêmica e institutos de ciência e tecnologia que encontram, nas Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, nichos de oportunidade para novos empreendimentos voltados para os produtos de defesa, como tem ocorrido nos polos de defesa de Caxias do Sul e Santa Maria instituídos como Arranjo Produtivo Local (APL).

5 A PRESENÇA MILITAR NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE

A presença militar no município do Alegrete é histórica e relevante. A criação da localidade, que hoje é o município, ocorreu por motivos estratégicos e com a presença de tropas para garantir a posse daquele território no extremo sul do Império do Brasil.

O Exército Brasileiro têm seis quartéis no Alegrete com um efetivo na ativa de aproximadamente 2250 militares e, pelo menos, outros mil militares na reserva que residem na localidade. Os quartéis são os seguintes: 6º Regimento de Cavalaria Blindada (6º RCB); 12º Batalhão de Engenharia de Combate (12º BE Cmb); 10º Batalhão Logístico (10º B log); 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (2ª Cia Eng Cmb Mec), 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada (12ª Cia Com Mec) e o Hospital de Guarnição de Alegrete (HguA).

Estas organizações militares fazem parte da estrutura organizacional de três Grandes Comandos diferentes, que são:

A 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), com o comando sediado em Uruguaiana; A 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), com sede em Santa Maria; 3ª Região Militar (3ª RM), com comando localizado em Porto Alegre.

2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – “Brigada Charrua” foi criada em 21 de fevereiro de 1921 e tem um efetivo: 3.758 militares. A Brigada tem jurisdição nos municípios de Uruguaiana, Alegrete, Quaraí e Barra do Quaraí.

A 2ª Divisão de Cavalaria, antecessora imediata e recente da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, foi criada por decreto presidencial em 21 de fevereiro de 1921, destinada a enquadrar os Comandos das Brigadas de Cavalaria existentes na época.

Sua instalação ocorreu em 1922, na cidade de Alegrete e, a partir de então, testemunhou e participou dos mais importantes eventos traduzidos pelos movimentos revolucionários que conturbaram o país.

Em novembro de 1940, 2ª Divisão de Cavalaria estabeleceu-se definitivamente em Uruguaiana, ocupando inicialmente instalações do 8º Regimento de Cavalaria, enquanto aguardava a conclusão das reformas do prédio adquirido pela União, hoje ocupado pelo Centro Cultural de Uruguaiana. Neste local permaneceu por 34 anos, e neste período ocorreu a transformação da 2ª Divisão de Cavalaria em 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

Em 16 de julho de 1993, foi concedida a denominação histórica de “Brigada Charrua” e respectivo estandarte, no qual "um campo vermelho simboliza a valentia e a intrepidez da tribo Charrua", que viveu em sua área de ação, nos atuais municípios de Alegrete, Quaraí, Barra do Quaraí e Uruguaiana, cujos guerreiros e seus descendentes, em grande parte, ajudaram a defender a unidade, a integridade e a soberania do Brasil na área.

Organizações Militares Orgânicas da 2ª Bda C Mec:

- 5º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Quaraí-RS).
- 8º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Uruguaiana-RS).
- **6º Regimento de Cavalaria Blindado (Alegrete-RS).**
- 22º Grupo de Artilharia de Campanha (Uruguaiana-RS).
- **10º Batalhão Logístico(Alegrete-RS).**
- Esquadrão de Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Uruguaiana-RS).
- 3ª Bateria Antiaérea (Uruguaiana-RS).
- **2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Alegrete-RS).**
- **12ª Companhia de Comunicações Mecanizada (Alegrete-RS).**
- 2ª Pelotão de Polícia do Exército (Uruguaiana-RS).

6ª Brigada de Infantaria Blindada – “Brigada Niederauer”, foi criada em 29 de janeiro de 1949.

As origens imediatas da Brigada Niederauer remontam à data de 29 de janeiro de 1949, com a criação da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), na cidade de Porto Alegre-RS. No ano de 1952, o Subcomando da 6ª DI foi transformado em Comando da Infantaria Divisionária da 6ª DI (Cmdo ID/6), também sediado na capital gaúcha.

Em 22 de dezembro de 1971, a ID/6 foi transformada na atual 6ª Brigada de Infantaria de Blindada (6ª Bda Inf Bld) e teve sua sede transferida para Santa Maria-RS. Em 1992, a 6ª Bda Inf Bld recebeu a denominação histórica de "Brigada Niederauer" como homenagem permanente da Força Terrestre aos feitos heróicos do Coronel João Niederauer Sobrinho, nas campanhas da Bacia do Prata e da Tríplice Aliança.

Lídima herdeira dos feitos heroicos de seu patrono nos embates do passado, transporta para o presente as mesmas características de combate, como Força dissuasória do Exército Brasileiro, pronta para cumprir as missões constitucionais de defesa da Pátria e garantia da lei e da ordem. A Brigada de Infantaria Blindada se constitui na grande unidade do Exército Brasileiro apta ao combate embarcado, cujas características são: mobilidade, potência de fogo,

flexibilidade, proteção blindada, ação de choque e sistema de comunicações amplo e flexível.

O seu poder de combate repousa no emprego conjunto dos carros de combate e dos fuzileiros blindados, apoiados pela engenharia de combate blindada, artilharia de campanha e antiaérea autopropulsadas, morteiros pesados e por aeronaves do Exército ou da Força Aérea. A sua organização, aliada às suas características, oferece ao comandante tático a capacidade de concentrar e dispersar suas forças de forma rápida e eficiente, projetando poder de combate no momento e local mais oportuno para atingir o objetivo militar imposto.

Organizações Militares Orgânicas e Subordinadas:

- Centro de Instrução de Blindados (Santa Maria-RS).
- 7º Batalhão de Infantaria Blindado (Santa Cruz do Sul-RS).
- 29º Batalhão de Infantaria Blindado (Santa Maria-RS).
- 1º Regimento de Carros de Combate (Santa Maria-RS).
- 4º Regimento de Carros de Combate (Rosário do Sul-RS).
- 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (Santa Maria-RS).
- **12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado (Alegrete-RS).**
- 4º Batalhão Logístico (Santa Maria-RS).
- Companhia de Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria-RS).
- 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Santa Maria-RS).
- 6ª Bateria de Artilharia de Antiaérea Autopropulsado (Santa Maria-RS).
- 3ª Companhia de Comunicações Blindada (Santa Maria-RS).
- 26º Pelotão Polícia do Exército (Santa Maria-RS).

3ª Região Militar (RM) – Região Dom Diogo de Souza

Em 12 de julho de 1919, o Boletim Interno da 7ª RM publicou o Decreto de Criação da 3ª Região Militar. Na verdade, a 3ª RM nasceu em 1807, quando o Príncipe Regente Dom João, ainda em Portugal, por intermédio de uma Carta Régia, separou a Capitania de São Pedro da Capitania do Rio de Janeiro, elevou o Continente do Rio Grande de São Pedro à condição de Capitania Geral e nomeou, para seu 1º Governador e Capitão General, o português Dom Diogo de Souza, que lhe deu a denominação histórica.

Ao longo de quase duzentos anos de trabalho, a 3ª RM participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, da Guerra contra Artigas, da Campanha da Cisplatina, da Revolução Federalista, da Guerra dos Muckers, da Campanha de Canudos, da 1ª Guerra

Mundial, das Revoluções de 1923 e de 1930, da Revolução Constitucionalista de 1932, da 2ª Guerra Mundial e do Movimento Democrático de 1964.

A galeria de seus comandantes é integrada por vários patronos das armas do Exército Brasileiro: Marechal Osório, Marechal Mallet, o Brigadeiro Bittencourt, o General Trompowski, e o próprio Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro. Três de seus comandantes se tornaram Presidentes de República: o Brigadeiro Manoel Deodoro da Fonseca, que a proclamou, o General Arthur da Costa e Silva e o General Emílio Garrastazú Médici.

O Comando da 3ª Região Militar fica localizado na Rua dos Andradas, no 562, Centro, em Porto Alegre, no prédio do Quartel-General Integrado do Comando Militar do Sul, com algumas Seções e Escalões localizados em prédios anexos. Nas imediações, a CRO/3, a 8ª CSM, a Ba Adm Ap e o Hotel de Trânsito (para Oficiais, Subtenentes e Sargentos).

A missão da 3ª Região Militar é proporcionar o apoio administrativo, com foco na dimensão humana da Força na área do Rio grande do Sul, e complementar o apoio nas operações.

O Hospital Militar de Guarnição do Alegrete é uma Organização Militar subordinada à 3ª RM.

5.1 O MUNICÍPIO DE ALEGRETE

O município de Alegrete se localiza no oeste do estado, a 506 quilômetros de distância da capital Porto Alegre. Possui uma população de 78768 habitantes, de acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior município do Rio Grande do Sul e o 186º maior município do Brasil em área territorial, com mais de 7.800 quilômetros quadrados.

As origens do município de Alegrete datam do início do século XIX quando, na Guerra de 1801, os aventureiros José Francisco Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, ambos rio-grandenses, conquistaram para a coroa portuguesa o território das missões jesuíticas ao norte do Rio Ibicuí.

Para assegurar essa conquista o governo português lançou, ao sul do mesmo rio, a Guarda Portuguesa do Rio Inhanduí em torno da qual forma-se a povoação ("Povoado dos Aparecidos"). A religiosidade ergueu uma capela sob o orago de Nossa Senhora Aparecida, em 1814.

As contínuas lutas de fronteira, agora entre o Reino de Portugal e os dissidentes ao recém constituído governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, provocou o ataque dos uruguaiois de D. José Artigas e a queima da povoação e da capela (hoje "Capela Queimada") em 16 de junho de 1816.

Isso causou a transferência dos seus povoadores para a margem esquerda do Rio Ibirapuitã, que ali foram chegando até 22 de dezembro de 1816. Eles abrigaram-se junto ao acampamento do Quartel General do Marquês de Alegrete, que ali estava com suas tropas. Também se encontrava do general Joaquim Xavier Curado, do tenente-coronel José de Abreu (futuro Barão de Cerro Largo) e do general Tomás da Costa Rabelo e Silva. O nome do povoado foi dado em homenagem ao Marquês.

Em 27 de janeiro de 1817, o Comandante do Distrito de Entre Rios, o Tenente Coronel José de Abreu manda iniciar a construção das moradias para os fugitivos do Inhanduí. Quando José de Abreu recebeu as ordens do Marquês para erguimento da povoação, ele já havia determinado o local e iniciado realmente o povoamento, com a construção das primeiras habitações, ali, na retaguarda das tropas, nos fundos do acampamento do Ibirapuitã.

Antônio José Vargas, senhor da sesmaria, foi o doador das terras onde está a cidade. Mas D. Luís Teles da Silva Caminha e Meneses - quinto Marquês de Alegrete - na qualidade de comandante militar, foi o fundador legal de Alegrete, que dele tomou o nome, porque, por sua autoridade, foi estabelecida e legalmente reconhecida, já que era o representante de D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1820, é elevada à Capela Curada, com poderes eclesiásticos nos territórios que abrangem os atuais municípios de Uruguaiana, Quaraí, Livramento, Rosário do Sul e o atual Departamento de Artigas, na República Oriental do Uruguay, até o rio Arapey, vinculada a São Borja e por sua vez a Rio Pardo.

Mais tarde, pelo ponto estratégico do novo local, por onde escoavam os produtos primários em direção aos portos de Buenos Aires e Montevideú, o lugarejo prosperou rapidamente e elevou-se a categoria de vila através do decreto provincial de 25 de outubro de 1831, demarcando assim seus limites e ganhando autonomia política. Esta é, portanto a data de aniversário do município.

Durante a Revolução Farroupilha, iniciada em 1835, Alegrete tornou-se a terceira capital da República Rio-Grandense (1842-1845). Nela, em 1843, foi concluída e aprovada a Constituição da República Rio-Grandense.

Entre batalhas e campanhas, por bravura, determinação e desenvolvimento, a vila de

Alegrete foi elevada à categoria de cidade em 22 de janeiro de 1857.

No processo de criação dos municípios do Rio Grande do Sul, Alegrete ocupa o oitavo lugar, desmembrado do município de Cachoeira do Sul que, por sua vez, originou-se do município de Rio Pardo, em 1819. Do grande município de Alegrete surgiram os municípios de Uruguaiana, Livramento, Departamento de Artigas (no Uruguai), Quaraí, parte de Rosário do Sul, parte de Bagé e parte de Manuel Viana.

Todos os anos, dia 20 de setembro, comemora-se a Revolução Farroupilha ou o Dia do Gaúcho, e cerca de oito mil "cavalarianos" - de todas as idades, classes sociais e sexo - desfilam pelas principais ruas da cidade, com suas roupas típicas e suas montarias.

A paisagem caracteriza-se como estepe gramíneo lenhosa (campo nativo) e floresta estacional decidual aluvial (mata ciliar). A fisionomia é de extensas planícies de campo limpo com algumas ondulações e raros morros residuais de arenito silicificado.

O município está totalmente sobre o Aquífero Guarani e seu lençol freático apresenta água levemente alcalina, utilizável sem restrições para o uso humano e para a irrigação, apresentando poços com profundidade média de 120 metros e vazão média de 110m³/h.

Sendo uma área de delicado ecossistema, a superexploração agrícola e a pecuária extensiva fazem crescer o já chamado "deserto dos pampas" ou "Deserto do São João": uma área de mais de 200 ha na região do mesmo nome, que sofre com o fenômeno gradativo da arenização.

Sua população estimada em 2009 era de 78.984 habitantes, sendo 50,29% feminina e 49,71% masculina. Sua etnia foi originada por grupo nômades indígenas e posteriormente os elementos colonizadores foram os espanhóis, portugueses e africanos. As correntes migratórias modernas são representadas por italianos, alemães, espanhóis, franceses, árabes e poloneses.

Possui uma área de 7.804 km², sendo o maior município do Rio Grande do Sul em extensão territorial. A cidade localiza-se a uma latitude de 29°47'01,63" sul e a uma longitude de 55°47'27,54" oeste - estando a uma altitude média de 102 metros.

O clima da região é subtropical, temperado quente, com chuvas bem distribuídas e estações bem definidas. A média de precipitação pluviométrica é de aproximadamente 1500mm anuais.

A temperatura média anual é de 19,1 °C. A temperatura mínima absoluta observada entre 1961 e 1990 pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) foi de -4,1 °C e a máxima absoluta de 39,8 °C. A formação de geadas ocorre eventualmente entre maio e

setembro. A umidade relativa média do ar é de aproximadamente 75%.

A economia do município é baseada principalmente na agricultura (arroz - 45.000 ha; soja - 16.000 ha; milho - 11.000 ha; sorgo - 3.000 ha e trigo - 1.500 ha) e na pecuária bovina (536.536 cabeças - o maior rebanho do Estado); ovina (423.446 cabeças); equina (\pm 20.000 cabeças); suína (\pm 9.000 cabeças) e bubalina (\pm 2.000 cabeças). A produção de lã é de cerca de 900 toneladas anuais e de leite é de 15.269 litros.

Há também cerca de 90.000 galináceos (sendo \pm 40.000 galinhas) com uma produção anual de \pm 450.000 dúzias de ovos. A apicultura produz anualmente cerca de oitenta mil litros de mel.

Figura 4 – Localização do município do Alegrete.



Fonte: IBGE-2015

Figura 5 – Brasão do município.



Fonte: IBGE-2015

Figura 6 – Igreja matriz e URCAMP.



Fonte: Prefeitura municipal - 2015

Figura 7 – Vista panorâmica da cidade.



Fonte: Prefeitura municipal - 2015

5.2 ORGANIZAÇÕES MILITARES EM ALEGRETE

Passamos a discorrer sobre as organizações militares existentes em Alegrete. Como já referenciado anteriormente, existem seis Organizações do Exército Brasileiro no município, sendo que quatro são subordinadas a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com o comando situado no município de Uruguaiana: 6º Regimento de Cavalaria Blindada, 10º Batalhão Logístico, 2ª Companhia de Engenharia, 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada. O 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado é subordinado a 6ª Brigada de Infantaria Blindada com sede em Santa Maria e o Hospital de Guarnição de Alegrete é subordinado à 3ª Região Militar com o comando em Porto Alegre.

Nesta parte buscou-se caracterizar estas instituições com o seu histórico, as suas peculiaridades e características operacionais com a finalidade de conhecer as organizações militares que são objeto desta pesquisa.

5.2.1 6º Regimento de Cavalaria Blindada – Regimento José de Abreu (6º RCB)

O 6º Regimento de Cavalaria Blindada foi criado por decreto assinado pela Princesa Isabel em 1888 em São Paulo. O Regimento José de Abreu é uma Organização Militar da

Arma de Cavalarias.

Os aspectos geoestratégicos e fisiográficos que, desde o período de povoamento e consolidação das fronteiras sulinas do Brasil, concorreram para a configuração e consolidação do Rio Grande do Sul e tornaram indispensáveis a presença da Cavalaria nesta Região do país. Esta condição se mantém até nossos dias, razão pela qual a 3ª Divisão de Exército (3ª DE) é constituída por 3 (três) Grandes Unidades (GU) de Cavalaria Mecanizada: a 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec), em Santiago-RS; a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), em Uruguaiana-RS; e a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª Bda C Mec), em Bagé-RS. Integram, também, a estrutura organizacional da 3ª DE a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), em Santa Maria-RS e Artilharia Divisonária da 3ª Divisão de Exército (AD/3), em Cruz Alta-RS.

As Bda C Mec, como é o caso da 2ª Bda C Mec, possuem 2 (dois) Regimentos de Cavalaria Mecanizada (R C Mec) e 1 (um) Regimento de Cavalaria Blindado (RCB) em sua estrutura organizacional. As características da Cavalaria Mecanizada são resultados da conjugação harmônica de seus elementos mecanizados: mobilidade, potência de fogo, ação de choque, proteção blindada e sistema de comunicações amplo e flexível. Constitui-se em uma força altamente móvel e potente capaz de conduzir ações de reconhecimento e segurança em frentes largas e a grandes profundidades, podendo também ser empregada em operações ofensivas e defensivas.

O 6º Regimento de Cavalaria Blindada é a combinação do binômio homem-carro, em uma mesma organização militar (OM), possuindo dois esquadrões de carros de combate (Esqd CC) e dois esquadrões de fuzileiros blindados (Esqd Fzo Bld), além de possuir um esquadrão de comando e apoio (Esqd C Ap), dotado de morteiro 120mm. O RCB é organizado, equipado e instruído para atuar como elemento de choque da Bda C Mec, ampliando-lhe a capacidade de combate e as possibilidades operacionais. Os seus principais meios são as viaturas blindadas de combate (VBC) carro de combate (CC) *LEOPARD* 1A1 e as viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) M 113.

O atual 6º RCB tem na sua missão o dever de assegurar a defesa da pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Estabeleceu-se no município de Alegrete em 1909, onde está até hoje. A história do Regimento é marcada por sua atuação em diversos momentos, como nas lutas da Campanha do Contestado no Paraná e em Santa Catarina (1914 a 1915), e

8 É a especialidade militar que combatia montada em cavalo, atualmente emprega os carros de combate como plataformas para a guerra.

envio de pracinhas para a Itália, onde participaram do Teatro de Operações da 2ª Guerra Mundial (1944).

Índices comparativos entre 2004 e 2005 indicam melhorias na satisfação e no crescimento do 6º Regimento de Cavalaria Blindado, como redução das sobras de alimentação e aumento de 92% para 95% na satisfação com alimentação. O número de empresas habilitadas em certames licitatórios (fornecedores) passou de 37 para 45 no mesmo período. Já fatores como eficácia do cumprimento do orçamento recebido e capacitação da tropa para emprego em qualquer época, mantiveram índice de 100%. No Prêmio Qualidade RS 2005, o 6º Regimento de Cavalaria Blindado recebeu medalha pelas melhorias implantadas. Entre elas, destaca-se a otimização das instalações do Pelotão de Manutenção, melhoria e reestruturação do escritório de excelência gerencial e construção de gabinetes odontológicos.

Figura 8 – Quartel do 6º Regimento de Cavalaria Blindada.



Fonte: Nascimento, N.L.(2016)

Figura 9 – Instrução militar.



Fonte: 6º RCB, 2016

Figura 10 – Parada militar.



Fonte: 6º RCB, 2016

5.2.2 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado (12º B E Cmb Bld) – Batalhão Marechal Enéas Galvão

É uma unidade do Exército Brasileiro localizada no município de Alegrete, da Arma de Engenharia de Combate.

A Engenharia é a arma que presta apoio ao combate às armas base - Infantaria e Cavalaria, com vistas a facilitar o deslocamento das tropas amigas, reparar estradas, pontes e eliminar os obstáculos à progressão e, ainda, dificultar o movimento do inimigo.

A missão da Engenharia pode ser dividida em mobilidade, contra mobilidade e proteção. A Mobilidade é o conjunto de trabalhos desenvolvidos para proporcionar as condições necessárias ao movimento contínuo e ininterrupto de uma força amiga. Os engenheiros realizam, entre outros, trabalhos de abertura de passagens em obstáculos, de transposição de cursos de água, de navegação em vias interiores, de conservação e reparação de pistas e estradas, de destruição de posições organizadas do inimigo, proporcionando condições para que a manobra tática obtenha rapidamente vantagens sobre a posição do inimigo.

A Contra mobilidade é o conjunto de trabalhos que visam deter, retardar ou canalizar o movimento das forças inimigas para, em princípio, contribuir na destruição dessas forças. São trabalhos que proporcionam maior valor defensivo ao terreno, principalmente pela construção de obstáculos de acordo com a intenção do comandante tático, restringindo a liberdade de manobra do inimigo.

A Proteção é o conjunto de trabalhos que visam reduzir ou anular os efeitos das ações do inimigo e das intempéries sobre a tropa e o material, proporcionando abrigo, segurança e bem-estar e ampliando a capacidade de sobrevivência das forças em campanha. Os engenheiros, em função do conhecimento técnico e do pessoal e material especializados, prestam assistência às tropas em combate ou realizam trabalhos de fortificações, camuflagem e instalações.

Para realizar as ações de contra mobilidade e proteção as Unidades de Engenharia contam, dentre outros materiais, com os seguintes equipamentos: carregadeira sobre rodas, compactador corrugado, motoniveladora, retroescavadeira e trator de esteira trator agrícola. Além do material anteriormente mencionado, as organizações militares de Engenharia que apoiam Unidades blindadas mecanizadas são dotadas de Viatura Blindada de Combate de Engenharia *Leopard* 1BR, Portada Leve Classe 16, Passadeira de Alumínio, Botes de Assalto, Botes de Reconhecimento, Motores de Popa de 40 a 60 HP, Pontes *Bailey*, Biapoiada e M4T6 e Lança Pontes Classe 50.

O 12º Batalhão de Engenharia de Combate foi criado pelo decreto nº 36.918, de 17 fevereiro de 1955. O Batalhão começou a se organizar em 20 de Janeiro de 1956, ficando aquartelado, inicialmente, nas instalações da 12ª Companhia de Transmissões, atual 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada. O 12º BE Cmb foi criado com a missão de apoiar, como Unidade orgânica, a 2ª Divisão de Cavalaria, ficando a ela subordinado até o mês de março do ano de 1978, quando então, passou a ser o apoio de Engenharia da 3ª Divisão de Exército, a Divisão Encouraçada.

O Ten Cel ADÃO PRESTES DO MONTE, foi quem primeiro assumiu o comando, interinamente, tendo sido o seu primeiro comandante nomeado o Cel FLORIANO MÖLLER que havia participado, como integrante do 9º Batalhão de Engenharia, da Força Expedicionária da Itália. Aliás, foi o Cmt da 1ª tropa a entrar em combate na Itália. Junto com o Batalhão, nasceu o espírito de cooperação e amizade entre a comunidade do município de Alegrete e o "BE" como é carinhosamente conhecido pela população.

O 12º BE Cmb ao longo dos anos, tem colaborado com a população em seus mais diversos eventos e em suas maiores necessidades, tendo em várias ocasiões assistido às populações ribeirinhas, flageladas pelas enchentes periódicas do Rio Ibirapuitã e no restabelecimento do tráfego de estradas com o lançamento de pontes sobre vãos. O 12º BE Cmb, tem cada vez mais, por meio de ações cívico sociais, aproximando-se da população carente da cidade.

Em 1992, o 12º BE Cmb foi distinguido com a denominação histórica "Batalhão Marechal Enéas Galvão", em homenagem ao Marechal Rufino Enéas Gustavo Galvão - Visconde de Maracajú, que com o seu Corpo de Engenheiros, destacou-se na campanha da Tríplice Aliança, quando da construção da Estrada do Chaco pelo 2º Corpo de Exército, demonstrando coragem, iniciativa, abnegação, dedicação e criatividade, atributos que acompanham até hoje os valorosos soldados de Engenharia e, em particular, os do 12º BE Cmb.

Em 1996, o Btl teve o privilégio de transpor as barreiras do continente, tendo enviado militares para, juntamente com outros efetivos brasileiros, ajudar na reconstrução e manutenção da paz do povo de Angola, país africano sofrido e destruído pela Guerra Civil. Em 1997, o 12º BE Cmb cumprindo determinação do escalão superior, ombreou lado a lado com outras unidades do Exército Brasileiro e também, com efetivos dos países vizinhos Argentina e Uruguai na Operação Cruzeiro do Sul, realizada no Município Gaúcho de Rosário do Sul, onde destacou-se no cumprimento das Missões de Engenharia da 3ª Divisão de Exército.

Em 19 de abril de 1999, o 12º BE Cmb foi premiado, com a mais elevada distinção honorífica do Exército Brasileiro, a Ordem do Mérito Militar, concedida pelo Presidente da República, em face dos relevantes serviços prestados ao Exército Brasileiro. Ainda no ano de 1999, com a Prefeitura Municipal de Alegrete, prestou apoio na recuperação de 15 quilômetros de estradas na localidade do Capivarí. No período de 31 de outubro a 05 de novembro de 2000, o 12º BE Cmb, participou mais uma vez da Operação Cacequi, manobra divisionária realizada a cada 04 anos, na Região de Saicã, apoiando a 3ª DE nas missões de Engenharia. Em 17 de fevereiro de 2005, o 12º BE Cmb, realizou as comemorações do Cinquentenário de criação.

A partir de 1º de março de 2005, passou a denominar-se 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, conforme Portaria 943 de 20 de dezembro de 2004. Em 17 de março de 2005, o 12º BE Cmb Bld, mudou a subordinação, para a 6ª Brigada de Infantaria Blindada(Santa Maria-RS), deixando de ser subordinado a 3ª Divisão de Exército. No ano de 2006, o Btl iniciou a sua transformação para OM Bld, com a recepção de 14 VBTP M113, suficientes para dotar a 1ª Cia E Cmb com couraça semelhante às armas base de Brigada que apoia.

Possui 4 Companhias sendo elas:

- Cia C Ap;

- 1ª Cia E Cmb Bld;
- 1ª Cia E Cmb Bld e
- Cia E Pnt

No ano de 2011 recebeu 4 Carros de Combate Especias da Família LEOPARD, que modernizou o emprego da ARMA DE ENGENHARIA, adequando seus meios de apoio à Brigada que está enquadrada.

As viaturas recebidas foram:

- 02 Leopard Lançador de Ponte;
- 02 Leopard de Combate de Engenharia.

Figura 11 – 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado.



Fonte: Nascimento, N.L.(2016)

Figura 12 – Transposição de curso d'água.



Fonte: 12º BEC, 2016

Figura 13 – Instrução de pontagem.



Fonte: 12º BEC, 2016

5.2.3 10º Batalhão Logístico (10º B log)

O 10º Batalhão Logístico teve suas origens em 1942 com a criação do 1º Grupo do 2º Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria em 21 de Outubro de 1942 em Alegrete-RS. A 17 Jul 44 ocupou o atual aquartelamento. O 10º B Log é a organização militar que prove o apoio logístico as demais organizações militares da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

A função de combate Logística desempenha um papel fundamental para o sucesso das operações militares e é o fator predominante na amplitude e duração das ações, contribuindo para a liberdade de ação dos comandantes. O crescente conteúdo tecnológico e a grande quantidade e diversidade de materiais de emprego militar atualmente utilizados pelo Exército exige um Apoio Logístico de maior volume e complexidade. A previsão e a provisão do Apoio Logístico necessário para a geração, o desdobramento, a sustentação e a reversão das forças terrestres em operações constitui um processo que integra pessoas, sistemas, materiais, finanças e serviços e deve estar intrinsecamente sincronizado com os planejamentos operacionais.

A Logística engloba três Áreas Funcionais básicas: Material, Pessoal e Saúde. Envolve, ainda, as atividades transversais de Gestão Orçamentária e Financeira e Apoio Jurídico, que permeiam as Áreas Funcionais. A Função de Combate Logística deve observar os diferentes princípios de planejamento estabelecidos pela Doutrina Militar Terrestre, dos quais se destacam os preceitos: Antecipação, Integração, Resiliência, Responsabilidade e Visibilidade.

A Logística está presente nos três níveis de condução, assegurando a obtenção e a manutenção da capacidade operativa das forças empregadas. Nos níveis estratégico e

operacional, ela condiciona o planejamento e a execução das operações, enquanto que, no nível tático, ela deve adaptar-se à manobra planejada, a fim de torná-la viável.

Nessa função de combate, a 3ª DE conta com o apoio de quatro batalhões logísticos (B Log), subordinados às Brigadas que integram a estrutura organizacional da Divisão Encouraçada, a saber: 3º B Log (Bagé-RS); 4º B Log (Santa Maria-RS); 9º B Log (Santiago-RS) e 10º B Log (Alegrete-RS).

A capacidade logística constitui-se em importante parcela da Dissuasão, pois uma Força Terrestre, para ter real e crível poder dissuasório, deve dispor de uma efetiva capacidade de apoiar logisticamente as operações planejadas.

O 10º Batalhão Logístico é uma organização militar que reúne, pela finalidade, militares do quadro de material bélico, dos serviços de intendência e saúde, da arma de comunicações e de diversas qualificações militares. O 10º B Log é uma unidade militar criada e formada no Alegrete, filha da cidade, com carinho recíproco, o que lhe valeu a denominação histórica de “Batalhão Marquês de Alegrete” como uma homenagem à cidade de Alegrete, seu insigne cidadão Dom Luís Telles da Silva Caminha e Menezes, Marquês de Alegrete.

Figura 14 – 10º Batalhão Logístico.



Fonte: Nascimento, N.L.(2016)

Figura 15 – Logística de transporte.



Fonte: 10º B Log, 2016

5.2.4 2ª Companhia de Engenharia Mecanizada (2ª Cia E Cmb Mec)

A 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (2ª Cia E Cmb Mec), localizada na cidade de Alegrete, Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul foi criada em 19 de dezembro de 1985, através da Portaria Ministerial nº 083-, suas atividades iniciaram em 1º de janeiro de 1987, está subordinada à 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, “Brigada Charrua”, sediada na cidade de Uruguaiana.

A partir de 1995, conforme a Portaria Ministerial nº 062, a Unidade tornou-se OM de Pronto Emprego, voltando seu adestramento para a ação imediata tanto na Defesa Interna quanto na Defesa Externa. No ano de 1997 a Cia pode pôr em prática seu adestramento, participando do exercício de integração dos Exércitos do Brasil, Argentina e Uruguai, denominado “Operação Cruzeiro do Sul”. Em 10 de Agosto de 2000, mediante a Port nº 085, a 2ª Cia E Cmb Mec voltou a sua destinação original deixando de ser denominada “Força de Pronto Emprego”.

A OM não poupa esforços no sentido de cumprir com a missão de multiplicar o poder de combate da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, proporcionando-lhe a mobilidade, assegurando-lhe a contra mobilidade e contribuindo para a sua proteção, missão essa que é comprovada na prática nas ações de combate a ilícitos transfronteiriços durante as Operações Fronteira Sul e Ágata, e pelo emprego de todos os nossos equipamentos e meios de

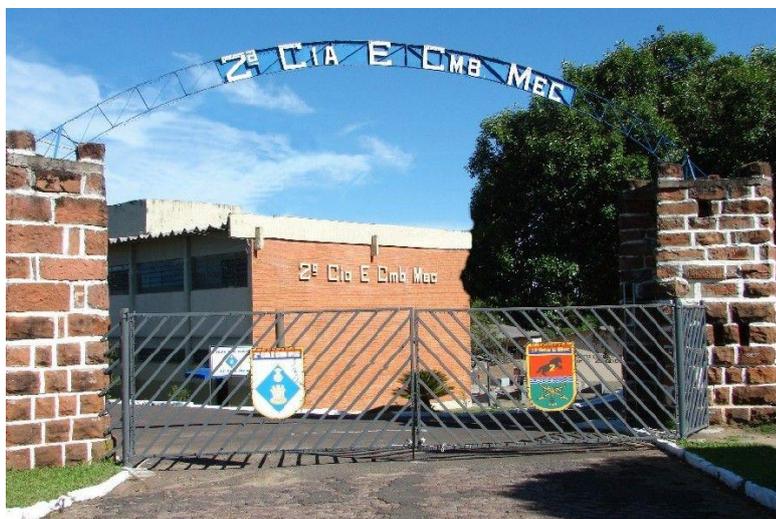
transposição que garantem o avanço de blindados e viaturas mecanizadas no desencadear das diversas Operações da Brigada, tais como Operação Osório e Operação Ibicuí.

Além das missões de Combate, nosso quartel tem se destacado na Fronteira Oeste pelas ações de reparação e melhoria de estradas, construção de bueiros e diversas outras obras e Termos de Cooperação junto a órgãos públicos, destacando-se a passagem de concreto armado com extensão de 132 metros construída sobre o Rio Carumbé, inaugurada em 09 de outubro de 2014.

Destaca-se, também, a continuada ação de nossa Companhia no apoio à Defesa Civil em diversas situações de emergência, tanto na Região do Alegrete quanto na de Uruguaiana, empregando nossos meios ora de navegação (nas enchentes) ora de distribuição de água (nas secas). Na busca pela excelência na execução de sua atividade fim, a OM visa o constante aperfeiçoamento de suas atividades logísticas, primando, sempre, pelo emprego das técnicas de manutenção mais atualizadas e eficazes. Este esforço foi reconhecido através do agraciamento á OM, pela 3ª Divisão de Exército, com o “Prêmio Destaque da Logística Produtiva Total 2011.

O nome da 2ª Cia E Cmb Mec ultrapassou as fronteiras de nossa pátria, pois possui a constante presença de seus militares em contingentes da Companhia Engenharia de Força de Paz, a qual realiza o apoio de Engenharia à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti na relevante missão de reconstruir a nação caribenha. Hoje, após vinte e nove anos na região, a 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada tem o sentimento do dever cumprido e a perfeita noção do quanto somos úteis e necessários a nossa Pátria.

Figura 16 – 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.



Fonte: Nascimento, N.L.(2016)

Figura 17 – Embarque em portada.



Fonte: 2ª CiaE Mec, 2016

Figura 18 – Transposição com portada.



Fonte: 2ª CiaE Mec, 2016

5.2.5 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada (12ª Cia Com Mec)

A 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada é uma unidade do Exército Brasileiro da arma de comunicações, ou seja, é uma tropa especializada em prover as ligações e comunicações entre o comando e seus elementos operacionais subordinados.

As Comunicações – a Arma do Comando – proporcionam as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações. Além disso, atua no controle do espectro eletromagnético, por meio das atividades de Guerra Eletrônica, para impedir ou dificultar as comunicações do inimigo, facilitar as próprias comunicações e obter informações.

O ciclo básico da tomada de decisão é deflagrado a partir dos estímulos recebidos do ambiente. O centro decisório, após detectar, comparar, analisar, decidir e agir, reage ao ambiente, para restabelecer a situação desejada.

O Sistema de Comando e Controle (SC2), como parte integrante desse processo, precisa ser operado em tempo compatível que assegure a oportunidade na tomada de decisão. O funcionamento eficaz do SC2 é responsabilidade do comandante. O patrono da Arma de Comunicações é o Marechal Rondon.

Na década de 1850, o império reformulou suas forças militares, surgindo, então, entre outros, o Corpo de Engenheiros. Desse modo, o Decreto nº 1.535, de 23 de janeiro de 1855, criava um Batalhão de Engenheiros, posteriormente chamado de 1º Batalhão de Engenharia, com destacada participação na Guerra do Paraguai, particularmente nos combates da Ilha da Redenção, Passo da Pátria, Tuiuti, Punta Naró, Humaitá, Piquiciri, Peribebeuí, Campo Grande

e Cerro Corá, bem como na construção da estrada do Chaco.

Em 18 de janeiro de 1935, o Aviso nº 99 do Ministério da Guerra reorganizava a Arma de Engenharia. Assim, o 1º Batalhão de Engenharia se transforma no 1º Batalhão de Transmissões, com sede na Vila Militar, Rio de Janeiro, o qual recebe a denominação de *Batalhão Vilagram Cabrita*, pelo Decreto nº 2.553, de 4 de abril de 1938.

Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, uma das subunidades do 1º Batalhão de Transmissões, a 2ª Companhia de Transmissões, foi destacada para fazer parte, em Natal- RN, da 7ª DI, responsável pela segurança do setor norte do nordeste brasileiro.

Esta subunidade deu origem à 14ª Companhia Independente de Transmissões, criada pelo Decreto-Lei nº 4.905, de 31 de Outubro de 1942 (Origem da atual 13ª Companhia de Comunicações – documento e data de criação).

O Aviso nº 2.909, de 6 de novembro de 1942, dá autonomia administrativa à 14ª Companhia Independente de Transmissões, a qual, por intermédio do Aviso nº 2.948, de 11 de novembro de 1942, recebe a determinação para se instalar, em Natal-RN, para constituição da nova unidade, que será constituída pelos quadros, tropa e todo o material da 2ª Companhia de Transmissões do Batalhão Villagran Cabrita.

De acordo com os novos Quadros de Organização de Efetivos do Exército para os anos de 1946 e 1947 e, em consequência do Aviso Ministerial nº 1.478, de 29 de novembro de 1946, que deu autonomia administrativa à 12ª e 13ª Companhias de Transmissões, o 3º B Mot Trans deixou de ter razão para existir, desdobrando-se nas 12ª e 13ª Companhia de Transmissões, ficando sem efetivo e tendo sua vida administrativa encerrada a partir de 31 de dezembro de 1946.

A partir de 1º de janeiro de 1947, as 12ª e 13ª Companhias de Transmissões passaram a ter vida administrativa própria, subordinadas, respectivamente, às 2º e 3º Divisões de Cavalaria (publicado no Bol nº 286, de 20 de dezembro de 46, da 3ª RM). Em 1953, acompanhando o surgimento da nova arma, a Unidade passa a se chamar 12ª Companhia de Comunicações. É assim, pois, que após quase um século e meio de existência, considerando a data de criação de sua origem mais remota e, após percorrer no cumprimento de suas missões, as regiões NE e SE do Brasil, veio a 12ª Companhia de Comunicações a situar-se no Acre.

É a tropa especializada nas ligações e comunicações de combate que estabelece e mantém as ligações do comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada com as suas unidades orgânicas.

Figura 19 – 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada.



Fonte: 12ª Cia Com Mec, 2016

Figura 20 – Transmissão de dados.



Fonte: 12ª Cia Com Mec, 2016

Figura 21 – Rádio Transmissão.



Fonte: 12ª Cia Com Mec, 2016

5.2.6 Hospital de Guarnição de Alegrete

A existência do Hospital de Guarnição de Alegrete tem sua origem no ano de - 1896 (1º de fevereiro) como Enfermaria Militar de Alegrete, conforme registro no Livro de Assentamentos Militares, assim transcrito: Maj Graduado Ref João Deocleciano proposto em ofício desta Chefia de 1º de fevereiro de 1896. Pela ordem do dia do Comando do 6º Distrito Militar de nº 17, de 30 de março do mesmo ano foi nomeado para exercer interinamente o cargo de agente desta Enfermaria, sendo mandado consolidar em exercício desde aquela data

por ter assumido as respectivas funções.

- 1898 (08 de junho) – De acordo com a Ordem do Dia nº 53, de 06/06/98, do Comandante do 6º Distrito Militar, foram restabelecidas em 21 e 23 do mês próximo findo, respectivamente, a Enfermaria sob a chefia do Med Adjunto Dr José Honorino de Oliveira e a Farmácia Militar de Alegrete, sob a direção do farmacêutico Francisco José Ferreira.
- 1919 (18 de junho) - O Boletim do Exército nº 245, de 20 de junho de 1919 publicou o Decreto nº 13.653, de 18 de Junho de 1919, que aprova o Quadro de Oficiais do Exército, no qual o HGuA pela primeira vez, é considerado como Hospital de 3ª Classe, sendo contemplado com 1 Major Diretor, 1 Capitão Ajudante, 2 Tenentes encarregados de Enfermarias e Gabinetes. Este Decreto passou a ser considerado como o documento que deu origem à criação oficial do atual HGuA, cujo aniversário se comemora 18 de Junho.
- 1953 (12 de agosto) - A Portaria nº 284, de 08 de julho, publicada no Diário Oficial nº 156, de 10 de julho e transcrita no Boletim regional de 03 de agosto, tudo de 1953, classificou os Hospitais Militares, dando-lhes nova denominação. Este Hospital passou a denominar-se Hospital de Guarnição de Alegrete. Pela Portaria 015-SEF, de 26 Set 88, concede autonomia a contar da mesma data (08 Jul 53).

Figura 22 – Hospital de Guarnição de Alegrete.



Fonte: HGuA, 2016

Figura 23 – Instrução de primeiros socorros.



Fonte: HGuA, 2016

Figura 24 – Ambulância de campanha e equipe.



Fonte: HGuA, 2016

5.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRESENÇA MILITAR NO MUNICÍPIO

Os municípios que possuem em sua área de jurisdição instituições estatais usufruem, de forma direta ou indireta, benefícios decorrentes da presença de tais organizações, isto é tanto mais relevante se os municípios forem de pequeno ou médio porte. As organizações demandam serviços de toda natureza para o seu funcionamento e manutenção, que podem ser providos pelas empresas locais. A necessidade de fornecedores de suprimentos para estas instituições é outra oportunidade de negócios que se apresenta para o mercado local, bem como o atendimento das pessoas que trabalham ou tem ligações com as estatais. A isto, soma-se a remuneração dos servidores destas estatais que vai ser gasta no mercado local, injetando recursos e aquecendo a economia do município.

Esta situação ocorre com as instituições de ensino público, de saúde, segurança, organizações militares das Forças Armadas e das Polícias Militares, principalmente em cidades de médio e pequeno porte como o Alegrete. Destacando apenas alguns exemplos de cidades do Rio Grande do Sul com quartéis do Exército, pode-se citar o município de Santa Maria, onde estão estabelecidos 17 quartéis do Exército, uma grande Base Aérea e a Universidade Federal de Santa Maria, cujo montante de recursos alocados da União para estas instituições federais supera em muito o orçamento do município. O mesmo ocorre em Uruguaiana com quatro quartéis do Exército, Rio Grande, Pelotas com unidades militares e estabelecimentos de ensino superior federais, também agregam a sua economia o recurso externo e livre de variações de mercado ou situação de sazonalidade, pois a administração pública normatiza os salários e verbas de manutenção e investimento em forma de lei.

Portanto, são recursos líquidos e certos que a economia local recebe maneira periódica e sem esforço produtivo local, participando da matriz econômica da municipalidade de forma relevante.

Os benefícios de uma instituição estadual ou federal não se resume ao aporte financeiro que o município recebe, também são importantes os postos de trabalho que surgem, oportunidades de especialização e crescimento profissional e oportunidades de negócios e desenvolvimento para toda a comunidade onde está inserida a organização estatal. Os estabelecimentos estatais como universidades e quartéis são promotores da ascensão social e cultural por oportunizar qualificações e melhores remunerações, mormente em municípios do interior, como o Alegrete, que abriga vários quartéis do exército, como será analisado neste capítulo.

5.3.1 Oportunidades de trabalho e qualificação

O município do Alegrete desfruta desta condição por contar com seis quartéis em sua sede. Esta condição proporciona ao município muitas vagas de trabalho nos aquartelamentos e prestadores de serviço e fornecedores além de qualificação profissional e aperfeiçoamento técnico ao militar que serve ao Exército e retorna à vida civil com experiência profissional. Cada organização militar tem demanda de profissionais de uma gama enorme de qualificações e especialidades que vão das atividades tipicamente militares as qualificações comuns, que são necessárias ao funcionamento do quartel e são qualificações que o militar desempenhará no mercado de trabalho após cumprir o serviço militar.

As principais habilitações existentes nos quartéis são: mecânico de automóveis, eletricista veicular e predial, operador de posto de abastecimento, torneiro mecânico, serralheiro, lanterneiro, borracheiro, todas as especialidades relativas ao serviço de rancho, encanador, caldeireiro, técnico em manutenção de material de informática, especialista em redes e banco de dados, todas as especializações de saúde em todos os níveis técnicos, etc.

Para formar os profissionais que o aquartelamento necessita, são ministrados cursos regulares durante o primeiro semestre do ano de instrução, corresponde ao ano letivo, chamado de Período de Instrução de Qualificação, onde o jovem é instruído e qualificado nestas diversas especialidades. Além das qualificações profissionais supracitadas, são ministradas outras qualificações como ação social do Exército por meio do chamado Projeto Soldado Cidadão. Este projeto é uma iniciativa do Ministério da Defesa, por intermédio das Forças Armadas e

com a participação das instituições do Sistema "S"- SESI, SESC, SENAC, SENAT, SENAR sem ônus para o militar que realiza a qualificação.

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) foi instituído pela Portaria Normativa nº 1.259/MD, de 19 de outubro de 2004, com o título: Projeto SOLDADO CIDADÃO (Atividade 6557 - Formação Cívico Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão) sob coordenação do Ministério da Defesa. As atividades são realizadas em parceria com: - Ministério do Trabalho e Emprego; - Comando da Marinha; - Comando do Exército; - Comando da Aeronáutica; - Fundação Cultural Exército Brasileiro; - Escolas Técnicas; - Centros de Educação Profissional; - Entidades do Sistema "S"; e - outras entidades que desejem participar.

Analisando as transformações sociais que vêm ocorrendo neste início de século e provocam mudanças profundas no mercado de trabalho. Neste quadro, um país como o Brasil enfrenta o duplo desafio de fazer frente aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas, que agora competem com mercados globalizados, e de integrar à economia produtiva um número crescente de jovens com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Isso significa reconhecer que, para tal, é necessário ampliar e racionalizar programas de educação profissional e formação cívica, uma vez que os profissionais que enfrentarão o mundo moderno devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Em face deste cenário o Ministério da Defesa lançou o Projeto Soldado Cidadão que tem como principal objetivo oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Singulares cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições.

Especificamente no Brasil, cerca de 1.600.000 jovens atingem, anualmente, a faixa etária destinada à prestação do Serviço Militar. Desses, aproximadamente 80.000 ingressarão nas Forças Singulares. A maioria deles será inserida no mercado de trabalho com uma formação educacional média, lastreada apenas no ensino fundamental ou no ensino médio incompleto, sem qualquer aperfeiçoamento técnico-profissional, e deficiente formação sobre cidadania.

A atuação conjunta de militares e civis, estes do setor público ou da iniciativa privada, deve gerar condições favoráveis a uma melhor qualificação da mão de obra brasileira, a custos baixos. Assim, o Projeto Soldado Cidadão tem a finalidade de apresentar uma proposta para o desenvolvimento de cursos básicos profissionalizantes para jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas. Os cursos serão desenvolvidos, preferencialmente, em organizações

militares (OM) ou em outros locais, com a parceria dos órgãos formadores de mão de obra qualificada, públicos ou privados. A execução e a administração estarão a cargo de cada Força Armadas.

São oferecidos módulos didáticos à profissionalização inicial, com carga horária mínima de 160 horas, preferencialmente nas seguintes áreas profissionais:

a) Telecomunicações: Instalador e Reparador de Linhas e Cabos Telefônicos e de Dados;

b) Automobilística: Auxiliar de Mecânico Veicular e Ajustador Mecânico

c) Alimentícia: Cozinheiro, Padeiro, Confeiteiro e Trabalhador de Fabricação e Conservação de Alimentos, Pizzaiolo e Garçom;

d) Construção Civil: Ajudante de obras Civas, Bombeiro Hidráulico, Operador de Equipamentos de Elevação, Montador de Estruturas de Concreto Armado, Trabalhador de Terraplanagem e Fundações, Aplicador de Revestimentos Cerâmicos, Pastilhas, Pedras e Madeira, Estucador e Gesseiro, Pedreiro, Carpinteiro e Soldador;

e) Artes Gráficas: Profissional de Acabamento Gráfico;

f) Confeção: Profissional de Fabricação e Instalação de Artefatos de Tecido e de Couro;

g) Têxtil: Profissional de Acabamento, Tingimento e Estamparia da Indústria Têxtil; h) Eletricidade: Eletricista Instalador Predial, Eletrotécnica e Eletricidade Básica;

i) Comércio: Operador de Supermercado, Operador de Almoarifado, Operador de Telemarketing e Vendedor;

j) Comunicação: Fotógrafo Básico e Cartazista de Supermercado e Varejo;

l) Conservação e Zeladoria: Profissional de Portaria, Ascensorista, Frentista, Zelador, Porteiro e Vigia;

m) Informática: Operador de Microcomputador Básico (*Windows, Word, Excel e Internet*), *Linnux* Básico, Montagem e Configuração de Microcomputador, Redes, Lógica de Programação, Banco de Dados, Programação para *Web*;

n) Saúde: Auxiliar de Enfermagem;

o) Lazer e Desenvolvimento Social: Monitor de Lazer e Recreação;

p) outros módulos: Barbeiro, Sapateiro, Ferrador, Auxiliar de Ferrador, Auxiliar de Veterinário, Tratador de Equinos, Tratador de Cães, Gerente de Pavilhões de Baias, Gerente de Canil, Cavaleiro, Cinófilo, Segurança de Empresas, Segurança de Autoridades e outros.

Outras áreas da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, disponibilizadas pelos

parceiros e que apresentem cursos de interesse, podem ser acrescentadas. A definição dos módulos didáticos e do número de cursos por área depende da conjugação de fatores como o perfil socioeconômico e cultural da região, com base em características do mercado de trabalho regional e as especificidades das organizações militares e as parcerias engajadas em cada região.

O Exército também faz convênios com as instituições de ensino que estão vinculadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), este programa, entretanto tem menor custo maior e, por isto, menor número de militares participantes.

O PSC e o PRONATEC são dois programas semelhantes, porém distintos. O PRONATEC veio a complementar as ações do PSC, que, por razões orçamentárias não tem a abrangência necessária para atender toda a demanda.

Como ação visando facilitar a inserção dos jovens participantes do Projeto Soldado Cidadão no mercado de trabalho, os quartéis devem remeter aos postos ou agências vinculadas ao SINE a relação completa dos concludentes, detalhando os cursos realizados, com as respectivas cargas horárias.

O Projeto Soldado Cidadão iniciou no ano de 2004 e já formou aproximadamente 1500 militares na Guarnição do Alegrete, representando uma enorme oportunidade para a juventude daquele rincão. Também há cursos no projeto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) coordenado pela Guarnição Militar. Isto somado, resulta na maior iniciativa de qualificação profissional que o município dispõe, representando um incremento na qualificação da mão de obra do município em função da presença do Exército em seu território.

Figura 25 – Instrução PSC.



Fonte: 3ª DE, 2016

5.3.2 Recursos alocados às organizações militares do município

A tabela abaixo é um demonstrativo do montante de recursos financeiros alocados pela União aos quartéis sediados no Alegrete nos anos de 2013 e 2014.

Quadro 10 – Resumo dos valores e quantitativo de viaturas das Organizações Militares de Alegrete

Valores Recebidos pelas OM.			
OM	2013 (R\$)	2014 (R\$)	Número de VTR
6º RCB	23.753.498,71	27.192.770,46	184
10º B Log	23.824.564,44	30.424.245,71	118
12º B E Cmb	25.149.233,89	28.462.459,87	116
2ª Cia Eng	5.402.751,39	6.741.329,26	048
12ª Cia Com Mec	1.532.650,59	1.618.480,64	027
HGuA	2.838.221,5	2.771.605,16	007
Total	77.156.487	97.210.891,10	500

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF)

Ao observar o montante de mais de 97 milhões de reais alocados pela União para os quartéis do Exército no município, recursos que aportam na economia local sem nenhum esforço produtivo, e comparando com o PIB e o orçamento municipal, podemos concluir a grande relevância que está presença militar tem para a economia local.

5.3.3 Demandas e oportunidades decorrentes da presença militar no Alegrete

A expressiva presença de militares, seus familiares e dependentes geram um incremento de todos os tipos de demandas que a vida profissional e pessoal acarretam. Neste sentido, é de destacar os negócios com imóveis, prestação de serviços aos quartéis e a família militar, a grande aquisição de produtos em geral e gêneros alimentícios no comércio local para abastecer os quartéis, além de bens de consumo e atividades culturais e de lazer que os militares demandam como consumo necessário a vida cotidiana.

Portanto a presença de organizações militares no município corresponde a alocação de significativo montante de recursos que a União disponibiliza de forma previsível e periódica. Implica em incremento na qualificação de mão de obra por intermédio dos cursos militares e

trabalhos do quartel e nos cursos profissionalizantes proporcionados pelas organizações militares como o Projeto Soldado Cidadão e PRONATEC. Também a oportunidade de trabalho como serviço militar. O Exército Brasileiro é o maior e mais diversificado empregador do município.

Destacam-se, também, as oportunidades de negócios para o comércio em geral, prestadores de serviços e profissionais liberais de todos os ramos decorrentes da presença de numeroso contingente de militares e seus familiares.

Por tudo isto, a presença das organizações militares em Alegrete implica em incremento para o mercado de trabalho, oportunidades de negócios para a economia local, distribuição de rendas e aquecimento da economia municipal.

5.4 ENTREVISTAS ESTRUTURADAS

Na busca da visão das autoridades e lideranças municipais sobre as interações e relações de territorialidade existentes no município de Alegrete, envolvendo a comunidade, os empresários os militares e o poder público municipal, tivemos a oportunidade de entrevistar o Prefeito de Alegrete, vários Secretários, os Comandantes e praças das Organizações Militares do Exército localizadas no município.

O prefeito destacou, de forma ampla, que a administração do município conta com o apoio do Exército com ligações mais constantes as secretarias da saúde, através das campanha de saúde pública; infraestrutura, pelo apoio em maquinário e ações da defesa civil; educação, por intermédio de cursos profissionalizantes; cultura, pelo apoio em eventos através de estruturas e palcos; e outras secretarias que contam com apoio dos militares.

Salientou que o município se beneficia de duas instituições importantes, que são as instituições bancárias e o Exército Brasileiro. “Estes são os que giram a economia municipal” e as parcerias com os militares são constantes e intensas.

Fez menção que a existência de um hospital militar no município traz muitos benefícios, pois são transferidos para servir em Alegrete profissionais de saúde de diversas especialidades, que clinicam, também na rede pública e particular, ampliando o universo de profissionais no município. Narrou que Ele, que é médico, começou a carreira no Hospital de Guarnição do Alegrete como Oficial médico temporário e por lá permanece até hoje.

Acrescentou que a existência dos quartéis é altamente produtiva e participativa em todas as áreas do município. Que o Alegrete tem seu desenvolvimento muito pela presença

dos militares e arrematou dizendo que se tirassem os quartéis da cidade seria um desastre.

Secretário de Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia afirma que percebe no dia a dia da cidade a grande presença militar no município e que esta presença é fundamental para a cidade. Destacou que a existência dos quartéis é fundamental para a economia municipal. A cidade depende dos quartéis e dos funcionários públicos, pois a base da economia do município é o comércio e a prestação de serviços, com mais de 60% de participação no PIB do município, e que os mesmos são diretamente beneficiados pelos militares e seus familiares que vivem em Alegrete.

O secretário é empresário do ramo de alimentação, proprietário de restaurante e observa grande parte de seus clientes são militares.

Explicou que os quartéis têm muitas demandas de manutenção, serviços em geral e fornecimento de gêneros o que possibilita que o comércio local e os prestadores de serviços possam comercializar com as unidades militares. Falou que a sua secretaria promoveu uma reunião com empresários e os gestores de instituições públicas da cidade (Quartéis, Instituto Federal Farroupilha, Unipampa) para despertar no empresariado local o interesse em participar das licitações para que os recursos alocados a estas entidades sejam integralmente aplicados no mercado local.

O secretário afirmou que o município tem os seguintes indicadores: PIB R\$1.670.106.000,00(ano 2014) e o orçamento de R\$ 220.000.000,00.

O secretário ressaltou como muito importante a capacitação que o Exército proporciona para os soldados. O secretário emprega no seu restaurante funcionários egressos do serviço militar nas áreas de informática, motorista e garçons. Realçou que esta qualificação tem sido muito importante para o mercado de trabalho, que além da qualificação técnica tem a formação moral e que estes profissionais são muito disputados pelo mercado de trabalho local.

A Secretária do Planejamento e Gestão afirmou que a presença militar é marcante em todos os setores da vida municipal. Deu o exemplo da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), onde Ela leciona, que a quantidade de militares estudando na universidade é notória e que a URCAMP é dependente do pessoal do Exército para se manter. Falou que a população de militares e seus dependentes é muito grande e a representação do potencial de consumo deles em relação a comunidade em geral. O município possui grande número de invasões e muitas pessoas subempregadas e os militares compensam este baixo poder aquisitivo. As áreas mais beneficiadas com as demandas dos militares são o comércio em

geral, mercado imobiliário com aluguéis, alimentação, ensino e saúde. Que na área de saúde o município se beneficia com os militares vem servir no hospital militar e se radicam na cidade, são médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, e outros.

A Secretária de Turismo, Esporte e Lazer narrou que a presença militar se observa em vários segmentos da sociedade local, mas o fato mais marcante, para Ela, é no aspecto cultural, pois o carnaval alegretense foi trazido para a cidade pelos militares cariocas no começo do século passado que vinham servir no município e não tinham opções de lazer pela diferença cultural entre os dois estados. Por isto, os militares oriundos do Rio de Janeiro fundaram as primeiras escolas de samba na cidade e hoje a liga de samba de Alegrete registra seis escolas. Destacou que a liga carioca de samba vem ao município e se impressiona que a batida do samba alegretense é idêntica ao Rio de Janeiro. A secretária coloca esta realidade como um legado cultural que os militares deixaram para a cidade. Acrescentou que os militares são público-alvo em todas as pesquisas de mercado como potencial cliente. Que o mercado de trabalho prioriza o ex-militar pela qualificação e pelo perfil de militar que os jovens possuem. Destacou ainda, que empresas adotam o modelo de gestão do Exército Brasileiro como a Cooperativa Agrícola Alegretense (CAAL).

O Secretário de Segurança pública, Mobilidade e Cidadania afirmou que a sua secretaria tem encargos de segurança patrimonial, segurança de trânsito e fiscalização dos transportes concedidos para o município, táxis, mototáxis, vans e transporte de aluguel e que o Exército é parceiro da secretaria com uma interação completa através da participação como membro no Gabinete de Gestão Integrada e Membro do Gabinete Municipal Contra o Abigeato. Também há interação através de convênios da secretaria e o Exército para atividades de educação de trânsito e outras campanhas educativas. Fez uma alusão ao apoio que as unidades militares prestam em relação a Defesa Civil. Especificou que o Exército toma conta de uma parte da cidade e a prefeitura assume a outra parcela nos casos de enchentes que são muito frequentes no município. Que, pelo fato de ter duas unidades de engenharia, apoia o município em caso de acidentes com o emprego dos guindastes e maquinário para remoção de obstáculos e incêndios com os caminhões pipa, principalmente na zona rural.

Fez questão de frisar que o EB é fundamental na economia pelo grande contingente que compõem os quartéis de Alegrete. Concluiu que o exército é o maior empregador do município.

A chefe da Defesa Civil de Alegrete afirmou que o EB é de suma importância para o município que é a mão direita da prefeitura para as questões de calamidade pública. Falou que

o primeiro a ser chamado é o Exército e depois as secretarias que tem veículos para prestar o apoio aos flagelados das enchentes. A Defesa Civil divide a cidade em duas partes e os quartéis se encarregam de uma destas partes e prestam todo tipo de apoio necessário: transportam as pessoas e seus pertences e seus móveis, montam abrigos, confeccionam alimentação (os gêneros são fornecidos pela Defesa Civil). E que o Comandante da Guarnição militar integra o Gabinete de Crise de forma permanente até o encerramento dos trabalhos de apoio à comunidade.

O Presidente do Centro Empresarial de Alegrete, que congrega o Clube de Diretores Lojistas (CDL), o Sindi Lojas e a Associação Comercial e Industrial de Alegrete afirmou que a presença do Exército Brasileiro é extremamente importante no que se refere a manutenção dos negócios da cidade, porque mantém o comércio e os demais ramos de negócios estáveis. Isto ocorre pela previsibilidade e estabilidade econômica dos militares e seus familiares, ao passo que outros cidadãos dependem das condições de emprego ou de sazonalidade como a agricultura e pecuária.

Destacou que a família militar é extremamente importante para todos os empreendimentos da cidade. Que as empresas de comércio participam bastante com os quartéis através das licitações e, que, os egressos do Exército têm acesso ao mercado de trabalho local porque possuem uma bela formação. Elogiou a preocupação dos comandantes dos quartéis pela preocupação que tem com os soldados para quando derem baixa e preparam para a vida civil através de cursos de qualificação profissional.

Encerrou dizendo que o Alegrete viveu nos últimos anos uma grande interação com o Exército em engajamento fraterno em perfeita integração. E sentenciou que nunca saia e nem cogitem sair quartéis do Alegrete.

Para o Comandante da Guarnição Militar de Alegrete o aspecto econômico é o mais relevante para o município em face do grande universo de militares da ativa, inativos e pensionistas que representa parcela significativa da economia do município. Na questão econômica se destacam duas parcelas de recursos, o salário do militar, que é consumido no município em seus gastos pessoais e da família. O outro aspecto são os recursos que as unidades militares recebem para o seu custeio e gastam no comércio local.

Outro aspecto citado pelo comandante é a questão do trabalho. Afirmou que o Exército é o maior empregador do município e que o militar engajado, que é após o serviço militar obrigatório, recebe um bom salário para os padrões da cidade.

Citou, ainda que os quartéis criam muitas vagas para cursos profissionalizantes com os

programas Soldado Cidadão, PRONATEC e cursos com o Instituto Federal Farroupilha, criando a possibilidade de qualificação nas áreas de maior demanda de mão de obra do município. Ele entende que o Exército é o maior fornecedor de mão de obra qualificada para o Alegrete, além dos cursos que são normalmente realizados dentro do quartel para atender as necessidades da organização militar. Desta forma, quando o militar der baixa ele retorna a vida civil com uma habilitação e prática profissional.

O Exército estabeleceu uma parte do curso de formações de sargentos em várias regiões do Brasil e o Alegrete é a cidade do Rio Grande do Sul que recebeu esta tarefa, como decorrência disto, a guarnição militar recebeu mais jovens para a carreira militar e despertou o interesse nos empresários de educação em oferecer cursos preparatórios para as escolas militares, o que atrai jovens dos municípios próximos do Alegrete.

Abordou nos aspectos psicossocial o trabalho que dois quartéis desempenham com menores em situação de vulnerabilidade social. Revelou que funciona em parceria com a UNIPAMPA e Prefeitura Municipal que fornece os professores para as aulas de reforço escolar. As atividades são de esporte, iniciação profissional, orientação educacional, cidadania e reforço escolar. As atividades ocorrem no contra turno escolar. O Regimento de Cavalaria empresta as suas instalações hípicas e os animais para as aulas de ecoterapia para pessoas com necessidades especiais.

O Coronel relata que a cidade é muito integrada com o meio militar e pede a participação do Exército nos mais diversos eventos da comunidade e também nas calamidades como as enchentes. Também destacou a perfeita integração da família militar com a comunidade. Outro aspecto que considera relevante é o trabalho desempenhado pelos militares da área de saúde, pois estes prestam seus serviços também no hospital do município que é a Santa Casa Caridade o que amplia o quadro técnico em saúde do município. Ele acredita que a cidade é dependente da presença militar.

O Comandante do 6º Regimento de cavalaria Blindada destaca que a própria história fundação da cidade se funde com a presença militar, pois foi fundada pelo Patrono do 6º Regimento de Cavalaria de Guardas, na época Tenente Coronel José de Abreu. Com uma população de cerca de 79.000 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2014) e 2.500 militares da ativa. Portanto, o peso econômico dos orçamentos das OM, tanto em valores de custeio e investimento quanto na questão de salários se tornam relevantes para a cidade. O comandante considerou, ainda, que com a presença de 3 organizações militares valor Unidade, 02 valor Subunidade e um Hospital de Guarnição, torna

o peso econômico, particularmente no setor de serviços, maioria dos gastos da família militar, muito significativo para a economia municipal. Questionado sobre a interação da família militar com a sociedade local respondeu que considera a integração com a comunidade bastante intensa, facilitada pela expressão do tradicionalismo com suas feiras, bailes e quanto ao esporte com cavalos, provas campeiras, pólo e hipismo.

Realçou que esta interação da família militar com a comunidade local é muito boa. Estas relações se manifestam por meio da existência de confrarias de antigos e atuais integrantes das Organizações Militares da Guarnição do Alegrete, como por exemplo a Confraria dos Camaradas do Rgt José de Abreu, além de Centros de Tradições Gaúchas (Vaqueanos da Fronteira – padrinho do Piquete José de Abreu) e dos integrantes da Sociedade Italiana, verdadeira extensão das OM do Alegrete.

A entrevista com um Sargento do 6º Regimento de Cavalaria Blindada sobre a sua visão da importância do Exército Brasileiro para a cidade. Ele pensa que uma das ações mais relevantes é dar aos jovens Alegretenses a oportunidade de se profissionalizarem para o mercado de trabalho, levando consigo os valores cívicos aprendidos na caserna. Explicou que a existência dos quartéis na cidade tem grande importância social e econômica, pois o EB gera empregos para a comunidade, por ser uma Guarnição muito grande é responsável por um aumento considerável das vendas no comércio local.

Existem vários fatores que são de importância ao município de Alegrete no que se refere ao EB, não só como auxílio aos órgãos de segurança pública, mas também no ponto de vista econômico, gerando empregos temporários aos jovens e girando a economia no comércio da cidade.

O EB tem grande importância para a vida dos jovens do município de Alegrete, pois possibilita uma grande oportunidade de iniciar a vida profissional, uma possibilidade digna de melhorar as condições financeiras de suas famílias, oportunidade de realizar cursos profissionalizantes e de aprender uma nova profissão que posteriormente possibilitará o ingresso no mercado de trabalho no município de Alegrete, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da comunidade.

O EB é responsável por grande parte da arrecadação e movimentação econômica do comércio no município de Alegrete, devido ao grande número de militares existentes na Guarnição, bem como oportuniza um “primeiro emprego” a uma parcela considerável dos jovens na casa dos 19 anos.

Além da contribuição na arrecadação e movimentação econômica do comércio no município de Alegrete, oportuniza a centenas de jovens o despertar uma vocação, frequentar um curso profissionalizante e sair efetivamente pronto para o mercado de trabalho atendendo as necessidades da comunidade local, além da inegável contribuição nas situações de emergências locais.

De forma semelhante, foi entrevistado o comandante do 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, que expôs suas impressões sobre a relevância para o município a existência das unidades militares do Exército, com os seguintes destaques. Distribuição de renda através da folha de pagamento de pessoal da ativa e inativos (cerca de 34 milhões de reais ao ano); Injeção de recurso das OM na economia local através da aquisição de material, especialmente material de construção e gêneros alimentício, além do pagamento de serviços prestado (terceirizado).

No aspecto do consumo, só militares formam um relevante público do comércio local e da rede imobiliária.

Abordou a questão da saúde pública que os quartéis ajudam o município devido ao serviço militar, as OM “trazem” para Alegrete mão de obra especializada que prestam relevantes serviços, especialmente médicos que atendem na Unidade de Pronto Atendimento e Santa Casa. Cita que o serviço militar inicial proporciona profissionalização para muitos jovens das classes mais baixas, os quais têm o ingresso no mercado de trabalho facilitado após o licenciamento, pois adquirem qualificação e experiência profissional dentro do quartel, sendo uma oportunidade de primeiro emprego para os jovens.

No aspecto psicossocial, o EB tem profunda relação com a história local, que é marcada por revoluções, como a Federalista e a Farroupilha, além da presença do EB desde os primórdios do município. Destacou ainda, o fato do 6º RCB ser um polo de fomento ao esporte equestre entre militares, dependentes e público civil. (Polo, salto);

Na convivência e interação dos militares com a comunidade frisou que entre o público mais maduro (30 anos) é amistoso e cordial. Os CTGs, clubes, Rotary, Lions, Maçonaria, entre outros, acolhem muitos militares. Já algumas entidades filantrópicas, como a liga de Combate ao câncer, incorporam as esposas dos militares em suas entidades.

O Praça do quartel que colaborou com a pesquisa destacou a geração de renda e emprego para o município, aumento da segurança da região, valorização dos imóveis do município (locação), especialização da mão de obra local e integração com pessoas de outras regiões como as contribuições mais significativas que os quartéis trazem para o município.

Na opinião do Comandante da 2ª Cia Engenharia de Combate apresenta os aspectos mais relevantes, para o município, decorrentes da presença de significativo contingente militar no Alegrete, destacando como principal aspecto, o trabalho, no qual o Exército Brasileiro atua em diversas frentes junto a comunidade, entre elas, o auxílio na remoção de pessoas em áreas alagadas, o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, que é o transmissor da dengue, zika e chikungunya, bem como a distribuição de água em algumas comunidades do município.

Abordou a qualificação dos recursos humanos, tendo em vista o número elevado de jovens alegretenses que ingressam nas fileiras do Exército, saindo capacitados para o mercado de trabalho. Explanou sobre a relevância da família militar no município explicando que a família militar caracteriza-se pela diversidade cultural, resultando, então, no enriquecimento cultural do município. O aspecto social está atrelado a isso, tendo em vista a interação de pessoas de diferentes origens. Outro aspecto ligado a essa diversidade cultural é o econômico, tendo em vista que o município se prepara para suprir as mais variadas demandas. Colocou em destaque o relacionamento entre a comunidade local e a família militar como um relacionamento saudável no município do Alegrete, com um bom nível de interação, até mesmo pelo elevado número de militares no município, o que acaba estreitando os laços de amizade.

O Praça colaborou com a pesquisa opinando sobre a importância do EB para a cidade, dizendo que o Exército Brasileiro é de fundamental importância, visto que, há um grande efetivo de militares, de diversos locais do País, servindo como base na economia local, como troca de cultura, como mão de obra em ações cívicas sociais e em apoio a Defesa Civil.

Na participação do Comandante da 12ª Companhia de Comunicações Mecanizada sobre a importância territorial das organizações militares para o município do Alegrete Ele afirmou que o grande número de militares em Alegrete influencia diretamente na economia da região. Aluguel de casas e apartamentos, entrada de mão de obra especializada no mercado de trabalho da região (esposas ou esposos de militares transferidos). Há, também, o constante emprego dos militares em calamidades ou campanhas governamentais, possibilitando alcançar todo o município nessas atividades. E que o EB é a maior “empresa” da cidade.

Atendendo a solicitação de relatar a relevância da família militar para o município, abordou a questão econômica, lembrando que, mensalmente, é injetado grande quantia de recursos financeiros no comércio alegretense. Ainda, sobre a família militar e o município, lembrou que a cidade não oferece grandes atrativos turísticos, os militares precisam se

integrar com a comunidade local, em almoços, jantares ou encontros típicos da região o que acaba ocorrendo.

O Sargento entrevistado opinou sobre a importância do EB para o Alegrete abordando o aspecto econômico, sendo o EB de grande importância econômica da região em face dos recursos que as unidades militares recebem. Portanto as compras no comércio, supermercados, exames, consultas, escolas, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Na entrevista com o Comandante do 10º Batalhão logístico expôs que entre os aspectos mais relevantes para o município da presença militar é justamente a presença maciça do contingente da Força Terrestre em Alegrete que fortalece, sobremaneira, a imagem do município na região, produzindo uma forte sinergia entre a população da cidade e municípios circunvizinhos com o Exército, que goza de elevado prestígio junto à população brasileira, sendo considerada a mais confiável de todas as instituições do país. Destacou, também, que o numeroso efetivo de militares traduz para o município um forte sentimento de segurança com a presença da tropa federal, ainda mais se tratando de uma área de fronteira com dois países vizinhos. O Comandante acrescentou que a presença dos militares e seus familiares trazem imenso contributo para a economia do município, com forte impacto na área de consumo e na geração de empregos formais.

Questionado sobre a relevância da família militar para o município nos aspectos sociais colocou que o intercâmbio e a troca de experiências entre os militares e seus familiares, muitos vindos de várias partes do Brasil, com os naturais da cidade, criam uma atmosfera de brasilidade muito importante na construção dos valores cívicos e patrióticos junto à população, muito identificada com a sua própria cultura, de elevado cunho nativista e, muitas vezes, com forte influência proveniente das nações platinas, devido a Alegrete estar localizado numa região de fronteira. Os indicadores sociais do município dependem muito da forte injeção no Mercado de recursos oriundos dos vencimentos dos militares e dos créditos destinados à aquisição de bens e contratação de serviços pelas Organizações Militares e dos empregos diretos e mesmo indiretos gerados pela presença do Exército.

Destacou a importância para a economia local da presença dos quartéis uma vez que o município tem como principal matriz econômica o Agronegócio, que, na opinião do oficial tem a peculiaridade de empregar pouca mão de obra e, o forte investimento de capital advindo da remuneração da classe militar e seus familiares, somado aos recursos destinados à aquisição de bens e contratação de serviços pelos quartéis e, ainda, os empregos diretos e mesmo indiretos gerados pela presença do Exército na região, tem forte influência na

economia do município, ao passo que a simples extinção ou transferência de sede de qualquer das OM pode gerar enorme impacto negativo no comércio, provocando falência de empresas e prestadores de serviços, gerando, por conseguinte, pobreza e desemprego.

Sobre questões culturais, colaborou com a pesquisa destacando que a presença do Exército produz uma miscigenação cultural muito expressiva no município, fruto do intercâmbio promovido pela presença dos militares e seus familiares, na sua grande maioria, oriundos de todos os rincões do país. O Comandante entende que isso ganha importância na medida que a cultura gaúcha é muito rica, onde se exaltam valores e virtudes da mais alta envergadura moral, enaltecendo a família, a terra natal, a educação, o cooperativismo, a coragem, o respeito. Afirmou que são aspectos um tanto esquecidos pela civilização hodierna e que avultam no seio do Tradicionalismo, se tornando um exemplo a ser imitado por todos, seja qual for a sua origem.

Continuando na sua exposição sobre as questões que os militares podem interagir com a comunidade alegretense destacou a relevância para o trabalho. Frisou que o Exército gera empregos diretos e indiretos no município em número mais expressivo e mais bem remunerado que o próprio Agronegócio, que responde pela principal vertente econômica de toda a região. Destacou que a presença da Família Militar permite, ainda, que profissionais mais qualificados, sejam familiares ou os próprios militares, vindos de centros maiores, compartilhem suas experiências e seu conhecimento profissional com a população local. Vale salientar que o mercado local tem pouca capacidade de absorção da mão de obra que vem de fora, existindo uma oferta reprimida de empregos.

Destacou, por fim que os militares e suas famílias que vêm para a cidade transferidos de outros estados experimentam, inicialmente, um choque cultural, associado, em muitas ocasiões, à dificuldade de adaptação às condições climáticas da região a ao enorme distanciamento do município dos grandes centros. Porém, a qualidade de vida decorrente das facilidades oferecidas por uma cidade pequena, torna a estadia bastante aprazível, cativante, e a população local recebe muito bem a todos, sempre muito educada, hospitaleira, não havendo nenhuma dificuldade de interação com a família militar.

O entrevistado achou um fenômeno interessante a perfeita integração da Família Militar com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, onde é comum a presença de cariocas, paulistas, mineiros, nordestinos, enfim, gente de todo lugar nos Centros de Tradição Gaúcha (CTG) e eventos do gênero, revelando, assim, uma convivência harmoniosa com a comunidade local.

O Diretor do Hospital de Guarnição de Alegrete falou sobre a importância das unidades militares para o município do Alegrete, citando o aspecto econômico como o mais relevante. Destacou a grande interação existente entre a sociedade alegretense e o Exército, pois muitas famílias são formadas ou tem ou teve militares em sua constituição. Frisou que é importante lembrar a existência de seis Unidades Militares no Alegrete. O Diretor lembrou que os habitantes de Alegrete servem nas Unidades não só na condição de soldado, mas pode servir como oficial ou sargento temporário, sendo um celeiro de emprego ou estudando para poder concorrer aos Cursos de Formação Militar. Ainda alegou os fatores econômicos que ficam evidentes por ser este efetivo de mais de 4.000 militares o que aquece o comércio local. Três das Unidades possuem piquetes responsáveis pela preservação cultural gaúcha e raízes.

Colocou como dado relevante a participação do pessoal de saúde, integrantes do Hospital Militar que trabalham na cidade, ampliando a capacitação em saúde do município.

De forma semelhante as outras unidades militares, contou-se com a contribuição de um Praça antigo para opinar sobre os aspectos que ele considera relevantes decorrentes da existência dos quartéis na cidade. O Sargento declara que a presença do Exército se reveste de extrema importância tendo em vista a interação deste com a comunidade, seja através do consumo de bens e serviço realizados pelos militares e seus familiares. Também afirma que é muito importante pelo apoio prestado pelos quartéis nas calamidades públicas que o município enfrenta, especialmente com enchentes, tormentas e secas.

Destacou a questão do emprego onde o Exército oferece oportunidade de trabalho para os integrantes da comunidade através de vagas para sargentos e oficiais temporários. Destacou também, que as Unidades Militares participam, diretamente das comemorações da semana farroupilha, seja com o apoio de pessoal, através de seus piquetes ou com material, sendo fundamental para que esta atividade cultural seja realizada. Dessa forma, a participação das Unidades Militares é intensa e perfeitamente integrada com a comunidade alegretense.

6 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA RELATIVA A ÁREA ESTRATÉGICA SUL

Nesta parte da pesquisa pretende-se realizar uma análise da PND e a sua aplicação pelas diretrizes emanadas da END no aspecto da alteração profunda das prioridades geopolíticas que estão consubstanciadas naqueles instrumentos orientadores da Defesa brasileira, colocando a Região Sul em última prioridade nos aspectos de Defesa e carreando a maioria de meios militares e recursos financeiros na Região Norte que passa a ter prioridade máxima.

Com enfoque no Cone Sul-americano, pretende-se, com isto, contribuir com o debate sobre a articulação das Forças Armadas no território nacional e minimizar efeitos colaterais para as realocações de organizações militares das regiões que perderam prioridade na análise do MD e deverão ser deslocadas para outros estados do Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa, no tocante a atualização da ordem de batalha das Forças Armadas pelo território nacional, com radical alteração de prioridades para o posicionamento das Forças Armadas, trará implicações na estratégia da presença e dissuasão face ao cone sul latino-americano e implicará em modificações estruturais, transferindo organizações militares para as regiões Oeste e Norte. hoje, prioritárias para a END. A diretriz do reposicionamento das forças, já citada neste estudo, será posta em epígrafe com a finalidade de destacar a ordem contida na END para as Forças Armadas alterarem a articulação de sua ordem de batalha pelo território nacional de acordo com esta nova prioridade de Defesa.

8. Reposicionar os efetivos das três Forças. As principais unidades do Exército estacionam no Sudeste e no Sul do Brasil. A esquadra da Marinha concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. Algumas instalações tecnológicas da Força Aérea estão localizadas em São José dos Campos, em São Paulo. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná. (BRASIL,2012, p. 28)

Dentro do aspecto da articulação das Forças, estipula objetivo estratégico para a Marinha no sentido de estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro (BRASIL, 2012, p.73).

A visão geopolítica de um país deve abarcar, não somente a curto e médio prazo, mas o longo prazo, que é o alcance a ser buscado pelos estrategistas e estadistas da nação. Por causa do longo período sem conflito armado que tenham ameaçado diretamente o território e a soberania nacional há uma percepção no imaginário da nação que ameaças ao território nacional estão descartadas. Entretanto, o Brasil pode negligenciar os seus interesses na área estratégica sul e enfraquecer a sua capacidade de defesa, que é um dos instrumentos mais preponderantes para enfrentar antagonismos ao buscar os seus interesses e atingir seus objetivos nacionais.

A Política Nacional de Defesa (2012) coloca que, neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito.

O ambiente regional considerado na análise da PND, abrange a América do Sul, um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países da África ocidental, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região.

Figura 26 – Área de interesse estratégicos do Brasil.



Fonte: Ministério da Defesa 2016

A análise do perfil do território nacional realizado na PND conclui que o Brasil desfruta de condição invejável quanto ao espaço geográfico pois é ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com quase todos os países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais. Estas condições proporcionam ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa. A diversificada fisiografia nacional conforma cenários diferenciados que, em termos de defesa, demandam, ao mesmo tempo, uma política abrangente e abordagens específicas.

A PND (2012) contempla as diversidades fisiográficas do País em seu estudo da distribuição geográfica do poder militar brasileiro ao definir que o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, **deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul** (grifo nosso).

E alerta para a cobiça internacional para a região amazônica, afirmando que a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional (BRASIL, 2012). A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias.

Apesar de, a própria análise da Política Nacional de Defesa, considerar o valor das áreas marítimas e citar o Atlântico Sul e a Antártica como áreas prioritárias, define a região Amazônica como primeira prioridade de Defesa do Brasil.

As mudanças geopolíticas com a criação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que estreita os laços de comércio e cooperação no Cone Sul e o olhar mundial voltado para a Amazônia, fizeram com que o governo brasileiro redirecionasse os esforços de defesa nacional, visando atender as novas demandas de segurança do patrimônio e da incolumidade nacionais. Reavalia os espaços estratégicos do território nacional e elenca as Regiões Norte e Oeste como prioritária para a defesa da pátria e coloca a Região Sul em último lugar nas prioridades de Defesa. Antes da implementação da END a referida região ocupava a primeira prioridade.

O entorno estratégico do Cone Sul, englobando a Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e a Região Sul do Brasil, acrescentando as áreas de interesse estratégico para o Brasil: Atlântico Sul, a Antártica e a África Ocidental.

A END, dessa forma, não vislumbra as Forças Armadas (FA) como poder dissuasório

para a área estratégica sul, pois a prioridade de distribuição geográfica das FA é: a Região Norte, Centro-Oeste, Sudeste, saliente Nordeste e finalmente a Região Sul.

A nova reorganização espacial das Forças Armadas brasileiras não se coaduna com o peso geopolítico brasileiro no cone sul. O Brasil desfruta de uma posição de destaque no concerto das nações e de liderança no continente sul-americano e traça uma estratégia de defesa que enfraquece o poder militar e a presença militar que possa respaldar os interesses nacionais e as decisões de governo na Área Estratégica Sul.

A reestruturação das Forças Armadas preconiza a maior presença militar na região amazônica em exclusão a região sul, de onde serão deslocados a maioria dos efetivos militares que reforçarão a região Norte. Para a Marinha do Brasil implica na criação da 2ª Esquadra em área litorânea próxima a foz do Rio Amazonas. O Exército Brasileiro terá grandes contingentes do sul que já estão sendo reposicionados na amazônia, ou seja, a presença militar no Norte será realizada pelo deslocamento de tropas da região Sul para a Região Norte e não pela criação de organizações militares naquela região. A Força Aérea também amplia a sua presença na Região Norte com a implantação de, pelo menos, três bases aéreas.

A Força Aérea Brasileira transformará a Base Aérea de Florianópolis em base de apoio, reduzindo a presença do poder aéreo no sul do país. A principal missão da Base Aérea de Florianópolis é o patrulhamento do Atlântico Sul.

Entretanto a Área Estratégica Sul continua de fundamental importância para os interesses nacionais

A Área Estratégica Sul é importante para os interesses geopolíticos brasileiros em face da grande capacidade econômica, tecnológica, e industrial da região Sul do, Brasil representada por grande e diversificado parque industrial como os existentes nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, além de polos industriais de Caxias do Sul, Joinville e Maringá. A região Sul tem destaque no setor primário como grande produtor e exportador de proteína animal e participa de maneira significativa na matriz energética brasileira. É detentora de grande capital intelectual respaldado em escolas técnicas e universidades de projeção nacional e internacional.

O cone Sul-Americano possui grandes centros urbanos e vários polos industriais de grande potencial tecnológico e plantas fabris de importância continental e mundial como as fábricas instaladas em Buenos Aires, Montevideu, Córdoba, Santiago, além das brasileiras já

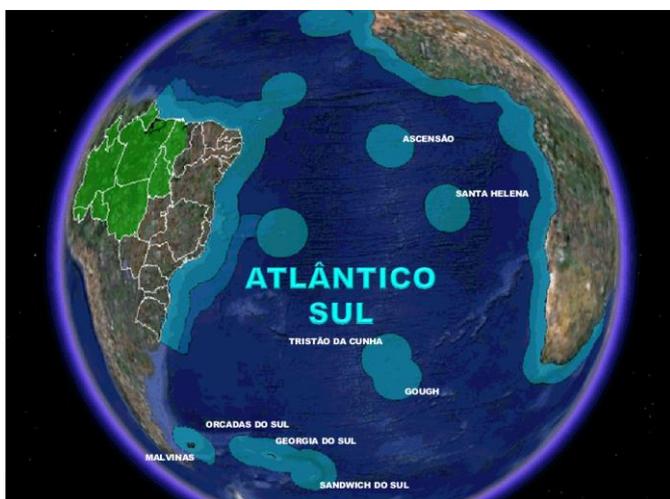
citadas. Somam-se a estes aspectos as potencialidades dos parceiros do MERCOSUL, com destaque para a República da Argentina, que é importante parceiro comercial do Brasil.

O Atlântico Sul é destacado na PND como fundamental para o progresso da nação. É de onde se extrai a maior parte do petróleo nacional, incrementado com a descoberta do pré-sal que deverá dar a definitiva autonomia nacional no campo energético. Assim, define que “O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul” (BRASIL 2012, p. 24).

Além da vocação natural que temos com o mar, sendo por aí passa mais de oitenta por cento do comércio brasileiro. O Atlântico Sul é uma rota comercial importante por ligar-se com o Oceano Índico e daí ao oriente e constituir uma rota alternativa ao canal do Panamá. Também é a ligação brasileira com a África, cujos laços são ancestrais e ampliados pelos interesses econômicos crescentes do Brasil com as nações africanas. A proximidade da Antártida é outro aspecto que aumenta a relevância do Atlântico Sul para o Brasil, já que o país é signatário do tratado da Antártida e mantém a estação de pesquisa Comandante Ferraz naquele continente.

A importância geopolítica do Oceano Atlântico pode ser aquilatada pelo fato que potências extracontinentais mantêm presença permanente no Atlântico através da ocupação de ilhas com populações e bases militares como são o caso das ilhas de: Ascensão (Reino Unido, arrendada para os EUA), Santa Helena (Reino Unido), Tristão da Cunha (Reino Unido), Gouch (Reino Unido), Malvinas/Falkland (Reino Unido), Órcadas do Sul (Reino Unido), Georgia do Sul (Reino Unido) e Sandwich do Sul (Reino Unido).

Figura 27 – Ilhas do Atlântico Sul.



Fonte: Ministério da Defesa 2016

A América do Sul é o continente menos militarizado do mundo e o Exército Brasileiro não é empregado desde a 2ª Guerra Mundial, porém este cenário pode entorpecer a nossa visão estratégica e induzirmos a dividir as forças militares, abandonando ou enfraquecendo uma área em prol de outra. A grandeza do Brasil cobra uma postura estratégica compatível com peso geopolítico. Portanto, o País deve ter poder dissuasório em todas as áreas estratégicas que estiverem dentro da área de interesse e influência do Brasil.

A própria PND apresenta justificativas para se manter a Região Sul com prioridades no poder militar nacional ao afirmar que o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países (BRASIL, 2012, p. 25)

Acrescenta a necessidade de o País dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima e que deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul.

Ainda neste âmbito, a Estratégia Nacional de Defesa, em sua diretriz número 1 deixa claro o fator de dissuasão que as Forças Armadas deverão buscar “Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir lhes o uso do espaço aéreo nacional Para dissuadir, é preciso estar preparado para combater”. (BRASIL, 2012, p. 47)

Embora as diretrizes do Ministério da Defesa definam que as Forças convirjam seus meios para fortalecer a região amazônica, nos documentos da PND e END existem diretrizes que permitem que a Área Estratégica Sul permaneça com forças militares significativas sinalizando a importância desta região para os interesses nacionais e impondo a necessária dissuasão para o cone sul-americano e o seu entorno estratégico.

Para atender estas premissas a diretriz de número 4 da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012, p.48) prescreve que as Forças deverão desenvolver a **mobilidade estratégica** (grifo nosso) que, conjugada com a capacidade de monitorar/controlar poderão responder as ameaças e agressões. A mobilidade estratégica – entendida como a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito. O imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo. Isto significa economia de meios nas áreas de fronteira, podendo manter efetivos em outras regiões até que a necessidade determine um deslocamento para reforçar a região em risco.

No sentido de não ter muitas tropas ao longo da fronteira, os objetivos estratégicos traçados para o Exército, contemplam a possibilidade de articular as reservas táticas e estratégicas no chamado dispositivo de expectativa⁹, ou seja, não haveria necessidade de transferir grandes contingentes para o norte.

A END define este tipo de articulação de força.

“Entende-se por reservas táticas forças articuladas, em profundidade, numa determinada área estratégica, com mobilidade suficiente para serem empregadas na própria área estratégica onde estão localizadas. Reservas estratégicas são forças dotadas de alta mobilidade estratégica, com estrutura organizacional.” (BRASIL, 2012, p.52)

É possível guarnecer as fronteiras Norte e Oeste do Brasil com frações pequenas como os Pelotões de Fronteira, cumprindo função de vigilância e reconhecimento e ter frações maiores, em nível regional, articuladas em profundidade com relação a linha de fronteira como reservas táticas e manter reservas estratégicas no centro do País. Estas situações não são novas. Elas já compõem a estrutura de defesa, embora não estejam plenamente estruturadas e prontas para atuarem em qualquer ponto das fronteiras em curto período de tempo.

As reservas estratégicas são compostas pela Brigada de infantaria Paraquedista, pela Brigada Aeromóvel, pelo Comando de Aviação do Exército e pelo Comando de Operações Especiais.

Esta estrutura já existente necessita de complementos para a sua efetividade plena como a criação de estruturas organizacionais com a tarefa de monitoramento/controlado, cuja resposta poderá ser a implantação do Sistema de Vigilância de Fronteira (SISFRON), já em andamento no Mato Grosso do Sul. Associado a capacidade de mobilidade estratégica, com base em aeronaves de transporte sob responsabilidade da Força Aérea brasileira.

Com esta estrutura militar ativada a presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controlado e com mobilidade pois unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras terrestres, nas águas jurisdicionais brasileiras e no espaço aéreo sobrejacente, têm, sobretudo, tarefas de vigilância.

Em uma condição de plena operacionalidade destes sistemas, as fronteiras não necessitariam de grandes efetivos as tropas ao longo da fronteira fariam a vigilância, alertando com as reservas táticas e estratégicas que respondem e operam. Esta estrutura seria mais

⁹ É o posicionamento de tropas em posição recuada da frente de ação, em face da incerteza quanto ao local em que haverá uma crise ou agressão, mas com a possibilidade de deslocar e atuar onde for necessário

enxuta e racionalizaria recursos financeiros e pessoal para tão larga fronteira. Além de reduzir a necessidade de realocação de tropas de onde estas já estão incorporadas a vida das comunidades locais, criando efeitos indesejados como consequência da desterritorialização destas transferências de Organizações Militares e não enfraqueceria, por exemplo, o poder militar na Área Estratégica Sul, que, por ter maiores efetivos, será a mais penalizada nas transferências de quartéis para atender a prioridade estipulada para o Norte do Brasil.

6.1 CENÁRIOS PROSPECTIVOS DECORRENTES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Para analisarmos as transformações territoriais decorrentes da efetivação da END no município de Alegrete, foram elaborados cenários prospectivos com os mesmos horizontes temporais adotados pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro no seu planejamento estratégico consubstanciado no Sistema de Planejamento do Exército-2008 (SIPLEx-2008) e atualizado em 2015.

O SIPLEx é o sistema que o Exército Brasileiro criou a partir de 1984. O então Ministro de Estado do Exército determinou ao do Estado-Maior para elaborar um sistema de planejamento estratégico para a instituição. A Escola Superior de Guerra (ESG), na década de 1980, estudou e propôs uma metodologia para o planejamento estratégico do EB, que foi adaptada e incorporada à metodologia da ESG as técnicas de planejamento da moderna administração.

Assim, em 1985, a metodologia do Sistema de Planejamento do Exército foi adotada e o SIPLEx passou a ser a ferramenta de apoio à decisão do Comandante do Exército. O sistema é periodicamente revisado e atualizado conforme as variações da conjuntura nacional e mundial.

O SIPLEx contém seis livros, quais sejam: SIPLEx 1, Missão do Exército; SIPLEx 2, Avaliação; SIPLEx 3, Política Militar Terrestre; SIPLEx 4, Estratégias; SIPLEx 5, Planos; e SIPLEx 6, Planejamento Administrativo.

Nestes documentos encontramos todo o arcabouço que norteia a preparação e as possibilidades de emprego da Força Terrestre. Também está planejada a estruturação do EB para atender as novas demandas e estratégias preconizadas na END.

Para orientar os planejamentos, as metas estratégicas do SIPLEx têm um horizonte temporal de curto, médio e longo prazo.

As metas de curto prazo abrangem as ações estratégicas que coincidam com um período de planejamento governamental de quatro anos, devendo ser considerado os três últimos anos de um governo e o primeiro ano do governo seguinte.

As metas de médio prazo abrangem as ações estratégicas e de preparo da Força que se relacionam com o ciclo de vida dos materiais e com a evolução da doutrina de emprego, abrangendo um período de até quinze anos.

As metas de longo prazo abrangem as ações estratégicas de preparo, baseadas num cenário prospectivo de até vinte e cinco anos.

Entretanto o SIPLEx 2015 apresentou o Planejamento Estratégico do Exército, chamado de Ciclo da Força Terrestre 2022 com as ações estratégicas e as atividades impostas em um horizonte temporal de 20 anos. Este recorte temporal foi dividido em 3 períodos; sendo os primeiros 4 anos, o curto prazo; os próximos 8 anos, o médio prazo e últimos 8 anos, o longo prazo. Horizonte temporal de curto prazo abrange o período de 2016 a 2019, de médio prazo vai de 2020 a 2027 e o horizonte de longo prazo foi estabelecido de 2028 a 2035.

Havendo o primeiro marco temporal em 2022, quando se pretende que tenha ocorrido a transformação do EB- Chamada Ciclo Força Terrestre-22 (FT 22) e um período de consolidação até 2035, que é o segundo marco temporal nesta transformação.

6.1.1 Cenário de curto prazo

O cenário de curto prazo que serviu para o estudo das possíveis transformações em Alegrete, como consequências das ações estratégicas previstas no SIPLEx e desencadeadas para atender a END, abarca o horizonte temporal de quatro anos de 2016 a 2019. Nele estão contidas as seguintes ações estratégicas previstas no capítulo 4. PLANEJAMENTO do SIPLEX 5 e que tem aplicação na guarnição militar de Alegrete.

Quadro 11 – Plano Estratégico do Exército: Plano Estratégico do Exército 2016 – 2019.

OEE 1- CONTRIBUIR COM A DISSUAÇÃO EXTRARREGIONAL					
Estratégia	Ação Estratégica	Ano	Atividades impostas	Pjt	Intrs
1.1 Ampliação da Capacidade Operacional	1.1.3 Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Área Estratégica Amazônia Legal.	2016	1.1.3.1 Prosseguir na implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Macapá/AP.	Amazônia Protegida (Amz Ptg)	EME 7ª Sch GrPjt DA Ae
			1.1.3.2 Prosseguir na implantação do 1º B Com SI em Manaus/AM.		
			1.1.3.3 Prosseguir na adequação das instalações do 1º BIS em Manaus/AM.		
			1.1.3.4 Prosseguir na implantação do PEF de Vila Brasil/AP.		
			1.1.3.5 Concluir a implantação do PEF de Marechal Taumaturgo/AC.		
			1.1.3.6 Prosseguir na implantação do Comando Militar do Norte em Belém/PA.		
			1.1.3.7 Reestudar a implantação do Cmdo 2ª Bda Inf SI em S. Gabriel da Cachoeira/AM.		
			1.1.3.8 Prosseguir na adequação das instalações das OM da 1ª Bda Inf SI em Boa Vista/RR.		
			1.1.3.9 Prosseguir na implantação da 16ª Bda Inf SI em Tefé/AM.		
			1.1.3.10 Prosseguir na adequação de instalações das OM do 2º Gpt E.		
1.1.3.11 Apresentar os estudos para implantação do Centro Integrado de Guerra na Selva.					
1.1.3.12 Estudar a implantação de Esqd C Mec no Acre e no Amapá.					
1.1.3.13 Estudar a transferência do PEF Tiriós/PA para a FAB.					
1.1.3.14 Realizar estudos para a implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Rio Branco/AC.					
1.1.3.15 Iniciar estudos para a implantação de um BIS em Ji-Paraná/RO.					
2017	1.1.3.16 Iniciar a implantação do PEF de Santo Antônio do Içá/AM.				
2018	1.1.3.3 Concluir a adequação das instalações do 1º BIS em Manaus/AM.				
2019	1.1.3.1 Concluir a implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Macapá/AP.				
	1.1.3.2 Concluir a implantação do 1º B Com SI em Manaus/AM.				
	1.1.3.4 Concluir a implantação do PEF de Vila Brasil/AP.				
	1.1.3.6 Concluir a implantação do CMN em Belém/PA.				

Fonte: SIPLEX 5

Neste quadro dos Objetivos Estratégicos do Exército1 (OEE1) podemos observar que todas as Atividades Impostas relativas a Ação Estratégica 1.1.3 -Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na área Estratégica Amazônia Legal, estão relacionadas com a transferência de tropas para a região amazônica.

As Ações Estratégicas definem o ano de execução e a Atividade Imposta (AI). Os detalhes de execução serão definidos para cada projeto correspondente a cada AI. O Estado-Maior do Exército definiu que as transformações decorrentes do SIPLEX não poderão acarretar aumento de efetivos portanto, para a implantação de unidades militares como previsto neste plano, deverão ocorrer transferência de quartéis de uma região para outra.

O Comando da Força tem como região prioritária para obtenção de efetivos para a efetivação das transferências de organizações militares o Comando Militar do Sul, por ser o maior contingente militar do EB e por não ser prioritário no sistema de defesa nacional. Este procedimento já foi realizado com a transferência da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Ângelo para Tefé no Amazonas, a extinção do Comando da 6ª Divisão de Exército de Porto Alegre, com a transferência dos quartéis de artilharia de São Leopoldo e o Comando da Artilharia de Porto Alegre, com a extinção do 8º Batalhão de infantaria Motorizado de Santa Cruz do Sul (cujas vagas são transferidas para novas quartéis que vierem a ser criados), a transferência da Bateria de Artilharia Antiaérea de Uruguaiana para Três Lagoas- e a desativação de três quartos do 2º regimento de Cavalaria Mecanizada de Itaqui.

Quadro 12 – Plano Estratégico do Exército 2016 – 2019 – Contribuir com a dissuasão extrarregional, Ampliação da Capacidade Operacional.

OEE 1- CONTRIBUIR COM A DISSUAÇÃO EXTRA REGIONAL						
Estratégia	Ação Estratégica	Ano	Atividades impostas	Pjt	Intrs	
1.1 Ampliação da Capacidade Operacional	1.1.4 Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, nas demais Áreas Estratégicas.	2016	1.1.4.1 Estudar a transferência de uma Bda C Mec para o CMNE. 1.1.4.2 Prosseguir nos estudos para a implantação de um Btl Inf em SINOP/MT. 1.1.4.3 Estudar a rearticulação do CMO e entre este C Mil A e o CMA. 1.1.4.4 Estudar a adequação/transferência do QG da 12ª Bda Inf L (Amv).	Sentinela da Pátria		
		2017	1.1.4.5 Incorporar a 2ª Cia Inf, de Três Lagoas/MS, ao 58º BI Mtz, em Aragarças/GO. 1.1.4.6 Transformar o 1º RCMec em 1º/1º RC Mec, em Itaqui/RS.			
		2018 e 2019	(1)			
	1.1.5 Rearticular e reestruturar a Artilharia de Campanha.		2016	1.1.5.1 Prosseguir no desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro e do Fgt guiado. 1.1.5.2 Estudar a transferência do Cmdo Art Ex para o CMP. 1.1.5.3 Concluir a implantação do C I Art Msl Fgt em Formosa/GO. 1.1.5.4 Concluir a implantação do C Log Msl Fgt em Formosa/GO. 1.1.5.5 Iniciar a implantação de um novo Grupo de Mísseis e Foguetes (GMF), por transformação do 16º GAC AP de São Leopoldo/RS. 1.1.5.6 Estudar a transferência de dois GAC para a região amazônica. 1.1.5.7 Estudar e propor a destinação do aquartelamento e dos cargos do 4º GAC, Juiz de Fora-MG. 1.1.5.8 Elaborar o Projeto de Transferência da Bia C AD/5 para o QG do Pinheirinho, em Curitiba/PR.	Sentinela da Pátria Astros 2020 (PPA) Amz Ptg	EME 7ª Sch GerPjt
			2017	1.1.5.2 Transferir o Cmdo Art Ex e sua Bia Cmdo (ambos como Nu) para o CMP. 1.1.5.9 Iniciar estudos para a implantação do Nu Bia BA em Formosa/GO.		
			2018	1.1.5.10 Iniciar o recebimento dos M109A5+ BR.		
			2019	1.1.5.1 Concluir o desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro e do Fgt guiado (PPA). 1.1.5.2 Concluir a transferência do Cmdo Art Ex para Formosa/GO. 1.1.5.11 Ativar a 3ª Bia BA, orgânica da AD/3, em Uruguaiana/RS. 1.1.5.12 Iniciar a implantação do Nu Bia BA em Formosa/GO.		
				(1)		
				(1)		

Fonte: SIPLEX 5

O quadro 12 contém a Atividade Imposta 1.1.4.1 Estudar a transferência de uma Brigada de Cavalaria Mecanizada para o Comando Militar do Nordeste (CMNE) que impacta diretamente no Alegrete. O planejamento não define qual Brigada será transferida para o CMNE, entretanto a posição geográfica das Brigadas de Cavalaria Mecanizada no Rio Grande do Sul e os comentários entre os oficiais apontam para a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec) de Uruguaiana, cujas Organizações Militares do Alegrete são orgânicas. Corrobora com isto o fato de o EB possuir três brigadas de cavalaria mecanizada: a 4ª Bda C Mec em Dourados MS, que não há possibilidade de remoção daquela região; a 1ª Bda C Mec em Santiago-RS, que tem área de responsabilidade com a fronteira com a República da Argentina (Itaqui até a divisa com Santa Catarina); a 2ª Bda C Mec em Uruguaiana-RS com jurisdição nos municípios de Quaraí, Alegrete, Barra do Quaraí e Uruguaiana; e a 3ª Bda C Mec de Bagé, com jurisdição nos municípios de São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé e Santana do Livramento. Portanto, a transferência da 2ª Bda C Mec é a mais lógica, pois não acarreta em deslocamento de tropas para cobrir espaços na fronteira que ficariam descobertos caso transfiram as Brigadas de Santiago ou Bagé. Saindo a Brigada de Uruguaiana, basta ampliar as jurisdições das outras Brigadas e toda a fronteira estaria com adequada proteção.

O que se depreende, até o momento, é que as Atividades Impostas para o período de 2016 a 2019 não serão realizadas em sua plenitude ou terão de ser alocadas para os próximos períodos, principalmente pela situação adversa da conjuntura econômica nacional.

6.1.2 Cenários de médio e longo prazos

O cenário de médio prazo abrangem as ações estratégicas e de preparo da Força que se relacionam com o ciclo de vida dos materiais e com a evolução da doutrina de emprego, abrangendo um período de até quinze anos. Este cenário abraça o horizonte temporal de quatro anos de 2016 a 2019.

Dentro da evolução da Força Terrestre, o SIPLEx 2015 apresentou o Planejamento Estratégico do Exército, com o planejamento de curto prazo abrangendo o período de 2016 ao ano de 2019 e as ações estratégicas para o médio prazo para os 8 anos subsequentes (2020 a 2028). Com o primeiro marco temporal em 2022, quando se pretende que tenha ocorrido a transformação do EB- Chamada Ciclo Força Terrestre-22.

O SIPLEX 5 prevê que o Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) será complementado pelo planejamento de médio e de longo prazos (visão 2016- 2035), buscando sincronismo com os sucessivos Programas Plurianuais (PPA) de governo. As novas capacidades requeridas serão traduzidas no PEEx por intermédio de ações transformadoras a serem anexadas ao referido plano.

O SIPLEx (2015) estipula que nos médio e longo prazos o desenvolvimento das ações será decorrente da continuidade de ações de curto prazo. “As capacidades a serem desenvolvidas e iniciando no médio prazo, serão especificadas no ciclo de planejamento do PEEx correspondente à visão 2016-2035.”(SIPLEx 5, 2015,p.5)

O próprio PEEx ainda não definiu as ações de médio e longo prazo, portanto não temos as possíveis ações que afetariam o município do Alegrete. Porém, esta explicitado que as ações estratégicas de curto prazo deverão prosseguir até a sua conclusão e as medidas de médio e longo prazos serão a continuação das primeiras. Ou seja, temos que considerar no nosso estudo a aplicação das ações já previstas nos quadros 10 e 11.

6.2 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM ALEGRETE

A implantação das Ações Impostas no Planejamento Estratégico do Exército, atendendo a Estratégia Nacional de Defesa, impactará o município de Alegrete em todos os aspectos das relações socioeconômicas da municipalidade. A transferência de unidades militares do município poderá ocorrer em um horizonte de curto prazo, o que é pouco provável, mas no médio e longo prazo é que deverão ocorrer as maiores mudanças na presença militar do município. O grande fator limitante para a efetivação dos projetos de

defesa previstos nos PEEEx, no curto prazo, é o atual cenário econômico nacional profundamente desfavorável aos investimentos em defesa. A transferência de uma organização militar acarreta gastos de vulto que incluem o pagamento de indenizações relativas às transferências de pessoal, construção de vila militar e aquartelamentos, que é o custo mais elevado, conforme consta a estimativa de preço para construção de um batalhão da Diretoria de Obras Militares do Exército, Anexo H.

O SIPLEEx 5 define as Ações Estratégicas e as Atividades Imposta para o curto prazo e coloca que as Atividades Impostas para o médio e longo prazo serão decorrentes da efetivação das ações de curto prazo. O Estado-Maior do Exército não define com muita antecedência qual ou quais as Organizações Militares (OM) que será transferida para evitar as reações da comunidade que será atingida pela perda da Unidade Militar.

Para a análise em questão, visualizamos três hipóteses para as transferências de Unidades de Alegrete:

Hipótese 1 – Transferência das OM orgânicas da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sediadas no município que são: 6º Regimento de Cavalaria Blindada, 10º Batalhão Logístico, 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e 12ª Companhia de Comunicações mecanizada. Permanecendo no município o 12ª Batalhão de Engenharia de Combate Blindado (orgânico da 6ª Brigada de Infantaria Blindada) e o Hospital de Guarnição de Alegrete.

Hipótese 2 – Transferência das OM orgânicas da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada sediadas no município que são: 6º Regimento de Cavalaria Blindada, 10º Batalhão Logístico, 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e 12ª Companhia de Comunicações mecanizada e mais o 12ª Batalhão de Engenharia de Combate Blindado. Permanecendo no município o Hospital de Guarnição de Alegrete, transformado em Posto de Médico de Guarnição em face ao pouco efetivo militar, resumido aos militares aposentados residentes em Alegrete.

Hipótese 3 – A execução das movimentações de forma muito lenta ao longo de período além dos horizontes previsto no PEEEx.

A hipótese 1 é a mais provável a ser efetivada, porém, a médio prazo em face da restrição orçamentária que o Exército está submetido. Situações semelhantes ocorreram com a transferência da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, do Rio de Janeiro-RJ para Ponta Grossa-PR; com a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Santo Ângelo-RS para Tefé-AM e a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Niterói-RJ para São Gabriel da Cachoeira-AM. Nestes casos as transferências ocorreram num horizonte de médio prazo após a tomada da decisão. A

pior situação para o Alegrete é a hipótese 2 com a retirada de praticamente todos os quartéis da cidade.

Pois bem, se efetivando os Planejamentos Estratégicos do Exército no bojo da Estratégia Nacional de Defesa, a cidade de Alegrete será impactada pela desterritorialização dos quartéis que hora estão sediados no município.

Os impactos territoriais serão maiores quanto maior for a transferência das Organizações Militares, hipótese 2, conjugada com a velocidade das transferências. Quanto mais rápidas elas ocorrerem maiores serão os efeitos negativos para a municipalidade.

Para concluirmos sobre o grau de participação do Exército Brasileiro na territorialidade do município de Alegrete e constatar quais transformações territoriais decorrentes da realocação de Unidades Militares serão mais marcantes, fizemos uma análise, conjugando os indicadores econômicos, sociais, laborais e populacionais do Alegrete com os aspectos socioeconômicos resultantes da presença militar no município e a opinião das lideranças civis e militares entrevistadas durante a pesquisa de campo.

Dos aspectos gerais do município, vemos que o Alegrete possui ampla base territorial, sendo o maior município em extensão do Rio Grande do Sul e a população apresentou decréscimo a partir do ano de 2010, estando estabilizada em cerca de 79 mil habitantes. Nesta combinação de características de município com população apresentando declínio e com jovens saindo em busca de melhores oportunidades, a presença de uma instituição no município com grande número de servidores, como o EB com seis quartéis, representa um fator de fixação de pessoas no município porque proporcionam oportunidades de trabalho e qualificação profissional.

A análise da participação militar na economia do município é marcante pelo significativo volume de recursos que o Exército aporta nas Unidades Militares da Guarnição de Alegrete. A cidade tem um PIB de R\$ 1.670.106.000,00 (IBGE 2016) e orçamento municipal de R\$ 220.000.000,00 (ano de 2015).

A participação do EB na economia local se faz notar pela proporção entre o orçamento do município de cerca de R\$ 220 milhões e o aporte de recursos nos quartéis em cerca de R\$ 91.000.000,00 (quadro 1). Realmente é um montante de recursos que repercute positivamente na economia local porque são recursos destinados, principalmente, à manutenção da frota de viaturas, manutenção dos aquartelamentos, custeio em geral e salário dos militares. Portanto, são valores que são consumidos no mercado local, movimentando e aquecendo a economia do município.

Outro indicador que revela a condição socioeconômica local é o PIB per capita do Alegrete que se apresenta abaixo da média estadual e federal: BR, R\$ 28.000,00; RS, R\$31.927,00; AI, R\$, 21.000,00.

A composição do PIB do Alegrete, quadros 5 e 6, demonstra que a base produtiva do município é a prestação de serviços e a agropecuária, cujas atividades laborais têm baixa remuneração e mão de obra com menor qualificação. Este indicador conjugado com o PIB per capita baixo aumentam a importância dos empregos fixos e estáveis que os serviços públicos proporcionam, incluindo o Exército, pois são pouco afetados pelas flutuações do mercado ou pelas crises econômicas.

O EB é uma garantia de estabilidade para a economia de Alegrete por manter previsibilidade e segurança com relação aos salários dos militares da ativa, da reserva e pensionistas (cerca de 4110 militares) e o aporte de recursos para a manutenção e custeio dos quartelamentos na forma de duodécimos. Estes aspectos de cunho econômico foram os mais destacados por todos os entrevistados. As lideranças civis têm muito clara a importância econômica do Exército para o município, como foi destacado pelo Prefeito “...os bancos e os militares são os que giram a economia do município” e pelo Presidente do Centro Empresarial de Alegrete “ A presença do Exército Brasileiro é extremamente importante no que se refere a manutenção dos negócios da cidade”. Vale lembrar que o EB é o maior empregador do município.

Nos aspectos de pessoal, trabalho e renda, começamos analisando a composição etária da população do município, com base no quadro 8 -IBGE 2016 que apresenta a maioria da população na faixa dos 15 aos 30 anos de idade. Esta condição implica em grande investimento da municipalidade com educação, qualificação profissional e emprego.

Este fato, combinado com a queda do salário médio mensal do município a partir do ano de 2007(quadro 10), torna mais difícil o futuro da juventude do Alegrete, porque a combinação de oferta de mão de obra, representada pela maioria de jovens que acessam o mercado de trabalho, com a retração dos salários é negativa para a absorção de trabalhadores e a fixação da massa de jovens no município.

Neste cenário se destaca a participação do EB na vida econômica da cidade. A interação ocorre em função das oportunidades de emprego que as Organizações Militares oferecem e os fluxos financeiros para os militares, com os soldos, e, para os quartéis e hospital, com os duodécimos que ocorrem independentemente das variações da economia e sazonalidade das atividades produtivas. Este fato mantém a economia local aquecida e reduz o

impacto das flutuações econômicas no município, preservando empregos e renda.

Em períodos de crise econômica, como a que estamos passando, esta segurança financeira, que ocorre para os municípios que tem órgãos públicos em sua sede, se torna essencial para manter a economia municipal em atividade.

A questão da qualificação de mão de obra é uma ação das mais relevantes que o Exército desenvolve no seio da comunidade alegretense. Além da qualificação profissional proporcionada ao longo do serviço militar pelas especializações que o quartel foma para compor o seu quadro técnico, existe o Projeto Soldado Cidadão (capítulo 5.3.1) com formação profissionalizante em áreas de interesse do mercado local. Os cursos profissionalizantes foram destacados pelo Presidente do Centro Empresarial de Alegrete “ Tenho que elogiar a preocupação dos Comandantes com os militares com a saída do quartel que se preocupam em preparar os militares para a vida civil”. O Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Ciência e Tecnologia afirmou que “... é muito importante a capacitação que o Exército proporciona com seus soldados”. Ambos se referem ao Projeto Soldado Cidadão.

Além dos secretários supracitados, os Comandantes militares reportaram a relevância que o EB desempenha na qualificação moral, cívica e profissional dos jovens que cumprem o Serviço Militar e retornam mais preparados para enfrentar o mercado de trabalho. Neste aspecto, o EB é o maior formador de mão de obra qualificada do Alegrete.

Outra participação da presença militar no Alegrete se refere à família militar que engloba os militares da ativa (2250 militares), reserva (972), pensionistas (888) e dependentes (5525), totalizando 9.635 pessoas. Este universo corresponde a 12,31% da população do município.

A participação da família militar na comunidade do Alegrete implica na interação cultural, decorrente da presença de pessoas dos mais diversos rincões do Brasil, vivendo e interagindo em um município pequeno do interior gaúcho desde a sua fundação como vila.

Esta longa e intensa interação foi amplamente relatada pelos militares entrevistados. Muitos dos militares que vão servir ao Exército no Alegrete acabam casando com pessoas do local e fixam residência no município. Toda esta longa vivência com a família militar forjou uma ligação muito forte entre os militares e a comunidade. Existe um sentimento de pertencimento do município em relação aos quartéis.

A comunidade tem amplo conhecimento quanto as funções que os quartéis desempenham e quem são os oficiais que estão no comando das unidades. Outra demonstração de ligação da comunidade com o EB e que os cidadãos alegretenses conhecem

os quartéis pela designação formal, mas, também pelo nome popular ou apelido, por exemplo: o 12º Batalhão de Engenharia Blindada é o “B-É”; o 6º Regimento de Cavalaria Blindada é chamado carinhosamente de “O Sexto”; o 10º Batalhão logístico é chamado de “B Log”. Isto denota forte interação da comunidade com o segmento militar lá existente.

Das influências culturais decorrentes da presença militar no município, a Secretária de Cultura, Esporte e Lazer destacou a influência marcante dos militares no carnaval de Alegrete. Citou que os militares cariocas trouxeram o carnaval para o município como forma de lazer, sendo eles os fundadores das primeiras Escolas de Samba do Alegrete.

Pelas análises realizadas, concluímos que as transformações territoriais decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa no município do Alegrete deverão ser mais impactantes nos aspectos socioeconômicos e psicossociais.

A transferência ou a extinção dos quartéis do município de Alegrete acarretará na desterritorialização de pessoas que são representadas pelos militares da ativa e seus familiares.

A supressão dos recursos alocados pela união para as organizações militares, materializadas nos salários dos militares e nos duodécimos, impactarão na economia local, atingindo diretamente o comércio e a prestação de serviços pela retirada de circulação de vultuosos recursos decorrentes da presença dos quartéis. Haverá também: a extinção de fonte de renda para os alegretenses que poderiam servir ao Exército; fechamento de postos de trabalho, pela redução de demanda e redução de atividades comerciais e de prestação de serviços que atenderiam os quartéis e a família militar.

Há que se destacar o significativo número de mão de obra qualificada que não mais seriam formados pela ausência das Unidades Militares no município. Portanto a qualificação para o mercado de trabalho e as possibilidades de ascensão social através de emprego mais qualificado serão bastante reduzidas. Estas transformações negativas no município têm reflexos como redução de atividade econômica e oferta de trabalho induzirão os alegretenses e em espacial aos jovens a sair do município em busca de melhores oportunidades de emprego e renda.

As transformações se farão sentir com maior intensidade no campo socioeconômico, porém o aspecto psicossocial da municipalidade será atingido em função das perdas econômicas, de postos de trabalho, de oportunidades de ascensão social e o fato do território - o município- perder relevância pela retirada de instituições federais de sua sede e a sua população ficar com sentimento de retrocesso, a frustração que o seu município já foi mais importante no passado que no momento atual.

A desterritorialização de uma Organização Militar acarreta o oposto do ciclo virtuoso que foi criado quando da implantação dos quartéis na cidade e apontado neste estudo, sendo que os impactos mais agudos serão nos campos socioeconômico e psicossocial do município. Em contrapartida ao que é previsível no Alegrete, a reterritorialização que ocorrerá no norte do país, levará todos estes aspectos positivos, que a pesquisa demonstrou, aos municípios contemplados com os novos quartéis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Nacional de Defesa poderá fechar um ciclo geopolítico para o Rio Grande do Sul ao alterar as prioridades em Defesa e realocar Unidades Militares do Estado e em particular do município de Alegrete, que causarão transformações territoriais importante para a municipalidade.

A desterritorialização dos quartéis afetará toda a comunidade e os relacionamentos interpessoais, econômicos, trabalho, renda, sociais e culturais, além do psicossocial coletivo que a perda de prestígio municipal trará para a comunidade pela perda de instituições federais acarretam. Os fatos, portanto, não poderão ser considerados apenas nos aspectos intrínsecos de Defesa. Há que se incluir na análise da desterritorialização dos quartéis o contexto social, político, econômico e psicossocial daquela comunidade que desde a sua fundação colaborou, apoiou e interagiu com o Exército Brasileiro.

Estas decisões podem impactar negativamente o próprio propósito da transferência de unidades militares de um território estabilizado econômica e socialmente, como o município do Alegrete, que conta com seis organizações militares e há previsão de transferência de quatro destes quartéis para o centro-norte do país.

A desterritorialização, decorrente das transferências de Organizações Militares da cidade do Alegrete, como foi demonstrado nesta pesquisa, impactará nas relações de poder, de trocas e interdependências entre os diversos atores que serão atingidos pela desterritorialização militar. Os principais são: os militares, as forças produtivas (Comércio, indústria, serviços, profissionais liberais, etc.), os poderes da municipalidade e a população do município. São transformações territoriais profundamente negativas para o município que rebaixarão a condição socioeconômica do Alegrete.

Este estudo de caso pode ser aplicado a todo o país, principalmente nos pequenos municípios que tenham Unidades Militares em sua sede.

São questões conceituais da Geografia que explicam e apontam a complexidade das relações que se formam com a territorialização ou desterritorialização em face da criação ou transferências de Organizações Militares do Exército Brasileiros nos municípios e que todos os envolvidos no processo devem estar atentos para compensar ou mitigar os impactos decorrentes.

REFERÊNCIAS

ATENCIO, Jorge. **Que es la Geopolítica**. 2ª Ed, Buenos Aires, Pleamar, 1975.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Aprovada pelo decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 jul. 2005.

ATLAS HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – Campanha Nacional de Material de Ensino- MEC, 1966.

BECKER, Bertha K: **Amazônia- Geopolítica na Virada do III Milênio**, 2ª Edição- Rio de Janeiro-RJ, Garomond, 2007.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa**. Mensagem da Presidência da República nº 83 de 2012.

CASTRO, Iná Elias de: **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica – Princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 392 p., 1999.

COSTA, Wanderley Messias da: **Geografia Política e Geopolítica**, São Paulo: HUCITEC, 1992.

COSTA, Wanderley Messias da: **Geografia Política e Geopolítica**; Edusp- São Paulo, 1992.

CUNHA, James Bolfoni da: **Juagarão e os Militares-Porto Alegre**: Evangraf, 2012.

DEFARGES, Philippe Moreau: **Introdução à Geopolítica**, 1ª edição, Lisboa, editora Gradiva, 2003.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Aprovada pelo decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 jul. 2005.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dez de 2008, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez. 2008.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **O Poder Nacional. Considerações Gerais**: Boletim da ADESG(107), 1975.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas. 2003.

FREITAS, A. F. De Oliveira. **Geopolítica Bandeirante- Parte Primeira- Sudoeste Brasileiro Volume I**; Porto Alegre-RS, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed, ed. Atlas. São Paulo, 1996.

GRAY, Colin S. International Boundaries as Fighting Places. In: **Geopolitics – Geography and strategy**. Londres, Frank Cass Publishers, 1999, Cap 7, p. 126-136.

HAESBAEST, Rogério. **Dês-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio, 2004.

Kjellén, Rudolf. **El Estado Como Organismo Vivente**, 1917., Leipz.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997. 216 p.

LEMOS, Juvêncio Saldanha: **A SAGA NO PRATA**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

MARCONI, Maria de Andrade, **Fundamentos da metodologia científica**, 2006.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Huittec; Edusp, 1999.

MENDES, João Ricardo; **Brasil do III Milênio- Ensaio Geopolítico**: Editora JB, Rio de Janeiro, 1983.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**, Campinas, Sp, Editora Papirus, 1995.

Plano Estratégico do Exército 2016-2019/ 2ª edição, de 09 de dezembro de 2015, do Comandante do Exército.

PLANO DE GESTÃO/COTER – 2016. TÍTULO: **Projeto Soldado-Cidadão** (Ação 6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão)

Portaria Normativa nº 1.227/MD, de 27 de agosto de 2008.

RAFFESTIN, Cloude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Atica, 2004.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do Homem (Antropogeografia)** (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1990.

Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino. Vol. 01, Nº 02, 2º SEM/2010.

RIBEIRO, Marcelo Carvalho. **Impactos Sócio Econômicos da Presença de Organizações Militares da 3ª Divisão de Exército Em Municípios do Rio Grande do Sul**. Projeto de Pesquisa para Pós Doutorado na UFSM-2013.

RIBEIRO, Marcelo Carvalho. **Impacto da Presença do Exército Brasileiro nos Municípios da Fronteira do Rio Grande do Sul**- Artigo Científico de Conclusão do Pós-Doutorando em Geografia na UFSM, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: Debates Territori y movimientos sociales. Ano VI, n. 16, enero-abril, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SACK, Robert. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge Press, 1986.

Sistema de Planejamento do Exército 1 - SIPLEx 1, Portaria nº 338, de 28 de maio de 2008, do Comandante do Exército.

Sistema de Planejamento do Exército 2 - SIPLEx 2, Portaria nº 338, de 28 de maio de 2008, do Comandante do Exército.

Sistema de Planejamento do Exército 3 - SIPLEx 3, Portaria nº 338, de 28 de maio de 2008, do Comandante do Exército.

Sistema de Planejamento do Exército 4 - SIPLEx 4, Portaria nº 338, de 28 de maio de 2008, do Comandante do Exército.

SOUZA, Marcelo Lopes de, **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: 1995: Editora Bertrand Brasil.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIVES, Jaime Vicens. **Tratado General de Geopolítica**, segunda edición, Editorial Teide. Barcelona, 1956.

GLOSSÁRIO DE TERMOS MILITARES

Brigada: Grande Unidade básica de combinação de armas, integrada num conjunto equilibrado por unidade de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação.

Defesa nacional: Conjunto de medidas que visam a evitar, impedir ou eliminar os antagonismos e pressões de origem interna ou externa sobre a nação e a garantir a segurança nacional.

Divisão de Exército: Grande comando operacional da força terrestre, constituído de um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas, e por tropas divisionárias que compreendem unidades de combate e de apoio logístico.

Estado-maior: Órgão composto de pessoal militar qualificado e de qualificação técnica, que têm por finalidade assessorar o comandante no exercício de comando.

Expressão militar do poder nacional: Conjunto de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, assegurar, pela dissimulação ou pela coação, a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais.

Força Terrestre: Instrumento de ação do Exército, estruturada e preparada para o cumprimento de missões operacionais terrestres.

Grande comando operacional: Organização militar de valor ponderável, singular ou combinada, de constituição variável em unidades e grandes unidades, cujos meios, missão ou área de responsabilidade, transcendem às possibilidades de qualquer grande unidade. Organização militar que reúne elementos e unidades das armas e serviços, segundo uma estrutura prevista, capaz de servir e de ser empregada como um todo.

Grande unidade: Organização militar com capacidade de atuação operacional independente, básica para a combinação de armas e integrada por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Organização militar que reúne elementos e unidades das armas e serviços segundo uma estrutura prevista, capaz de servir e de ser empregada como um todo.

Organização militar subordinada: Unidade ou subunidade que, não constando do organograma de uma grande unidade ou unidade, a ela se subordina para todos os efeitos.

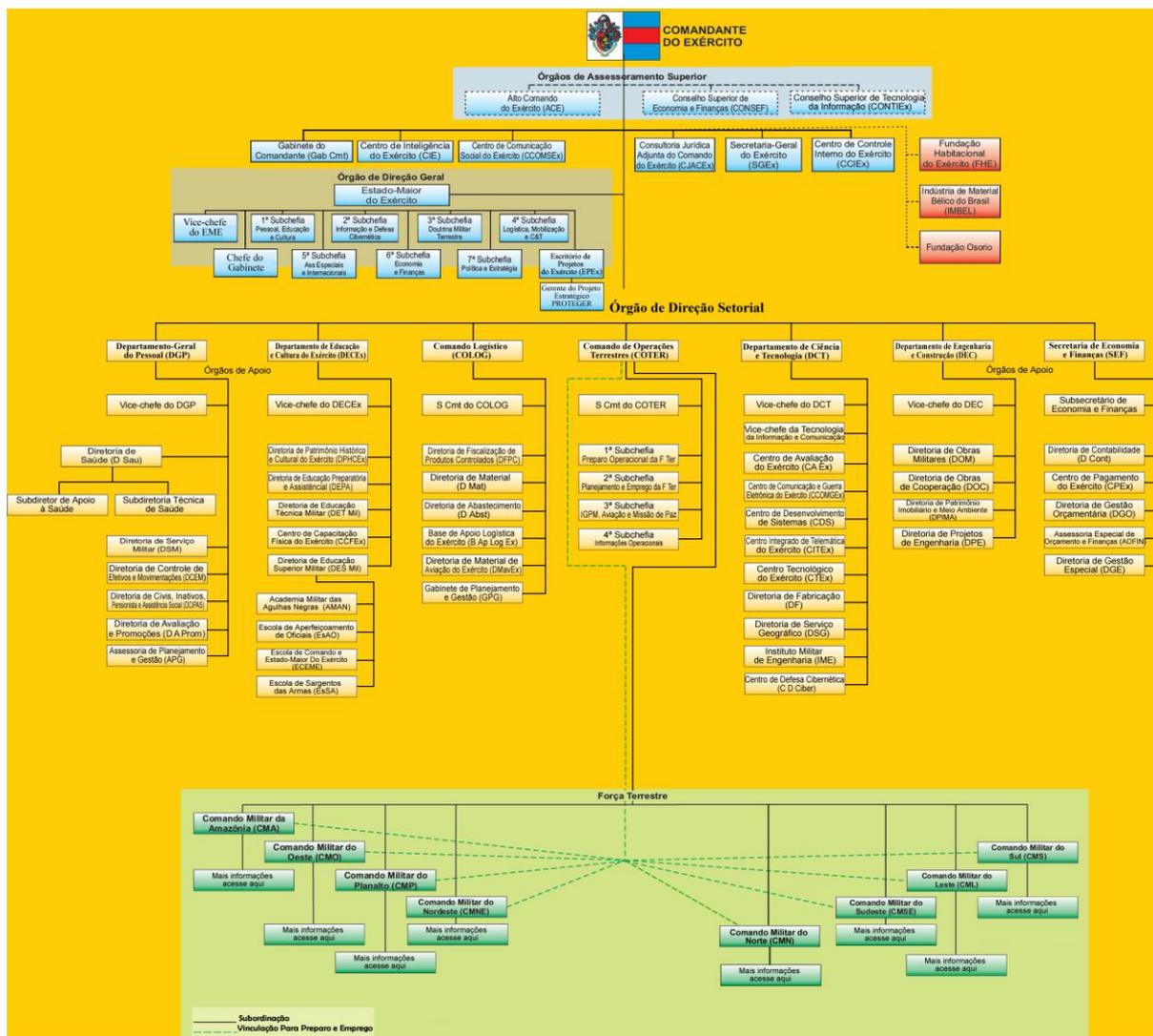
Poder de combate: Capacidade de combate existente em determinada força, resultante do grau de eficácia que se lhe pode atribuir para opor-se ao inimigo, da combinação do nível de eficiência operacional atingida, do valor profissional do comandante e do valor moral da tropa.

Quartel-general (QG): Local onde o comando de uma grande unidade ou grande comando se instala e exerce suas atividades.

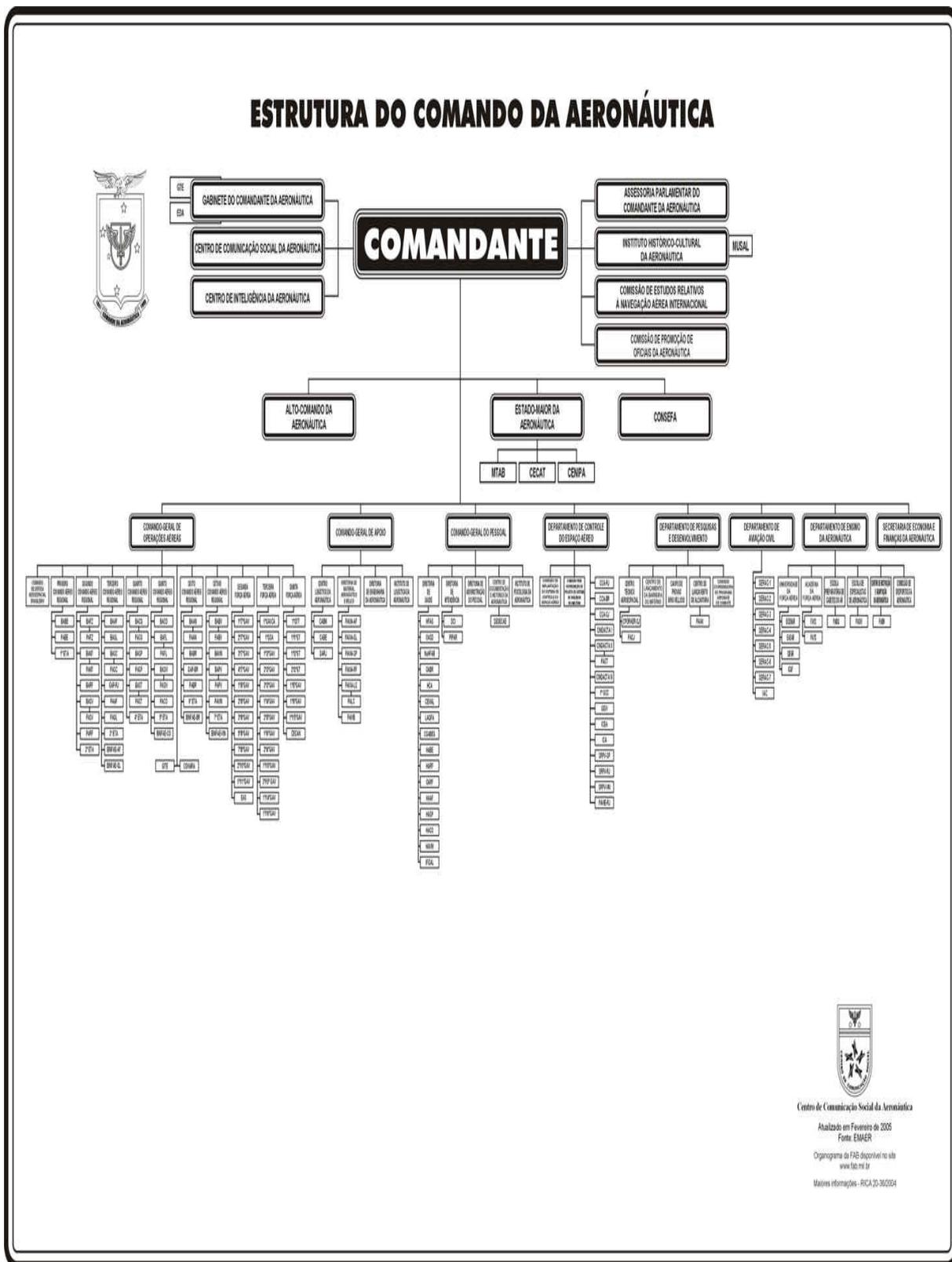
ANEXO A – MUNICÍPIOS DO RS SEDE DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

Nr Ordem	Municípios
1	ALEGRETE
2	BAGÉ
3	BENTO GONÇALVES
4	BUTIÁ
5	CACHOEIRA DO SUL
6	CAXIAS DO SUL
7	CRUZ ALTA
8	DOM PEDRITO
9	GENERAL CÂMARA
10	IJUÍ
11	ITAARA
12	ITAQUI
13	JAGUARÃO
14	NOVA SANTA RITA
15	PELOTAS
16	PORTO ALEGRE
17	QUARAÍ
18	RIO GRANDE
19	ROSÁRIO DO SUL
20	SANTA CRUZ DO SUL
21	SANTA MARIA
22	SANTA ROSA
23	SANTANA DO LIVRAMENTO
24	SANTIAGO
25	SANTO ÂNGELO
26	SÃO BORJA
27	SÃO GABRIEL
28	SÃO LEOPOLDO
29	SÃO LUIZ GONZAGA
30	SAPUCAIA DO SUL
31	URUGUAIANA

ANEXO B – ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO EXÉRCITO – ORGANOGRAMA



ANEXO E – ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA FORÇA AÉREA – ORGANOGRAMA



ANEXO F – RELAÇÃO DAS EMPRESAS GAÚCHAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL DE DEFESA

- AEL

AEL Sistemas S.A , Porto Alegre/RS

- AGRALE

AGRALE S.A, Caxias do Sul

-AXUR

AXUR Iso Expert International LTDA, Porto Alegre/RS

- BPI ENGENHARIA

Borgueti Processos Industriais LTDA, Porto Alegre/RS

-CBC

Companhia Brasileira de Cartuchos, São Leopoldo/RS e Monte Negro/RS

- DEFII

DEFII Melgarejo Sitemas Digitais, Santa Maria/RS

-KMW

KMW do Brasil Sistemas Militares LTDA, Santa Maria/RS

- PROTECÃES

PROTECÃES Locação de Cães e Sistemas de Segurança, Porto Alegre/RS

- SKYDRONES

SKYDRONES Tecnologia Aviônica LTDA, Porto Alegre/RS

- STEMAC

STEMAC S.A Grupos Geradores, Porto Alegre/RS

-TAURUS

Forjas TAURUS S.A, Porto Alegre/RS

- TUFOIL Brasil

TUFOIL Brasil C2C Importação, Exportação e Distribuição de Lubrificantes, Porto Alegre/RS

- VERDICON

VERDI Sistemas Construtivos S.A, Porto Alegre/RS

ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

ASPECTOS GERAIS

1. Identificação da personalidade que será entrevistada destacando: nome, instituição a que pertence ou que é vinculada, função/cargo que exerce na instituição e tempo de vínculo institucional.
2. Descrição da missão da instituição e visão de futuro da organização ou repartição.
3. Discutir a interação socioeconômica da instituição e seus integrantes com as organizações militares do Exército Brasileiro sediadas no município.
4. Buscar percentuais de participação dos quartéis nas atividades das instituições e associações do município quanto aos aspectos econômicos, culturais, etc.
5. Nas secretarias da prefeitura municipal, buscar dados estatísticos da relevância para o município da presença dos aquartelamentos.
6. Verificar com as associações de classe a importância que a associação atribui as atividades profissionais de seus associados a presença no município dos quartéis do exército.

ENTREVISTA COM PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

- 1 O Sr poderia relatar em que setores os quartéis contribuem /interagem com a sua pasta.
- 2 A secretaria tem ligações ou parcerias com o EB. O Sr julga importante algum tipo de parceria com os quartéis.
- 3 Na sua opinião qual é o fator mais relevante dos quartéis para o município

ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DA COMUNIDADE:

PRESIDENTE DA: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO; CDL, CENTRO EMPRESARIAL DE ALEGRETE

- 1- O Sr poderia relatar qual a importância da chamada “família militar” para a indústria/comércio do município.
- 2- Na sua opinião, qual é a participação na comunidade que mais salta aos olhos a grande presença de militares no Alegrete.

3- A associação que o Sr dirige tem algum levantamento ou índice que informe qual a participação deste segmento social -militares no ramo de negócio dos senhores

ENTREVISTA COM MILITARES

COMANDANTES DE UNIDADES

1) Na sua opinião, quais são os aspectos mais relevantes, para o município, decorrentes da presença de significativo contingente militar no Alegrete?

2) Qual a sua opinião sobre a relevância da família militar no município (aspectos sociais, econômicos, culturais, de trabalho, consumo, etc).

3) Como o Sr analisa o nível de interação da família militar com a comunidade local?

Para um praça antigo das OM:

- Na sua opinião, qual é a importância do EB para o município do Alegrete?

ANEXO H – Estimativa de Preço para Construção do Batalhão

ESTIMATIVA DE PREÇO PARA CONSTRUÇÃO DO BATALHÃO			
NOME	ÁREA (m²)	Preço Estimado m²	Produto - Área x Preço
Pavilhão cercados	262,64	R\$ 1.900,00	R\$ 499.016,00
Pavilhão CC3v	1.705,28	R\$ 2.607,30	R\$ 4.448.176,54
Posto Médico	701,40	R\$ 1.995,00	R\$ 1.399.293,00
OPIL/RR/SFPC/Fusex	701,40	R\$ 1.995,00	R\$ 1.399.293,00
Corpo de guarda	997,53	R\$ 1.995,00	R\$ 1.990.072,35
Pátio de formatura	INCLUSO NA INFRAESTRUTURA		R\$ -
Pátio para apreensão de mercadorias	INCLUSO NA INFRAESTRUTURA		R\$ -
Pavilhão comando	1.277,11	R\$ 2.607,30	R\$ 3.329.808,90
Pavilhão rancho	1.846,33	R\$ 4.177,71	R\$ 7.713.431,30
Pavilhão alojamento	1.280,74	R\$ 2.102,80	R\$ 2.691.084,07
CCAP	1.705,28	R\$ 2.247,21	R\$ 3.832.122,27
1ª Cia Fuz	1.705,28	R\$ 2.247,21	R\$ 3.832.122,27
2ª Cia Fuz	1.705,28	R\$ 2.247,21	R\$ 3.832.122,27
Esquadrão C Mec	1.705,28	R\$ 2.247,21	R\$ 3.832.122,27
Pav de NFOR	1.705,28	R\$ 2.247,21	R\$ 3.832.122,27
Banda de Música	1.000,00	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900.000,00
Estacionamento 01 - 150 vagas	INCLUSO NA INFRAESTRUTURA		R\$ -
Estacionamento 02 - 100 vagas	INCLUSO NA INFRAESTRUTURA		R\$ -
Pavilhão garagem 1	794,96	R\$ 1.613,49	R\$ 1.282.660,01
Pavilhão garagem 2	794,96	R\$ 1.613,49	R\$ 1.282.660,01
Pavilhão garagem 3	794,96	R\$ 1.613,49	R\$ 1.282.660,01
Pavilhão garagem 4	794,96	R\$ 1.613,49	R\$ 1.282.660,01
Pavilhão garagem 5	794,96	R\$ 1.613,49	R\$ 1.282.660,01
Garagem Guarani	2.160,20	R\$ 1.613,49	R\$ 3.485.461,10
Garagem carreta prancha	1.230,85	R\$ 1.613,49	R\$ 1.985.964,17
PALL	634,51	R\$ 994,12	R\$ 630.779,08
Posto de abastecimento das aeronaves	96,00	R\$ 994,12	R\$ 95.435,52
Estação de rádio	400,00	R\$ 1.860,81	R\$ 744.324,00
Pavilhão Oficina	2.160,20	R\$ 1.931,24	R\$ 4.171.864,63
Grupo gerador	48,00	R\$ 2.500,00	R\$ 120.000,00
Almoxarifado	734,89	R\$ 1.715,00	R\$ 1.260.336,33
Rampas de lavagem	669,11	R\$ 460,00	R\$ 305.030,60
Base Administrativa	1.277,51	R\$ 2.102,80	R\$ 2.688.348,03
Poço artesiano 1	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Poço artesiano 2	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Poço artesiano 3	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Calha d'água 1	1,00	R\$ 47.000,00	R\$ 47.000,00
Calha d'água 2	1,00	R\$ 47.000,00	R\$ 47.000,00
Calha d'água 3	1,00	R\$ 47.000,00	R\$ 47.000,00
Paiol 1	486,84	R\$ 6.300,00	R\$ 3.067.092,00
Paiol 2	757,77	R\$ 6.300,00	R\$ 4.773.951,00
Paiol 3	757,77	R\$ 6.300,00	R\$ 4.773.951,00
Paiol 4	486,84	R\$ 6.300,00	R\$ 3.067.092,00
PTC	879,67	R\$ 124,30	R\$ 109.342,96
PPM	1.356,73	R\$ 124,30	R\$ 168.641,34
Pista de Atletismo 1	22.383,48	R\$ 1.080,00	R\$ 24.174.104,40
Pista de Atletismo 2	11.321,18	R\$ 1.080,00	R\$ 12.226.874,40
Pista de Cordas	689,30	R\$ 1.080,00	R\$ 744.444,00
Passarelas	4.384,50	R\$ 590,00	R\$ 2.411.475,00
Palanque	162,00	R\$ 1.080,00	R\$ 174.960,00
Heliponto	1.217,99	R\$ 1.080,00	R\$ 1.315.429,20
Ginásio	1.500,00	R\$ 2.700,00	R\$ 4.050.000,00
ETE	370,00	R\$ 3.700,00	R\$ 1.369.000,00
Bacia de Detenção	2.436,39	R\$ 2.500,00	R\$ 6.090.975,00
Guarda com portão	162,14	R\$ 2.500,00	R\$ 405.350,00
Tapim de instrução	326,30	R\$ 1.613,49	R\$ 528.481,79
Quadra Poliesportiva 1	647,61	R\$ 480,00	R\$ 310.948,80
Quadra Poliesportiva 2	647,61	R\$ 480,00	R\$ 310.948,80
Campo de futebol 1	5.666,03	R\$ 1.080,00	R\$ 6.119.334,00
Campo de futebol 2	6.909,59	R\$ 1.080,00	R\$ 7.462.357,20
Área de Lazer	632,06	R\$ 1.613,49	R\$ 1.031.772,78
Estande de tiro	4.000,00	R\$ 1.800,00	R\$ 7.200.000,00
Estande de tiro Tipo D	1.246,53	R\$ 3.800,00	R\$ 4.736.890,00
Reserva Centralizada	727,36	R\$ 1.427,00	R\$ 1.037.942,72
Sensores/torre de iluminação	288,00	R\$ 2.500,00	R\$ 720.000,00
Tanque de lavagem	233,84	R\$ 460,00	R\$ 107.566,40
			R\$ 166.110.555,07
RESUMO EDIFICAÇÕES			
Preço Total das Edificações (m²)	R\$	166.110.555,07	
Infraestrutura (15%)	R\$	24.916.583,26	
Projetos (2,5%)	R\$	4.152.763,88	
Preço total do quartel	R\$	195.179.902,20	

OBS: Os preços apresentados acima são baseados na data base de 07/2016, devendo ocorrer atualização financeira pela inflação devido ao longo período decorrido entre a tomada de decisão, concepção e execução das obras.